



**Academia Militar**

**Direcção de Ensino**

**Curso de Cavalaria**

Tirocínio para Oficial

2009/2010

Trabalho de Investigação Aplicada

**As Unidades a Cavalo na Contra-subversão no Ultramar  
Português**

**Autor: Aspirante Tirocinante de Cavalaria Luís Fernando Sousa Teixeira Pinto**

**Orientador: Tenente-coronel de Infantaria António José Marracho**

**Lisboa, Agosto de 2010**

## Dedicatória

à minha Mãe,  
simplesmente por tudo...

## Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de esclarecer que um trabalho deste tipo é a meu ver impossível de ser feito por uma só pessoa, por isso existem sempre aqueles que directa ou indirectamente e de uma forma mais ou menos efusiva contribuíram para a elaboração deste.

Gostaria de agradecer ao Gabinete de Cavalaria nas pessoas do Tenente-coronel Ramos e do Major Gabriel o seu apoio, disponibilidade e interesse que desde o quarto ano demonstraram pelos nossos trabalhos e que permitiu que já tivéssemos algum caminho percorrido quando começámos a feitura dos mesmos.

Ao meu orientador o Tenente-coronel Marracho que desde sempre demonstrou um enorme interesse no meu trabalho, me auxiliou inicialmente com a metodologia e posteriormente nos mais variados aspectos, tendo-me deixado sempre decidir o meu caminho, o meu reconhecido agradecimento.

Também agradeço ao Tenente-coronel Freire um verdadeiro “poço de sabedoria” relativamente a esta matéria dos Dragões, não só a sua permanente disponibilidade mas também o facto de me ter sabido indicar a melhor bibliografia e o ponto a incidir no trabalho para realmente fazer algo de novo.

Ao inspector da PIDE/DGS Óscar Cardoso, figura marcante da guerra no Leste pela entrevista que me concedeu onde retirei bastantes pormenores sobre o terreno e o inimigo em Angola.

Também o meu agradecimento ao Coronel Veloso, o comandante do pelotão experimental que me concedeu uma entrevista e me esclareceu sobre os mais variados assuntos relativos a esta tropa.

Ao Coronel Atayde pela conversa sobre os Dragões, os Caçadores e a Guerra de uma forma geral, bem como pelas fotografias que me facultou.

Não poderia deixar de agradecer também à dona Paula da biblioteca da Academia Militar pelas dezenas de volumes que desarrumou por minha causa desde Outubro de 2008 até quase ao dia anterior da entrega deste trabalho.

Por fim, mas não menos importante, o meu muito obrigado aos meus camaradas, à minha família, namorada e amigos que ao longo destes quase seis anos me deram o suporte necessário para cumprir esta missão.

A todos e a quem por esquecimento não conste nestes agradecimento o meu mais profundo e sincero obrigado.

## Resumo

No início da década de 60 Portugal foi confrontado com acções de movimentos independentistas nas suas províncias ultramarinas. Inicialmente é Angola com os seus movimentos subversivos a primeira das três províncias a entrar em guerra.

A resposta portuguesa é rápida e surge pouco depois do início do conflito com a doutrina portuguesa de contra-subversão em que é apresentada como base do exército as forças de caçadores.

Estas forças bastante semelhantes com as de Infantaria mas mais aligeiradas começam a apresentar algumas lacunas, principalmente para cumprir missões como forças de intervenção.

São então criadas várias forças com o intuito de suprimir essas falhas e realizar um eficaz combate à subversão. Para além das Forças Especiais Portugal começa a utilizar forças de nativos e até tropa a cavalo, também denominados Dragões.

Embora inicialmente esta ideia fosse um pouco controversa a verdade é que depois da experiência em 1967 no Leste de Angola com um pelotão e de se ter provado a eficácia desta força em terreno favorável começa a ser constituído um Esquadrão a cavalo. Pouco tempo depois formava-se o segundo e a experiência alargava-se à província de Moçambique.

A velocidade, as cargas, o raio de acção elevado e uma autonomia superior são apenas algumas das vantagens que esta força possuía face aos caçadores. Tacticamente os Dragões começam por fazer operações de reconhecimento mas rapidamente passam a executar operações planeadas devido não só às suas capacidades o permitirem mas também aos reduzidos efectivos das guerrilhas inimigas.

Este tipo de força inicialmente duvidosa torna-se num dos mais eficazes investimentos do Exército na luta contra a subversão e acaba mesmo por ser copiada anos mais tarde na Rodésia e na África do Sul.

**Palavras-chave:** Contra-subversão, Guerra do Ultramar, Dragões, Leste de Angola, Caçadores.

## Abstract

In the early 60's Portugal was confronted by independence movements actions in its Ultramar provinces. Initially is Angola with their insurgency movements the first of three provinces to became at war.

The Portuguese response is fast and comes shortly after the beginning of the conflict with the Portuguese doctrine of counterinsurgency where is shown as army base forces the light Infantry.

These forces, very similar to the infantry but slightest, have started to show some shortcomings, particularly to accomplish the missions of intervention forces.

Are then created several forces in order to eliminate those gaps and achieve an effective fight against insurgency. In addition to the Special Forces Portugal start to use native forces and horseback troops, also known as Dragoons.

Although initially the idea was a little controversial the truth is that after the experience in 1967 in the East of Angola with a squad where was proved the effectiveness of this force on favorable ground begins to be established a Horse Squadron. Shortly after it was established the second and the experience broadened to the province of Mozambique.

The speed, the charges, the high radius of action and the superior autonomy are just some of the advantages that this kind of force had compared to the light Infantry. Tactically, the Dragoons began by doing reconnaissance operations but soon started executing planned operations not just because of their abilities but also because of the limited guerrilla enemy staff.

This type of force initially dubious becomes one of the most effective Army's investments in the fight against insurgency and some years later it was copied in Rhodesia and South Africa.

**Key words:** Counterinsurgency, Ultramar war, Dragoons, East of Angola, Light Infantry.

# Índice

Introdução .....	1
1. Do início dos movimentos subversivos até ao <i>Modo português de fazer a Guerra</i> .....	3
1.1. O fim da Segunda Guerra Mundial e os movimentos independentistas.....	3
1.2. A ameaça dos movimentos subversivos e a reacção.....	3
1.3. Os conceitos basilares.....	4
1.3.1. Guerra Subversiva.....	5
1.3.2. Subversão.....	6
1.3.3. Contra-subversão.....	7
1.4. O Teatro de Operações.....	9
1.4.1. O Terreno.....	9
1.4.2. Inimigo.....	10
1.5. A articulação e disposição das forças no terreno.....	12
1.5.1. Função de quadrícula.....	12
1.5.2. Função de Intervenção.....	13
1.6. Breves conclusões.....	14
2. As missões do Exército e a operacionalização do dispositivo no TO do Leste.....	14
2.1. As formas de acção no combate à subversão.....	14
2.2. As operações militares.....	17
2.2.1. Defesa de pontos sensíveis.....	17
2.2.2. Protecção de Itinerários.....	18
2.2.3. Patrulhamentos.....	18
2.2.4. Batida.....	19
2.2.5. Limpeza de uma povoação.....	19
2.2.6. Golpe de mão.....	19
2.2.7. Emboscada.....	20
2.2.8. Interdição de fronteira.....	20
2.3. As unidades de caçadores e as suas características.....	20
2.3.1. Os caçadores como a solução inicial da luta contra-subversão.....	20
2.3.2. Os Batalhões de Caçadores e as suas características.....	21
2.3.3. As Companhias de Caçadores e as suas características.....	22
2.4. Articulação e operacionalização das forças no TO do Leste de Angola.....	23

2.5. Breves conclusões.....	24
3. As unidades a cavalo como uma solução na função intervenção .....	24
3.1. As Forças Auxiliares criadas para responder às necessidades.....	24
3.2. A Experiência do Pelotão a Cavallo.....	25
3.3. Os Dragões.....	27
3.3.1. Organização, recrutamento, instrução e equipamento.....	28
3.3.2. A doutrina em combate “modo de actuação” .....	29
3.3.3. Características, possibilidades e limitações .....	31
3.3.4. Dragões <i>versus</i> Caçadores.....	32
3.4. Breves conclusões.....	35
4. Reflexões finais sobre os resultados obtidos .....	36
4.1. Os Estudos e os resultados .....	36
4.2. Comentário à comparação Dragões vs Caçadores .....	36
4.3. Breves conclusões.....	37
5. Conclusões e Recomendações.....	39
Bibliografia .....	41
Índice de Anexos .....	46

## Índice de Figuras

Fig. 1 - O Mundo Colonial em 1939.....	47
Fig. 2 – Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português.....	50
Fig. 3 – Mapa de Angola.....	62
Fig. 4 – Orgânica do Grupo e Esquadrão a Cavalo.....	76
Fig. 5 – Equipamento e Armamento.....	77
Fig. 6 – Arreio .....	79
Fig. 7 – Cabeçada.....	79
Fig. 8 – Esquema da Formação em “T” .....	81
Fig. 9 – Tropa a cavalo em Operações.....	90
Fig. 10 – Data de água.....	90
Fig. 11 – Força com dispositivo em T a realizar uma batida.....	91
Fig. 12 – Passagem de curso de água.....	91

## Índice de Quadros

Quad. 1 – Cronologia da Descolonização de África.....	48
Quad. 2 – Fases da Subversão.....	58
Quad. 3 – Objectivos da Subversão.....	59
Quad. 4 – Equipamento.....	78
Quad. 5 – Malotes de transporte.....	79

## Lista de Siglas

CCS:	Companhia de Comando e Serviços
CEMGFA:	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
DGS:	Direcção Geral de Segurança
EME:	Estado Maior do Exército
EUA:	Estados Unidos da América
FNLA:	Frente Nacional de Libertação de Angola
GRAE:	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
MPLA:	Movimento Popular da Libertação de Angola
NATO:	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
ONU:	Organização das Nações Unidas
OTAN:	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDA:	Partido Democrático de Angola
PIDE:	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RAS:	República da África do Sul
RFA:	República Federal da Alemanha
RMM:	Região Militar de Moçambique
TE:	Tropas Especiais
TO:	Teatro de Operações
UNITA:	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA:	União dos Povos de Angola

## Introdução

A História é por definição *“a ciência que estuda o Homem e a sua acção no tempo e no espaço, concomitante à análise de processos e eventos ocorridos no passado”*<sup>1</sup>. Poder investigá-la, estudá-la, ouvi-la da boca dos protagonistas, compará-la e concluir sobre ela torna-se um desafio para qualquer investigador. Não obstante a imensa responsabilidade pelo rigor que deve estar sempre presente, é sem dúvida um trabalho extremamente aliciante e com uma motivação crescente à medida que começamos a chegar às tão almejadas conclusões.

Neste trabalho de investigação aplicada apresenta-se como tema as Unidades a Cavalo na Contra-subversão no Ultramar Português, tendo como finalidade o estudo do contributo destas unidades durante a campanha. Esta monografia compreende o período de tempo entre 1966 e o final da guerra em 1974. Geograficamente abarca a província de Angola e mais especificamente a região Leste, área de operações das forças a cavalo.

A escolha deste tema de análise histórica que de certa forma vai entrar também nos domínios da tática uma vez que vai confrontar doutrinas, visa clarificar se a experiência do uso do cavalo na contra-subversão, em plena segunda metade do século XX foi militarmente vantajosa e porquê. Existiam já trabalhos que analisavam este tipo de forças como uma forma de fazer operações de reconhecimento e comparando com outras forças de reconhecimento. Outros trabalhos ainda falam da cavalaria na guerra do ultramar e das suas várias vertentes abordando superficialmente cada uma delas. Também o próprio estudo desta força em Angola é alvo de trabalhos mas sem comparar esta força como uma força de intervenção a cumprir missões que geralmente não são atribuídas a forças de cavalaria e a funcionarem com uma doutrina que vai beber à doutrina portuguesa da contra-subversão. A importância deste estudo prende-se então com essa mesma comparação. Através desta comparação pretende-se concluir se esta força sortiu efeito e o porquê de isso ter acontecido, quais as particularidades que o comum batalhão de caçadores não possuía.

Assim, apresenta-se como questão central deste trabalho a seguinte:

**Quais as vantagens e inconvenientes das unidades a Cavalo comparativamente com as unidades de Caçadores, na acção de contra-subversão na Guerra do Ultramar?**

Como questões derivadas apresenta-se no fundo um percurso que começa na primeira pergunta e vai evoluindo com as respostas até estarmos em condições de analisar e responder à questão central. Levantam-se então como questões derivadas as seguintes:

- Como é que Portugal se organizou para conduzir uma Guerra na contra-subversão?

---

<sup>1</sup> Definição retirada do site da Wikipédia. Recuperado em 22/6/2010, em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria>.

- Como estava operacionalizado o dispositivo no Teatro de Operações do Leste de Angola e quais as missões levadas a cabo?
- Quais as deficiências operacionais encontradas e o que surgiu para as colmatar?
- Sortiram efeito as novas medidas? Porquê?

Nesta tese foi utilizada inicialmente a pesquisa bibliográfica das fontes mais credíveis. Primeiro uma análise em documentos que abordavam o assunto de uma forma mais geral e posteriormente a análise dos documentos oficiais, de relatórios ou artigos em revistas da época. Depois de analisados todos esses documentos e de cruzar a informação sobram sempre as chamadas “pontas soltas” ou as perguntas que não têm resposta devido às várias informações não coincidirem num ou noutro determinado aspecto. Aí passa-se para as entrevistas aos protagonistas que vão esclarecer o porquê de num sítio vir de uma maneira noutro de outra. Após o esclarecimento de todas as questões é feita a comparação e chega-se a determinados resultados que após a reflexão vão originar as conclusões desta tese.

A estruturação deste trabalho assenta inicialmente nesta Introdução, seguida de cinco capítulos sendo o último as conclusões. À medida que cada capítulo termina, para sintetizar apresentando o ponto de situação, expõem-se as breves conclusões a reter desse capítulo. Como elo de ligação são lançadas no final de cada subcapítulo perguntas que são respondidas no seguinte. Assim, pretende-se um trabalho mais fluído entre todos os assuntos ao invés de se apresentarem temas dispersos sem qualquer ligação.

No primeiro capítulo é apresentada a situação mundial e nacional bem como o panorama que se fazia sentir a propósito das potências colonialistas. São enunciados os conceitos mais importantes para compreender este trabalho e também é feita uma análise do Teatro de Operações e da articulação das forças no terreno.

O segundo capítulo vai abordar as formas de combate da subversão de acordo com a doutrina portuguesa, as várias operações militares que podiam ser levadas a cabo para o fazer. Também é abordado neste capítulo as forças de caçadores e a operacionalização no Teatro de Operações da frente Leste.

Como assuntos principais no terceiro capítulo destacam-se as soluções apresentadas na altura para responder às falhas das forças de intervenção, as forças a cavalo a sua doutrina e ainda para finalizar uma comparação destas com as forças de caçadores.

No quarto capítulo são discutidos os resultados obtidos no terceiro e é alargado o espectro para tropas de caçadores com outras condições para desta forma mostrar aquilo que estava à disposição desta tropa para melhorar algumas das suas lacunas.

Para finalizar apresentam-se no último capítulo desta tese as conclusões a que ao longo deste trabalho foram sido respondidas de uma forma compilada e esquematizada respondendo por fim à questão central.

## 1. Do início dos movimentos subversivos até ao *Modo português de fazer a Guerra*

### 1.1. O fim da Segunda Guerra Mundial e os movimentos independentistas

Após o termo da Segunda Guerra Mundial deu-se um movimento independentista em massa no continente Africano. Outrora dominadas por potências Europeias<sup>2</sup>, as colónias Africanas foram aos poucos e nalguns casos através de conflitos armados mais ou menos duradouros, obtendo a sua independência<sup>3</sup>. Com a aprovação das Nações Unidas prevista no artigo 73º. da sua carta<sup>4</sup>, a Líbia foi o primeiro desses países africanos sob domínio europeu, em 1951, a obter a independência. França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Bélgica, Espanha e Portugal foram países que ao longo da segunda metade do século XX se viram privados dos seus territórios Africanos tendo sido os dois primeiros os países mais lesados com essa perda quer em quantidade, quer em área.

No caso específico de Portugal, então governado pelo Dr. António de Oliveira Salazar, reclassificaram-se as colónias, através de uma operação *jurídico-semântica* em 1951 aquando da entrada para a Organização das Nações Unidas (ONU), adoptando o termo “Províncias Ultramarinas”. Com esta jogada genial em que era feita bastante propaganda, não só a nível externo mas também a nível interno, mantinham-se os territórios em posse portuguesa e assim mantinha-se o “império onde o Sol nunca se punha”<sup>5</sup>, aquele que ia do Minho a Timor, o primeiro e último império colonial europeu.

Que alterações seriam necessárias primariamente ao nível das Forças Armadas perante esta nova ameaça?

### 1.2. A ameaça dos movimentos subversivos e a reacção

Para Portugal bastava olhar em volta para os seus vizinhos africanos, cada vez em maior número independentes da Europa, para facilmente depreender que um dia iria enfrentar no seu próprio território movimentos independentistas. Aquando da entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, a grande ameaça do ocidente era a influência comunista que vinha essencialmente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Contudo, a partir da directiva de 20 de Janeiro de 1960 do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) a ameaça principal deixou de se situar na Europa para se apresentar em África. Segundo o Coronel David Martelo passa-se assim *“de um aparelho militar voltado para os compromissos NATO, num teatro de operações europeu de características eminentemente convencionais, com efectivos*

---

<sup>2</sup> Ver mapa do mundo colonial em 1939 (Anexo A)

<sup>3</sup> Ver tabela das datas de independência dos países Africanos (Anexo B)

<sup>4</sup> Ver artigo 73º da carta das Nações Unidas (Anexo C)

<sup>5</sup> Ver mapa do império colonial português (Anexo D)

*esmagadoramente posicionados no território da Metrópole e muito escassamente presentes nas colónias, passava-se à necessidade premente de organizar forças preparadas para enfrentar um inimigo que usaria a guerrilha como forma de actuação, em territórios incomparavelmente mais vastos do que o de Portugal, com características físicas substancialmente diferentes e situados a muitos milhares de quilómetros de distância.”* (Afonso, 2009b, p.7)

O efectivo do Exército no Ultramar passou, segundo as informações de Aniceto Afonso, de 12 000 homens no fim de 1960 para quase 50 000 cerca de um ano depois. Também a formação de militares no estrangeiro, quer em cursos de tropas especiais quer em cursos orientados para a contra-subversão, fizeram com que começasse a surgir formação nesse âmbito e com que se criasse doutrina. Nesta área surgiu um manual que se veio a distinguir, baseado não só nas experiências de outros países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América (EUA), mas também em vários documentos portugueses sobre o assunto. “O Exército na Guerra subversiva” era a obra que espelhava a doutrina portuguesa relativa à contra-subversão onde, dos altos aos baixos escalões, todos se vieram a apoiar no decorrer da guerra (Afonso, 2009b).

Outro aspecto que sofreu uma grande reestruturação foi o armamento. De acordo com as directivas da OTAN no Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa, todo o material bélico adquirido nesse âmbito só poderia ser utilizado em missões no âmbito da OTAN. Desta forma, a utilização deste armamento em África constituía uma violação desse acordo e obrigou Portugal a adquirir equipamento e armamento fora desse âmbito para combater no Ultramar. Os países que mais pressionaram Portugal neste aspecto foram os EUA e a Inglaterra. Assim, Portugal tinha que se virar para outros países mas obviamente sem poder ir para o *outro lado da barricada*, ou seja, sem se passar para o lado da União Soviética. Foram a França e a República Federal da Alemanha (RFA) que passaram a fornecer bastante material principalmente ligeiro e que, nalguns casos, pouco depois passou a ser produzido em Lisboa na Fábrica Militar de Braço de Prata<sup>6</sup>.

Será uma guerra subversiva assim tão diferente de uma guerra convencional que justificasse tantas alterações e a tantos níveis?

### 1.3. Os conceitos basilares

Com a criação do manual anteriormente referido são adoptados conceitos que, por fazerem parte do vocabulário específico militar e serem de extrema importância para este trabalho, são destacados de outros de somenos importância.

---

<sup>6</sup> Apresentação do Professor Doutor António José Telo com o título “Portugal e a Guerra de África – Enquadramento Internacional e Situação Política Nacional” no seminário subordinado ao tema “A Academia Militar e a Guerra de África” que decorreu no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora no dia 8 de Maio de 2009 e foi recentemente publicado em livro com o mesmo título.

### 1.3.1. Guerra Subversiva

Segundo a doutrina portuguesa a guerra subversiva é *“uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção”* (EME, 1963a, Cap.I, p.1). Sobre este tipo de guerra é importante serem referidos quatro aspectos: é levada a cabo por parte da população de um território; pode ou não ser ajudada do exterior, ou seja, por outro país; a luta é conduzida contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas; tem como objectivo a paralisação dessas mesmas autoridades para alterar a situação existente.

Na opinião do General Cabral Couto na sua obra *Elementos de Estratégia a Guerra Subversiva* encontra-se no espectro da guerra localizada nas Guerras Internas e tem como fim último a conquista do poder. No entanto, isso só é possível com uma condução metódica, por vezes prolongada e através do cumprimento de vários objectivos intermédios. Existem vários exemplos na História de Guerras Subversivas que se encontram ligadas a situações revolucionárias, contudo, não é necessária a existência de uma para se verificar a existência da outra. A revolução é *“um levantamento popular explosivo-súbito, breve, incontrolado e não planeado”* enquanto a Guerra Subversiva tem um desenvolvimento lento e planeado. Nesta, surgem primeiro os chefes que vão ser os responsáveis pela preparação e orientação dos movimentos das massas. Trata-se de uma acção premeditada e não de um impulso ou “acidente” resultante de uma qualquer situação inopinada (Couto, 1989).

Por sua vez, o General Kaúlza de Arriaga, na sua obra “Guerra e Política”, afirma que a Guerra Subversiva é *“... acima de tudo, uma luta pelo apoio e solidariedade das populações. Ganha-a quem tiver as populações, ou pelo menos maiorias significativas destas, do seu lado; e perde-a quem as não tiver. Na luta pelas populações, a subversão, visando as Províncias Ultramarinas Portuguesas, utilizava, como se faz notar, quase que exclusivamente o terrorismo e a acção psicológica”* (Arriaga, 1987, p.49). Aquando das primeiras conferências realizadas em Portugal a propósito de guerra subversiva, da forma de a evitar e combater, no final da década de 50 início de 60, o Tenente-coronel Pierre Clostermann afirmou que a guerra subversiva deveria ser ganha antes mesmo de começar. Para ele, esta era como o cancro no corpo humano que, embora não tenha sintomas, vai fazendo com que se perca a vitalidade. Num cenário de guerra subversiva passa-se o mesmo relativamente ao inimigo que só vem à superfície quando a vitória é certa (Clostermann, 1960). A guerra subversiva é, na opinião de Hermes de Oliveira, uma *“... luta, não obstante a manifesta superioridade, em material e em efectivos, da ordem estabelecida, o adversário alcança, por toda a parte, êxitos que, na quase totalidade dos casos, lhe proporcionam a vitória. E assim acontece porque utiliza métodos e armas que, por muito tempo, não mereceram a atenção dos responsáveis pela resposta a dar-lhe. Representa a*

*subversão, sem dúvida, perigo mortal. Todavia, a ordem estabelecida dispõem de suficientes possibilidades para a combater”* (Oliveira, 1965, p.29).

Embora a Guerra Subversiva possua determinadas particularidades, poderá ser confundida com outros tipos de guerra que têm algumas semelhanças<sup>7</sup>. A Guerra subversiva tem ainda como características a influência da população, a influência do exterior e a complexidade da guerra<sup>8</sup>. Sempre que existe uma guerra subversiva existem duas forças antagónicas: a força que se encontra no poder e que tenta evitar a subversão através de medidas contra-subversivas e a força que desafia o poder e as autoridades vigentes e que faz a subversão.

### 1.3.2. Subversão

A subversão, segundo Mao Tse-Toung, é um fenómeno caracterizado por ser progressivo no seu desenvolvimento. Começa do nada e vai-se alastrando com vista à conquista do poder pela eliminação das autoridades. Ao longo dessa escalada vão sendo atingidos objectivos específicos que vão facilitando a conquista do objectivo principal. Normalmente, está assente numa ideologia política e rege-se segundo uma doutrina. O tempo não é um factor preponderante ou imperativo, até porque sendo uma situação normalmente caracterizada pela desigualdade de forças, tenta-se a vitória através do cansaço e do esgotamento do inimigo que vai conduzir à sua capitulação (Alves, 1992).

Também Régis Débray reflectiu sobre a subversão e afirmou que “... a guerrilha, na qualidade de organização política, ou se implanta nas massas numa região precisa ou se vê condenada, num prazo mais ou menos curto, a desaparecer como organização militar” (Nunes, 2002, p.15).

Como tem sido referido ao longo do tempo, a subversão é um processo demorado e bastante metódico. Devido à sua complexidade é usual dividir-se por fases todo o processo. Tal não quer dizer que são patamares estanques ou independentes entre si. Apenas se usa este faseamento para mais facilmente identificar e analisar aspectos característicos de cada um dos “momentos críticos” que envolvem este processo. Estas fases ocorrem naturalmente e de uma forma fluida. São consideradas cinco as fases<sup>9</sup> de uma normal evolução de um processo subversivo: Preparação da subversão ou fase preparatória; Criação do ambiente subversivo ou fase de agitação; Consolidação da organização subversiva ou fase do terrorismo e da guerrilha; Criação de “bases” e de forças pseudo-regulares ou fase do “Estado subversivo”; Insurreição geral ou fase final de guerra propriamente dita<sup>10</sup>. As suas fases devem ser seguidas de uma forma progressiva e circunspecta para que tudo corra

---

<sup>7</sup> Ver principais diferenças face a outros tipos de guerra (Anexo E)

<sup>8</sup> Ver características da Guerra Subversiva (Anexo F)

<sup>9</sup> Ver fases da subversão (Anexo G)

<sup>10</sup> Ver quadro das fases da subversão (Anexo H)

como planeado “... desde uma simples agitação até à violência, desde a mais absoluta clandestinidade até à luta aberta quase com o carácter de operações convencionais” (EME, 1963a, Cap.I, p.10). Existem sempre causas que são exploradas pelos movimentos subversivos, mais ou menos credíveis e que podem ter as mais variadas origens. Também os objectivos são vários e os mais variados. Inicialmente, os objectivos primários visam essencialmente a destabilização e posteriormente evoluem para secundários até ser alcançado o objectivo final que visa a capitulação da autoridade de facto<sup>11</sup>. As forças que usam a subversão como meio para atingir os seus objectivos têm uma forma bastante característica de actuar a que se dá o nome de manobra subversiva<sup>12</sup>. Esta foi descrita na doutrina portuguesa e analisada para criar uma contra-subversão ou uma manobra contra-subversiva eficiente.

### 1.3.3. Contra-subversão

Sempre que se fala em guerra subversiva existem duas facções opositoras. A facção sublevada que foi descrita anteriormente e que faz a subversão e a outra facção que é responsável pela contra-subversão que vai impedir o sucesso da subversão. Esta luta pode ser levada a cabo de duas formas diferentes, evitando a subversão ou reprimindo-a. Preferencialmente a subversão deve ser evitada, na medida em que é mais fácil acabar com ela numa fase inicial ou mesmo antes de esta existir. Contudo, quando as autoridades falham o combate da subversão na sua fase inicial esta terá de ser reprimida posteriormente como será esclarecido posteriormente neste trabalho.

Tal como a população é essencial para a subversão, também para a luta contra a subversão o é, visto que se trata de “...uma luta pela população e nunca uma luta contra a população” (EME, 1963a, Cap.II, p.1). As autoridades devem a todo o custo “...impedir que a população se deixe convencer pela propaganda e pelos agitadores subversivos ou, se isso já tiver sido conseguido, no sentido de a reverter a favor das autoridades estabelecidas” (EME, 1963a, Cap.II, p.1).

Enquanto tudo pode ser utilizado e explorado pela subversão, desde o mais simples antagonismo existente até aos descontentamentos, a luta contra a subversão não pode reprimir a subversão de qualquer maneira (prendendo, ferindo e matando), pois corre o risco de estar a “fazer o jogo do inimigo”, dando provas que são verdadeiras as ideias que a subversão havia difundido sobre as autoridades. Sempre que as autoridades em vigor façam um estudo de situação nunca devem considerar a população como inimigo na medida em que esta é, sim, o meio onde se vai desenrolar a luta entre os dois contingentes. Assim, em caso de estudo, a população assume um carácter semelhante ao do terreno. Fazendo um paralelismo com a guerra convencional, a população representa “... aquilo que se pretende

---

<sup>11</sup> Ver quadro de objectivos da subversão (Anexo I)

<sup>12</sup> Ver manobra subversiva (Anexo J)

*defender ou reconquistar e não aquilo que se procura repelir, aprisionar ou destruir”* (EME, 1963a, Cap. II, p.3).

A utilização de forças concorrentes com as subversivas é um segundo princípio da luta contra a subversão. Só este tipo de forças poderá rebater as ideias difundidas pela propaganda através de ideias verdadeiras e favoráveis aos anseios da população que serão constantemente demonstradas pelas autoridades estabelecidas. Podem ainda ser utilizadas acções diametralmente opostas mas exclusivamente contra os terroristas, as guerrilhas, os bandos armados e as forças pseudo-regulares. Este segundo princípio assenta na adopção de processos que, sendo idênticos ao do inimigo mas com uma ideia-base contrária, vão provar a falsidade da propaganda subversiva em prol das autoridades que estabelecem finalidades a atingir com realizações concretas e constantes. Como terceiro princípio geral da luta contra a subversão apresenta-se o facto de esta não poder ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares, até porque existem muitas outras medidas de ordem política, religiosa, social, económica que devem ser empregues. A utilização das forças armadas não se deve restringir ao combate contra os elementos militarizados que executam subversão mas também deve haver um apoio e uma assistência à população através, por exemplo, dos seus serviços religiosos e de médicos, administrando justiça e instrução e fornecendo alimentos e medicamentos. Também um profundo conhecimento da população, nomeadamente das raças, línguas, religiões, densidade, distribuição, organização social, costumes, condições de vida, antagonismos, sentimentos ou aspirações vão fazer parte de um estudo do meio humano que deve ser feito pelos altos escalões para servir como alicerce na tomada de decisões sobre a condução da luta (EME, 1963a).

No que diz respeito à segunda característica da guerra subversiva que está relacionada com o território em que esta se processa e no facto, já visto anteriormente, de esta ser sempre influenciada e muitas vezes fomentada, dirigida e alimentada do exterior, existem também alguns aspectos que o combate à subversão deve ter em conta. Em primeiro lugar, e como quinto princípio, não se deverá cingir o estudo do terreno ao território alvo da subversão uma vez que a sua origem e as forças que nela intervêm podem-se localizar fora deste. Na mesma linha de pensamento e visto que o estudo não foi só sobre o interior do território, também a actuação da contra-subversão não deve ser limitada ao interior. Como sétimo princípio é apresentado uma coesa interdição das fronteiras que vai isolar o interior do território. Desta forma, não permite a recepção de material do exterior por parte das forças que fazem a subversão, dificultando desta forma a sua missão.

Relativamente aquela que é a terceira característica da guerra subversiva, ou seja, a complexidade da mesma, também aí a contra-subversão vai ter em conta alguns aspectos para facilitar o combate à subversão. A importância da informação e naturalmente a necessidade de um serviço de informações são necessários em qualquer guerra e, logicamente, mais ainda na guerra subversiva, apresentando-se como o oitavo princípio. O

nono prende-se com a adopção da mesma diversidade de meios e processos de luta que a subversão. Essa adopção deve ser convenientemente adaptada não só às circunstâncias do local como ao momento. Também os meios que são empregues pela contra-subversão devem ser muito bem calculados e a sua disposição deve ser feita não por frentes mas por áreas (EME, 1963a).

Conhecidas as características essenciais e o tipo de guerra em questão o que encontravam as forças portuguesas em África? Quais as características do teatro de operações?

#### 1.4. O Teatro de Operações

Após a perda dos enclaves Asiáticos de Goa, Damão e Diu, foi Angola em 1961 a primeira província Africana a ser assolada por movimentos subversivos. Mais tarde, já em 1963, estes movimentos estenderam-se a Moçambique e à Guiné, obrigando Portugal a enfrentar um problema em três províncias distintas e todas elas afastadas da metrópole. Apesar de quer os movimentos independentistas, quer mesmo a guerra terem ocorrido em três teatros de operações diferentes, só vai ser caracterizado o teatro de operações de Angola com incidência na zona Leste pois é a que tem interesse para este estudo.

##### 1.4.1. O Terreno<sup>13</sup>

O teatro de operações do Leste de Angola caracterizava-se por ser uma enorme planície embora com algumas zonas mais elevadas que sobressaíam (Nunes, 2002).

O tipo de solo existente era essencialmente argiloso quer a Norte, quer a Noroeste e mais macio e arenoso a Sul do paralelo de Luanda. Quanto à vegetação pode-se afirmar que as regiões de Cabinda e dos Dembos são densamente arborizadas e que a Sul do paralelo de Luanda predominam as planícies onde cresce essencialmente capim e arbustos de pequeno e médio porte. Podem existir também zonas de floresta onde não existe impedimentos quer de movimentação quer de observação. As zonas mais a sul possuem menos vegetação. A zona Leste é caracterizada por grandes planícies em que o capim e um terreno pouco acidentado predominam<sup>14</sup>. O capim caracteriza-se por ser um tipo de vegetação extremamente densa e alta que pode atingir os três metros em altura e cobrir zonas com milhares de quilómetros de extensão. Embora seja mais característico nas zonas planas pode encontrar-se também em zonas acidentadas. A floresta é uma zona mais arborizada e mais densa onde por vezes a progressão pode ser mais difícil (EME, 1963b). Se tivéssemos de definir o terreno no leste de Angola numa só palavra seria “savana”, pois ela define na perfeição tudo o que caracteriza esta parte do território. Existem algumas

---

<sup>13</sup> Ver mapa de Angola (Anexo K)

<sup>14</sup> Coronel Vasco Ramires em entrevista pelo Major de Cavalaria Henrique Mateus

matas na zona Leste e com áreas mais arborizadas em Silva Porto devido à sua localização ser num planalto e haver mais chuva<sup>15</sup>.

Relativamente a rios e linhas de água, estes existem em abundância. Se os analisarmos de um ponto de vista tático, alguns constituem-se como um obstáculo, embora do ponto de vista logístico se constituam como uma abundante fonte de água. Na zona do planalto do Bié nascem alguns dos mais importantes rios de Angola. São exemplo disso os rios Kwanza, o Cuango, o Cuando, o Cubango e o Cunene. Aquando da época das chuvas as dificuldades relativamente ao terreno agravam de forma exponencial na medida em que a visibilidade diminui, a dificuldade em progredir aumenta e surgem grandes inundações. Também a largura, a profundidade e a corrente dos cursos de água aumenta bastante podendo até provocar enxurradas que facilmente arrastam pontes (EME, 1963b).

Embora Angola se localize numa zona tropical o clima é essencialmente quente ou temperado e húmido devido aos elevados valores médios da temperatura, humidade, nebulosidade e pluviosidade. Na zona de Silva Porto o clima é temperado de montanha e a zona leste tem uma grande amplitude térmica. Existem duas estações bastante distintas em Angola: a estação das chuvas e a estação seca ou do cacimbo. A estação das chuvas é caracterizada por fortes chuvas e trovoadas frequentes e violentas. Por sua vez, a estação da seca é caracterizada por ausência de chuva embora a humidade se mantenha elevada. Também a temperatura desce especialmente à noite. As zonas mais baixas podem cobrir-se com densos nevoeiros especialmente durante a parte da manhã. As mudanças bruscas das condições atmosféricas são bastante frequentes nestas regiões (EME, 1963b).

#### 1.4.2. Inimigo

Os guerrilheiros existentes nos territórios ultramarinos são, na sua grande maioria e salvo raras exceções, nativos bastante robustos e ágeis com bastante iniciativa e orientação. Podem dispersar-se num determinado local e voltar a reunir-se facilmente e de uma forma rápida e silenciosa. Possuem grande resistência e espírito de sacrifício. Quando conscientes da causa pela qual lutam o seu moral torna-se bastante elevado e torna-se bastante difícil que revele um segredo que seja vital. A grande maioria dos operacionais é altamente influenciável pelo feiticismo sendo mediáveis a ideias de natureza religiosa e rática. Se estiverem sob influência de feiticeiros torna-se bastante fácil recrutá-los para fazer a guerra subversiva embora muitas vezes não compreendam as razões da mesma. Este tipo de guerrilheiros prima pelo fanatismo que, aliado à sua agressividade no combate, o vão fazer ser capaz de se sujeitar a sacrifícios físicos e à mais rígida disciplina. O armamento disponível por estas forças foi melhorando com o tempo e, logicamente, à medida que chegava *ajuda* do exterior. Inicialmente, estas forças utilizavam a tradicional

---

<sup>15</sup> Inspector-adjunto da PIDE/DGS Óscar Cardoso entrevistado pelo autor (Anexo L)

catana que era tradicionalmente utilizada nos trabalhos agrícolas e que em combate poderia ser muito perigosa, nomeadamente na luta corpo a corpo. Por vezes era também utilizada para *abrir caminho* no mato em que o capim dificultava a progressão. Também o canhangulo foi utilizado por estas forças e muito embora aos 50 metros não seja eficaz a cerca de 20 poderá atingir, devido à dispersão dos projecteis, mais do que um indivíduo. Contudo, apesar da utilização destas armas mais primitivas também as espingardas de guerra como por exemplo a mítica AK-47 ou *Kalashnikov* e outro tipo de armamento mais moderno foi utilizado pelas forças da subversão. O armamento utilizado tinha características muito semelhantes às do armamento português embora fossem na sua grande maioria de origem Soviética ou de países que se encontravam sob influência do comunismo. Também a utilização de rádios era por vezes necessária, mais à medida que ia aumentando a influência do movimento de subversão. Para a realização de sabotagens eram também utilizados explosivos plásticos em algumas situações particulares. A escolha da sua utilização, em prol de outro tipo de explosivos clássicos, prende-se com o facto de para além de serem mais fáceis de manusear também são mais potentes, maleáveis e aderentes o que permite o seu emprego nas mais variadas situações (EME, 1963b).

Quanto a movimentos independentistas Portugal enfrentou três, todos eles com ideologias desde início diferentes. A União dos Povos Angolanos (UPA) dirigida por Holden Roberto que foi o primeiro movimento a criar adversidades às Forças Armadas portuguesas no Norte de Angola e em Luanda era o mais brutal e fanático de todos os movimentos<sup>16</sup>. Mesmo depois de se unir com o Partido Democrático de Angola (PDA) e formar a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) nunca manifestou vontade de negociar com Portugal e foi apoiado por países ocidentais como os EUA e a França. O Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA) dirigido por Agostinho Neto iniciou desde 1962 o combate na frente de Cabinda e mais tarde no leste. Este movimento não excluiu a via da negociação com as autoridades e foi apoiado essencialmente pelos países que estavam sob a esfera de influência da URSS. O MPLA era o movimento mais bem preparado quer na guerrilha, quer na parte intelectual, especializado na Guerrilha Urbana<sup>17</sup>. Existia ainda a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que liderado por Jonas Savimbi teve como área de actuação o leste de Angola desde 1966. Era um movimento muito bem preparado a nível da guerra psicológica devido aos altos quadros frequentarem cursos na Academia Político-militar de Nanquim na China<sup>18</sup>. O apoio deste movimento era feito essencialmente pela China.

Qual a forma como Portugal se organizou a nível de articulação e disposição de forças no terreno para combater a subversão?

---

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> *Ibid.*

### 1.5. A articulação e disposição das forças no terreno

Sempre que se organiza uma força para conduzir operações, seja de que tipo for, torna-se necessário um estudo que engloba os mais variadíssimos factores. Inicialmente, esse estudo é feito aos mais altos níveis, até mesmo ao nível político, e posteriormente vai até aos mais baixos escalões os quais também executam o seu estudo segundo as suas necessidades. Neste estudo da situação, como é normalmente designado, é feita a análise da população, do terreno, das condições meteorológicas, dos recursos, do inimigo e dos meios. Depois de feito o estudo, o comandante militar de um determinado território toma as suas decisões com base nas conclusões tiradas (EME, 1963b).

Começa assim uma nova etapa, a ocupação militar do território que comporta a instalação de unidades e a abertura dos itinerários que vai criar uma rede de itinerários e vias de comunicação (EME, 1963b).

#### 1.5.1. Função de quadrícula

A partir do momento em que se começa a guarnecer o território surgem as forças de quadrículas vulgarmente chamadas de forças de ocupação. O território é dividido em sectores e atribuído às Companhias e aos Esquadrões e os agrupamentos são atribuídos aos Batalhões (EME, 1963b).

As unidades poderão ter uma constituição e um efectivo variável consoante as necessidades concluídas aquando do estudo realizado. Não obstante o facto de a sua missão ser essencialmente defensiva a esta força, é exigido permanentemente um espírito ofensivo bem como alguma mobilidade. Assim, deve ser perfeitamente exequível para estas forças a execução de patrulhas e escoltas. Os constantes patrulhamentos mantêm as forças em permanente mobilidade pois só assim se consegue abranger todo o sector pois com guarnições fixas não haveria efectivo suficiente para garantir segurança. A organização de uma Companhia de caçadores a quatro pelotões poderá passar por um pelotão a guarnecer o local que lhe serve de sede, um segundo destacado na defesa de um ponto secundário, um terceiro empenhado numa acção ofensiva (patrulha, emboscada, etc.) e um quarto de reserva pronto a intervir. Seja qual for a organização do pelotão deve ser sempre constituída uma reserva (EME, 1963b).

São várias as missões levadas a cabo pelas unidades que guarnecem um território na sua função quadrícula. Em primeiro lugar têm uma função de defesa que se deve prender essencialmente com os pontos mais importantes, com maior interesse e os pontos vitais. Devem ser guarnecidos o maior número de pontos possíveis mas sem que, no entanto, haja prejuízo para a reserva. Podem também ser criadas, devido à extensão do território, pequenas instalações de carácter temporário. Deve também ser garantida a possibilidade de uso de determinadas vias de comunicação não só para controlo de pontos sensíveis (pontes, desfiladeiros, cruzamentos, etc.) mas também para garantir um

patrulhamento móvel eficiente. Também a pesquisa de notícias, não só sobre o inimigo, mas também sobre a população e o terreno deve ser constante. Assim, poder-se-á obter melhores resultados na contra-subversão. O contacto permanente e constante com a população é mais uma das missões deste tipo de forças, na medida em que é à volta dela que vai girar todo o conflito. Desta forma, um bom relacionamento com a população pode ser não só importante mas decisivo para determinar o vencedor. Sobre os rebeldes deve ser exercida, conforme as directrizes superiormente aprovadas, uma acção psicológica. Para terminar mas não menos importante, deve ainda hostilizar o inimigo segundo os efectivos disponíveis e através de patrulhas, colocação de minas ou armadilhas, em zonas ou linhas de infiltração mais frequentes, e por fogos de flagelação, com o auxílio da Artilharia ou da Força Aérea, em zonas convenientemente escolhidas (EME, 1963b).

### 1.5.2. Função de Intervenção

Devido às forças responsáveis pela função quadrícula não serem suficientes para que a luta contra as guerrilhas e os bandos armados seja eficaz, são criadas forças com função intervenção. Depois de garantido o controlo do território surgem estas forças por vezes também denominadas de reserva que, através de acções ofensivas, procuram e aniquilam o inimigo. Estas forças são responsáveis por baixar a moral do inimigo e por lhe destruir as suas estruturas de comando, de ligação e abastecimento. Vão também desencorajar, e se possível eliminar, o apoio da população ao inimigo, aumentando o apoio desta às forças da autoridade. No que toca à organização, estas unidades tal como as de quadrícula devem ser subunidades dentro dos Agrupamentos para que interajam entre si trabalhando por um objectivo comum. (EME, 1963b)

Também as missões levadas a cabo por estas forças podem ser bastante variadas. Uma força com função de intervenção pode ser incumbida de socorrer outras unidades, povoações e instalações militares ou civis que estejam a ser atacadas pelo inimigo. Neste tipo de missão o mais importante é o factor rapidez com uma elevada mobilidade e uma blindagem um pouco mais defeituosa. A forma de actuação neste caso vai depender da situação que as forças encontrarem quando chegarem ao local do confronto (EME, 1963b).

A segunda missão destas unidades consiste em procurar o inimigo e hostilizá-lo o mais possível por toda a parte. Através de uma acção de patrulhamentos constantes levados a cabo por todas as regiões independentemente da dificuldade do terreno e com o apoio ou não da Força Aérea consegue-se cumprir a missão com sucesso (EME 1963b).

Quanto à terceira missão destas unidades que são as operações ofensivas, os aspectos são bastante variáveis, dependendo essencialmente do efectivo que for empenhado que poderá ir de uma Secção até Agrupamento, o tipo do objectivo e a precisão das informações sobre o inimigo. Torna-se bastante importante a existência de informações para o aumento do sucesso das missões. São informações importantes o conhecimento

preciso da localização do inimigo ou, pelo menos, a delimitação de uma zona onde este se encontre. Estas forças devem executar acções ofensivas que consistem num conjunto de múltiplas operações de duração reduzida, levadas a cabo por forças muito móveis e realizadas de surpresa. Neste tipo de acções o planeamento é centralizado mas a sua execução é descentralizada (EME, 1963b).

#### 1.6. Breves conclusões

Na segunda metade do século XX, Portugal sofreu uma forte pressão internacional para abandonar as suas possessões Africanas.

Na altura, o aparelho militar português estava orientado para uma guerra convencional em solo português e rapidamente teve de tomar medidas para enfrentar uma guerra subversiva em solo africano. Foi reforçado o efectivo militar no ultramar, foram estabelecidos acordos com países para o fornecimento de armamento e equipamento e mesmo Portugal iniciou o fabrico de bastante armamento e equipamento.

A guerra subversiva tem características muito específicas que em nada têm a ver com as guerras convencionais. A subversão e a contra-subversão necessitam de conquistar o apoio da população para vencer a guerra, daí a criação de uma doutrina específica.

Portugal criou no seu território ultramarino um dispositivo de malhas no terreno ou quadrículas militares e dividiu as suas forças em dois tipos. Uma ocupava essas malhas e era-lhe atribuída uma zona de acção e de responsabilidade, a outra, com mais mobilidade e velocidade, entrevia onde fosse necessário para colmatar as falhas da força de ocupação não poder estar em todo o lado por causa da falta de efectivos face à extensão de território.

## 2. As missões do Exército e a operacionalização do dispositivo no TO do Leste

### 2.1. As formas de acção no combate à subversão

A acção das forças militares no combate à subversão deve ser em todos os campos em que as suas possibilidades o permitirem e não exclusivamente pelas armas.

Como foi referido anteriormente e será agora pormenorizado, existem duas grandes formas de combater a subversão, evitando-a ou reprimindo-a. Em primeiro lugar, deve-se impedir que a população, as instituições e os serviços se deixem influenciar quer pela propaganda, quer pelos agentes subversivos de maneira a que sejam afectados. Para isso deve ser demonstrado que as ideologias subversivas não têm fundamento nem razão de ser, deve-se defender as pessoas e os bens dos agentes subversivos e salvaguardar o funcionamento das instituições e serviços.

Ao mesmo tempo, deve-se ter sempre em linha de vista a destruição da organização político-administrativa da subversão e as suas redes. Essa destruição pode ser garantida se a organização for detectada, se os seus componentes forem neutralizados e posteriormente se actuar psicologicamente para desacreditar a organização e os seus objectivos. A acção das forças armadas poderá ser de reforço às forças policiais ou de manutenção dos serviços essenciais à vida da Nação ou, se necessário, o controle da população, através de várias medidas, caso a polícia não o consiga garantir. Este conjunto de medidas levadas a cabo pelas forças militares que podem passar, por exemplo, pela imposição de um recolher obrigatório ou pela restrição da livre circulação, devem ser vistas não como medidas punitivas para a circulação mas como forma de a proteger contra os agentes subversivos.

Também a presença das forças armadas junto da população vai fazer com que esta se sinta mais tranquila e segura. Deve ser aproveitado esse factor como prevenção contra o desenvolvimento da subversão, colaborando na difusão de ideias na população e também com assistência a vários níveis que podem ir desde o auxílio médico até ao alojamento, em caso de emergência.

Torna-se certo que, embora apenas algumas das missões das forças militares convirjam com as das autoridades e civis, devem sempre trabalhar tendo em vista um “... só *objectivo – a destruição do adversário*” e também “...*uma única finalidade – impedir que a subversão passe ao segundo período...*” (Oliveira, 1965, p.56)

Existem bastantes autores que escreveram sobre o tema subversão e contra-subversão, por isso, por vezes existem conceitos idênticos mas com nomenclaturas diferentes. Um exemplo desse caso é a expressão “*período de incubação da subversão*” utilizada por Hermes de Oliveira que se refere àquilo que no trabalho é descrito por “*evitar a subversão*” como vem na doutrina portuguesa. (EME, 1963; Oliveira, 1965).

O aspecto mais importante da luta contra a subversão no que toca às forças que executam a contra-subversão é mesmo o facto de haver uma grande dependência e apoio entre todos os esforços pois “... *lutar contra a subversão sem estabelecer íntima coordenação entre as actividades policiais e o sistema de informações é viver na mais ingénua das ilusões; pior, é gastar energias valiosas sem qualquer rendimento, criando assim um estado de espírito de desalento e de descrença quer nas forças da ordem quer na opinião pública.*” (Oliveira, 1965, p.56)

Quando a subversão não é controlada a tempo de não se “enraizar” na população, deixam de ser usadas medidas preventivas e passa-se à repressão da subversão, por vezes designada pela expressão *pacificação do território*. Para garantir o sucesso desta repressão, devem ser levadas a cabo algumas medidas. Em primeiro lugar, a população deve ser *reconvertida* e todos os serviços e instituições devem ser restabelecidos. A partir do momento em que a situação entra na normalidade é necessário um maior controlo da população para garantir que a situação não volta a suceder. As forças armadas devem

garantir a protecção não só das populações mas também das instituições e serviços para garantir que tudo corre segundo a normalidade desejada. Também a destruição da organização político-administrativa da subversão e das suas redes é um problema essencialmente policial embora compita às forças militares dar à polícia toda a informação que obtenha. Poderá ainda ser solicitada às forças militares ajuda, reforço ou cooperação com as forças policiais. Embora as forças militares sejam, ou possam ser, utilizadas nas situações anteriormente referidas, deve ser referido que da sua exclusividade é a destruição das forças militarizadas da subversão. O combate com estas forças poderá tomar dois aspectos distintos: o defensivo e o ofensivo. A nível defensivo poderá ser feita, entre outras, guarda a pontos sensíveis, defesa de povoações e protecção de comunicações. Quanto a operações ofensivas, estas dizem respeito à pesquisa, perseguição e ataque dos bandos, guerrilhas e forças do lado da subversão. (EME; 1963a)

Também para este caso existem denominações diferentes, a *repressão da subversão*, expressão utilizada pela doutrina portuguesa é substituída por *período da violência* utilizado por Hermes de Oliveira. (EME, 1963a; Oliveira, 1965)

Deve-se ter em atenção que “... *as missões realmente mais importantes das forças militares na luta contra a subversão são aquelas cujo efeito seja conservar ou reconquistar o apoio da população, ou sejam, a acção psicossocial e o controle da população.*” (EME; 1963a; Cap.II; p.23) Contudo, existem missões que devido à sua especificidade só as forças armadas estão capacitadas para agir prontamente e para “... *intervir, sem demoras, com toda a firmeza, energia e severidade (...), onde, porventura, o adversário haja conseguido iniciar o período de violência.*” (Oliveira, 1965, p.66)

Conclui-se assim que as forças armadas não devem ser desproporcionadas face à diversidade de missões que possam vir a levar a cabo. Se numa é importante que participem pois não sendo a sua principal missão, poderão adaptar-se e apoiar, visto que se encontram em condições de o fazer, noutras estão a fazer aquilo que mais ninguém pode fazer, aquilo para que foram criadas. A nível militar terá então de haver uma harmonia, “... *terá de assentar no justo equilíbrio destas duas acções – a protecção e a intervenção – que se complementam entre si. Da síntese do estatismo da primeira e da mobilidade da segunda, da passividade de uma e da agressividade da outra, vai resultar a criação de todas as condições indispensáveis à destruição da organização militar do adversário.*” (Oliveira, 1965, p.73)

A partir deste modo de agir e com todos estes princípios sempre como referência, quais eram especificamente as missões levadas a cabo pelas unidades nos Teatros de Operações?

## 2.2. As operações militares

Com características semelhantes às das guerrilhas no que toca a rapidez, agressividade, segredo e surpresa as operações militares eram acções de pequena envergadura e curta duração que ocorreram aos milhares durante a Guerra do Ultramar. Normalmente eram levadas a cabo por pequenas unidades que podiam variar desde grupos de combate (pelotão) até a um máximo de escalão batalhão e ser apoiadas pela artilharia ou aviação. Estas operações eram muito bem coordenadas e a sua duração normalmente rondava os dez dias. Este tipo de operações tinha dois grandes objectivos *“destruir ou, pelo menos, neutralizar as forças, os agentes e as instalações da subversão e impedir o apoio externo através das fronteiras e proteger pessoas, bens e actividades”*. (CECA, 1990, p.145)

Existem oito tipos diferentes de operações militares que podem ser levadas a cabo: defesa de pontos sensíveis, protecção de itinerários, patrulhamentos, batidas, limpezas de povoação, golpe de mão, emboscada, interdição de fronteira.

### 2.2.1. Defesa de pontos sensíveis

Um “ponto sensível” é uma determinada área que, na posse dos rebeldes e devido à sua importância, quer para as nossas tropas quer para a população, vai ter inconvenientes a vários níveis como por exemplo a nível militar, político ou económico. São considerados pontos sensíveis as povoações e instalações importantes onde haja o objectivo de defender as populações e manter o contacto com os rebeldes, instalações importantes de interesse político, administrativo, económico e militar. Também são considerados pontos sensíveis os pontos vitais das comunicações (pontes, túneis, cruzamentos importantes, estações de caminho de ferro), áreas agrícolas de excepcional importância e ainda acidentes de terreno que tenham interesse militar.

Para além da segurança imediata que tem de ser montada ao ponto sensível deverá também ser montada uma segurança próxima que, entre outras coisas, poderá *“lançar patrulhas, criar postos de vigilância, montar emboscadas e instalar obstáculos e armadilhas”* (CECA, 1990, p.146). Uma vez que é extremamente difícil a montagem de uma defensiva com estas características nestas condições em segredo deve-se pelo contrário fazer algum cenário para que tanto o inimigo como a população fiquem com uma sensação de eficiência e força. Apenas os pormenores de interesse e de extrema importância deverão ser mantidos em segredo. No caso específico da defesa de uma povoação a população civil poderá ser empenhada no sistema de vigilância e defesa se houver confiança na mesma. Para a defesa deste tipo de pontos podem ainda ser criados, se houver necessidade, “postos militares” que se encontram isolados, possuem uma fortificação consoante o nível da ameaça e são guarnecidos permanentemente. Esses postos podem ser utilizados para a própria defesa mas também por exemplo para lançar patrulhas a partir dos mesmos. (CECA, 1990)

### 2.2.2. Protecção de Itinerários

A protecção dos itinerários vai comportar dois aspectos distintos: a defesa do próprio itinerário dos ataques do inimigo a pontes, túneis, aterros ou até cortes ou obstruções da via e também a segurança dos utentes que utilizem os itinerários e que podem ser civis ou militares. Deve ser tido em atenção que os itinerários são essenciais para a vida económica do território e para a manobra militar e apoio logístico. Os militares devem ter algumas regras na utilização dos itinerários para dificultar as acções das forças de guerrilha.

Em primeiro lugar, só devem ser utilizados itinerários quando necessário e quando não houver possibilidade de fazer o transporte por outra via. Os deslocamentos devem ser planeados no máximo secretismo de forma a evitar a rotina, os horários fixos e a denúncia de movimentos. Deve ser mantido um patrulhamento constante que poderá ser apeado e devem ser montadas emboscadas. Quando uma coluna militar se deslocar poderá ser feita segurança de flanco por forças apeadas, que têm a desvantagem de serem bastante morosas, e por aviação. Os itinerários devem ser estudados previamente e nas zonas onde são mais prováveis de ser utilizadas pelo inimigo para lançar emboscadas ou para se proteger depois de as lançar devem ser armadilhadas, se possível, ou então deve ser utilizada artilharia, se tal for necessário.

A dissuasão do inimigo é bastante importante pois este deve ter em mente que ao emboscar uma coluna e em caso de confronto ficará sempre a perder. Em caso de emboscada, a coluna deve reagir por si ou por intermédio da sua escolta, instantaneamente e em força, da forma mais adequada e ofensiva que conseguir. As forças que intervierem devem ser rápidas e ter um perfeito conhecimento do terreno e hábitos do inimigo de forma a lançar de imediato uma operação de intercepção do atacante. A existência de equipas apeadas facilita também na detecção de minas. No fundo, as colunas terão de estar bem organizadas, escoltadas e instruídas para reagir em caso de necessidade. Facilita bastante a versatilidade das viaturas quer a nível de modelo, blindagem e protecção contra minas e armamento, quer a sua capacidade de todo-o-terreno que permite andar em itinerários alternativos ou passar a vau possíveis cursos de água cuja ponte tenha sido destruída. (CECA, 1990)

### 2.2.3. Patrulhamentos

Um patrulhamento é levado a cabo por forças de escalão secção ou pelotão apeadas ou motorizadas numa determinada região ou itinerário. Os objectivos prendem-se com a obtenção de “...notícias sobre o inimigo e dados sobre o terreno e a população (acção de reconhecimento); procurar o inimigo e hostilizá-lo o mais possível (acção de combate);

*manter contacto com a população, colaborando no seu controlo e na acção psicossocial (contacto com a população)”* (CECA, 1990, p.149)

A um patrulhamento prolongado de reconhecimento e combate levado a cabo por forças com características muito móveis, grande autonomia e forte espírito ofensivo é dado o nome de *nomadização*. O seu sucesso vem do facto de serem forças moralizadas, bem instruídas militar, física e psicologicamente, daí que existem vantagens em fazer um recrutamento local destas forças. (CECA, 1990)

#### 2.2.4. Batida

Bater uma zona é percorrê-la dum extremo ao outro com uma linha contínua de forças militares. O objectivo da batida é expulsar, aprisionar ou aniquilar rebeldes e simpatizantes podendo ou não destruir as instalações e meios de combate existentes. Quando existirem grandes efectivos a batida é feita a partir de um cerco que vai estreitando, em situações em que o efectivo é reduzido é feita com interdições de itinerários para conter a fuga do inimigo. Se a batida for realizada com efectivos suficientes que permita a ocupação pode chamar-se “limpeza de uma zona”.

Também neste tipo de missões é essencial um rigoroso segredo, bem como medidas de decepção para não alertar o inimigo aquando dos deslocamentos das forças militares, o que faria com que este abandonasse temporariamente a zona fracassando toda a operação. Nalgumas situações, estas missões podem ser apoiadas por artilharia, pela aviação e até pela Marinha. (CECA, 1990)

#### 2.2.5. Limpeza de uma povoação

Trata-se de uma operação ofensiva que ocorre sobre uma povoação de dimensões reduzidas controlada por rebeldes em que é feito um assalto casa a casa após toda a zona ter sido previamente cercada. O objectivo é capturar ou aniquilar rebeldes e simpatizantes, apreender, destruir documentos, armas, munições ou outros materiais. Também poderão ser destruídas instalações, poderá intimidar-se e controlar a população que não se revelar hostil às nossas forças e recolher informações.

Mais uma vez o segredo no planeamento e a consequente surpresa aquando do lançamento da operação são imprescindíveis para o sucesso da missão. (CECA, 1990)

#### 2.2.6. Golpe de mão

O golpe de mão é, normalmente, levado a cabo por unidades de secção ou pelotão de infantaria ou cavalaria que podem ser apoiadas por morteiros, artilharia ou aviação e visa lançar um ataque fulminante a forças isoladas ou um pequeno objectivo. Este ataque deve ser lançado depois de a zona estar isolada para que se possa impedir quer a fuga quer o reforço do inimigo. Só se deve lançar um golpe de mão quando as informações disponíveis

apontem para um sucesso do mesmo. Os objectivos prendem-se com a captura ou aniquilamento de rebeldes, essencialmente de elementos-chave, com a destruição de instalações, abastecimentos ou meios de combate. Pode ainda ser lançado para apreender documentos e materiais para recolher informações mas sempre com o máximo secretismo e surpresa. (CECA, 1990)

#### 2.2.7. Emboscada

A emboscada consiste num ataque surpresa a partir de uma posição previamente escolhida e dissimulada sobre um alvo móvel levado a cabo por forças de infantaria ou cavalaria de escalão secção a pelotão e com possibilidade de serem apoiadas por morteiros, artilharia ou meios aéreos. Os principais objectivos são a captura ou aniquilamento ou apenas retardar ou impedir o seu movimento. Podem ainda fazer-se prisioneiros, e capturar documentos e material. A execução de uma emboscada é difícil devido à incerteza sobre percurso e horários dos movimentos rebeldes mas extremamente eficaz, pois uma vez que se caia numa vai gerar um sentimento de insegurança aquando de qualquer movimentação posterior. (CECA, 1990)

#### 2.2.8. Interdição de fronteira

Este tipo de operações tem como objectivo impedir a infiltração no território de pessoal ou material. Quanto maior for a extensão, a arborização e a dificuldade do terreno nas linhas fronteiriças pior. Para facilitar esta operação são montadas barragens com arame farpado e desobstrui-se as faixas da vegetação para permitir a observação e campos de tiro e comunicações paralelas ao obstáculo. Depois de montada a barragem têm de ser efectuados patrulhamentos para vigiar, manter a barragem e fazer interdição dos movimentos adversos. (CECA, 1990)

Podem ainda ser lançadas grandes operações que podem comportar várias operações das referidas anteriormente pois já comportam uma certa envergadura e movimentam bastantes unidades e meios. A sua duração podia chegar aos trinta dias.

Quais as *unidades-tipo* que constituíam o Exército ultramarino e qual o dispositivo operacional adoptado no TO do Leste de Angola na parte inicial da guerra?

### 2.3. As unidades de caçadores e as suas características

#### 2.3.1. Os caçadores como a solução inicial da luta contra-subversão

Devido às características apresentadas pelo inimigo desde cedo se doutrinou que a luta imposta pelas guerrilhas não poderia ser combatida de uma forma convencional. Através de uma mudança no equipamento, na instrução e na organização surgem, segundo

o capitão de infantaria Monteiro de Azevedo no Manual de Organização e Missão das Unidades de Infantaria, mais aligeiradas e com maior mobilidade as unidades de caçadores.

As unidades de caçadores assemelham-se às de Infantaria na guerra convencional mas, para além das diferenças já referidas, deve-se salientar que estas unidades, ao contrário das unidades de Infantaria, não têm normalmente o apoio de fogos da Artilharia ou protecção dada pelos blindados da Cavalaria. Estas unidades têm a responsabilidade da execução, praticamente a maioria das vezes, a recair sobre elas. Os deslocamentos destas unidades são apeados e sendo as distâncias percorridas quer de dia quer de noite bastante extensas vai obrigar a uma grande rusticidade e capacidade física. Devido a encontrarem-se mais aligeiradas por causa das grandes distâncias a percorrer e do clima, o seu poder de fogo é mais reduzido e muitas das coisas que não transportam são aquelas que lhe conferem algum conforto quando se encontram em campanha. Também o reabastecimento, o tratamento e a evacuação de feridos e doentes vai ser bastante deficiente.

A instrução deste tipo de forças terá de ser particularmente cuidada nos aspectos técnico, físico e moral. As falhas da instrução no que diz respeito a dureza e minúcia poderão originar perdas de vidas em combate. Também a moral dos combatentes é essencial para o sucesso das operações, por isso é importante que a evacuação de feridos e o tratamento dos mesmos seja eficiente, assim o soldado sente-se convicto de que se lhe acontecer a ele, será convenientemente assistido.

As unidades básicas a nível de organização táctica contra os bandos armados e guerrilhas foram as de escalão Companhia e Batalhão de Caçadores. Por vezes eram constituídas unidades organicamente independentes mas ao nível táctico integradas em batalhões ou unidades com um escalão superior. São exemplos disso os pelotões de morteiros e os pelotões de canhões sem recuo. (Azevedo, 1972)

### 2.3.2. Os Batalhões de Caçadores e as suas características

Como já foi referido anteriormente, face às características específicas deste tipo de guerra teve de ser feita uma reestruturação a vários níveis dos quais o táctico não foi excepção. As unidades de *contra guerrilha* eram na sua génese o típico batalhão de caçadores. Foram constituídos estes batalhões em grande escala e com militares oriundos das várias armas e serviços. A nível de organização actuavam em pequenas unidades de forma a terem bastante independência, mobilidade e aproveitarem o mais possível a dispersão entre forças para cobrir a maior área de terreno possível sem descurar a segurança.

Estes batalhões de caçadores, que eram indiscutivelmente as unidades de escalão batalhão mais numerosas no Ultramar, eram unidades de constituição variável na medida em que tinham na sua composição o Comando e uma Companhia de Comando e Serviços

(CCS) e um número variável de companhias de caçadores embora na grande maioria das vezes fossem três. (Azevedo, 1972)

### 2.3.3. As Companhias de Caçadores e as suas características

As diferenças face ao batalhão não são muitas a não ser obviamente os efectivos. As companhias também são mobilizadas com elementos das várias armas e a sua organização também pode variar. Esta companhia possui um equipamento mais aligeirado e uma tática para o combate muito mais flexível.

A companhia de atiradores é composta pelo comando, por um pelotão de acompanhamento e por um número variável de pelotões de caçadores que é normalmente três. Esta articulação a nível de companhia só é empenhada quando o inimigo é significativo e o seu efectivo justifica esse empenho de meios.

O pelotão de acompanhamento pode também ser distribuído em parte ou todo pelos pelotões de caçadores. Tem ainda a capacidade de dar aos pelotões de caçadores algumas armas colectivas e recebendo deles atiradores pode formar um quarto pelotão de caçadores. Pode ainda, no caso de a missão não necessitar de um forte poder de fogo, os elementos do pelotão de acompanhamento empunharem as suas armas individuais que possuem em vez das colectivas. Também o pessoal da formação poderá ser empenhado como atiradores em missões de carácter defensivo. Devido a esta versatilidade que a companhia de caçadores possui um comandante pode usar os seus subalternos e sargentos para articular a sua unidade para o combate em três, quatro ou mais fracções semelhantes ou completamente diferentes, consoante as necessidades da missão.

Devido às características da missão, por vezes o pessoal da formação, o pelotão de acompanhamento, os condutores ficam na maioria no quartel enquanto se constitui uma “guarnição de segurança” para operar nos terrenos em que apenas elementos apeados e aligeirados conseguem penetrar. Outras vezes a companhia fica estacionada num determinado local e são constantemente destacadas fracções de comando de oficial ou sargento para realizar pequenas operações como patrulhamentos, emboscadas ou golpes de mão. Estas operações podem ser apoiadas por Artilharia, Morteiros, canhões sem recuo, Engenharia ou reforçadas por elementos de outros pelotões ou companhias.

Assim sendo, destacam-se como missões de uma companhia de caçadores as seguintes:

- Combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares da subversão, executando operações militares defensivas e ofensivas
- Exercer uma acção psicológica sobre o adversário e, principalmente, sobre a população, e ainda sobre esta última, para a tornar mais receptiva àquela acção, uma eficaz acção social, contribuindo assim directamente, dentro das suas possibilidades, para conservar ou reconquistar o apoio dessa população

- Dar apoio às autoridades civis, prestando-lhes informações, reforçando a acção da Polícia ou actuando em cooperação com ela na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário. (Azevedo, 1972)

#### 2.4. Articulação e operacionalização das forças no TO do Leste de Angola

Em 1966, no Leste de Angola, que comporta os distritos do Moxico, da Lunda e um pouco do Cuando Cubango e Bié, existiam apenas quatro batalhões. Toda esta zona equivalia a cerca de 666.500 quilómetros quadrados que são cerca de sete vezes e meia a superfície de Portugal. Só a parte da Zona de Intervenção do Leste (Moxico e Lunda) são cerca de 400.000 quilómetros quadrados o que equivalia a ter um soldado por cada 100 quilómetros quadrados.

O objectivo no leste tinha sido desde o início definido em três fases: *“a primeira visava conter a expansão da subversão; depois, circunscrevê-la, num perímetro definido pelos rios Cuito, Cuanza, Munhango e Cassai, fazendo-a regredir e, por fim (...) tinha como objectivo claro o aniquilamento do inimigo no interior do território e a vitória militar”*. (Nunes, 2002, p.42)

A missão dada pelo Governo às Forças Armadas de defender o território angolano, garantir a sua segurança e o bem-estar da população contribuindo desta forma para o desenvolvimento da província de Angola não estava a revelar-se tarefa fácil. A passagem das forças da frente norte para o leste e a sua adaptação não eram as melhores. Também o sistema de quadrículas não estava a resultar fosse pelas limitações inerentes à sua concepção, ou pela evolução que se fazia sentir por parte dos movimentos independentistas.

Começaram mesmo a surgir artigos em revistas militares a afirmar que os próprios batalhões de caçadores tinham sido uma óptima solução inicial pois quando foi necessário *“Ir para Angola já e em força”* foram a resolução de problemas imediatos e que embora pudessem fazer a função quadrícula, a função intervenção teria de ser repensada. Os caçadores são uma tropa rápida e fácil de treinar, que não necessita de muitos e dispendiosos meios e que foram criadas com base em experiências de exércitos estrangeiros na luta contra a subversão. Começaram a ser equacionadas novas soluções essencialmente para executar a intervenção.

O Leste de Angola tem as características já evidenciadas relativamente ao estudo do terreno que interessa a qualquer comandante militar. Contudo o seu interesse por parte dos grupos independentistas, essencialmente do MPLA, mas também um pouco da UNITA e menos da FNLA, não estava na savana mas sim no que ela escondia no seu subsolo riquíssimo em diamantes e ferro. Foi sem duvida uma das razões que contribuiu para que a guerra em Angola se decidisse militarmente na zona leste.

Na zona Leste foi criada a Zona de Intervenção Leste que tinha a particularidade de ter forças de intervenção em permanência. Essas forças fizeram a diferença no Leste de Angola e em boa verdade um pouco por todos os teatros de operações. As suas diferenças no modo de actuar e as suas características permitiram uma reviravolta da situação militar no Leste. (Azevedo, 1972)

## 2.5. Breves conclusões

A cooperação entre militares e todas as outras forças, autoridades e apoios deve ser sempre mantida, e ainda mais numa guerra como é a subversiva. Situações há em que as Forças Armadas poderão apoiar as populações ou dar apoio às autoridades no cumprimento das suas missões, mas uma coisa é certa: a missão das Forças Armadas ninguém pode fazer.

As operações militares, apesar das várias características que as diferenciam, têm em comum muitos aspectos. Em primeiro lugar, todas elas vão ter como “farol” os princípios da contra-subversão. As operações devem ser planeadas com máximo secretismo possível e ser executadas com surpresa e rapidez e com um espírito ofensivo.

As unidades de caçadores foram adoptadas pela doutrina portuguesa de contra-subversão e foram a unidade base da guerra no ultramar português. Eram caracterizadas pela sua rápida formação, e por serem mais móveis que as unidades de Infantaria devido ao seu aligeiramento no que toca a material. Estas unidades de combate à subversão revelaram-se com o passar do tempo ineficazes para cumprir as missões a que tinham sido propostas.

Começaram a surgir pedidos e a serem feitos estudos para o início do emprego de diferentes unidades essencialmente para a realização da função intervenção que se queria permanente e com mais efectivos. Pediam-se, para isso, forças mais velozes, com mais autonomia o que iria possibilitar um raio de acção maior e uma dependência logística menor, com mobilidade que permitisse aceder a locais onde o inimigo se escondia mas que o soldado apeado tinha dificuldades e os motorizados não conseguiam e com flexibilidade e adaptação que são essenciais na guerra subversiva.

## 3. As unidades a cavalo como uma solução na função intervenção

### 3.1. As Forças Auxiliares criadas para responder às necessidades

Quando se começaram a sentir as necessidades de reestruturação das unidades no Ultramar, especialmente as que executavam a função de intervenção, começaram a surgir as Forças Auxiliares ou também denominadas tropas irregulares. As unidades como os Comandos, os Pára-quedistas, os Caçadores Especiais que mais tarde passaram a Operações Especiais e até os Fuzileiros, eram o tipo de tropas que conseguia cumprir

eficazmente muitas das missões atribuídas às tropas que realizavam a função intervenção. Contudo o seu reduzido efectivo obrigou os altos comandos a continuar a utilizar estas Forças Especiais mas a criar Forças Auxiliares para conseguir colmatar as falhas existentes.

Foram criadas as Tropas Especiais (TE) que actuaram exclusivamente no Norte na zona de Cabinda e que eram constituídos por guerrilheiros da UPA e do MPLA que se passaram para o lado português. Na zona Leste criaram-se os Grupos Especiais que eram constituídos exclusivamente por voluntários que eram recrutados localmente. Para além de manterem as suas actividades estes ainda tomavam parte activa na luta contra-subversão e faziam também a defesa do território. Também os Fiéis, antigos gendarmes do Zaire que após terem perdido a guerra civil na antiga colónia Belga se refugiaram em Angola, armados com espingardas automáticas e morteiros ligeiros, faziam operações independentes para manter pressão sobre a guerrilha, essencialmente em escoltas e trabalhos em itinerários. Os Leais eram oriundos da Zâmbia e tinham um efectivo de cerca de uma companhia que reforçava um batalhão no Cazombo. Também os míticos Flechas, criados pelo inspector da PIDE Óscar Cardoso, inicialmente actuavam como pisteiros e no âmbito da informação mas, devido às suas características, depressa passaram a tropas de intervenção temíveis obtendo excelentes resultados e chegando mesmo a combater com os comandos. Por vezes, onde as Forças Armadas não conseguiam chegar as defesas das populações eram feitas pelas próprias milícias que, para tal, estavam armadas com espingardas de repetição.

A Zona Militar Leste tinha a seu cargo 21.500 homens dos quais 11.721 eram tropas auxiliares. (Nunes, 2002)

Foram criadas ainda unidades que, embora possam ou não ser consideradas de auxiliares, foi uma surpresa para muitos e em especial para os mais cépticos. Estas unidades foram os Esquadrões a Cavalo sediados em Silva Porto que actuaram no Leste de Angola desde 1967 até ao final da Guerra.

Qual a origem destas unidades? Foram feitas experiencias e estudos antes de se colocar este tipo de forças no terreno?

### 3.2. A Experiência do Pelotão a Cavalo

Depois de terem sido escritos bastantes artigos e de se começar a falar naturalmente sobre a presença de tropas a cavalo no Ultramar<sup>19</sup> e de se fazerem estudos<sup>20</sup> sobre o assunto começaram mesmo a surgir pedidos concretos no ano de 1966 no sentido de se criarem estas unidades em solos Africanos. (Machado, 1966)

Quando em 19 de Março de 1967 o Alferes Neves Veloso se apresentou em Silva Porto no Grupo de Cavalaria nº1 foi-lhe atribuído o comando de um pelotão a cavalo

---

<sup>19</sup> Ver "O Renascer da cavalaria a cavalo" (Anexo M)

<sup>20</sup> Ver "Os Estudos" (Anexo N)

(PelCav). Este seria o pelotão experimental ou o pelotão-piloto que iria actuar no leste de Angola durante cerca de três meses. A constituição deste pelotão era, a nível de pessoal, disciplinarmente complicada pois alguns elementos tinham cadastro. Quanto a solípedes, tinham sido adquiridos cerca de 30 na República da África do Sul (RAS) especialmente para este teste. Existem algumas informações erradas sobre estas forças, e em particular sobre este pelotão experimental, quer na internet, quer em livros sobre a Guerra do Ultramar que ao tentar abordar muita informação cometem erros nalgumas especificidades. Os mais comuns são considerar como início da experiência deste pelotão o ano de 1966 e a sua duração de cerca de um ano. (Mateus, 2002; Veloso, 2001)

A instrução dada a estas tropas foi inicialmente de adaptação aos cavalos, seguida de ordem unida a cavalo apenas o fundamental para a manobra do pelotão. Depois de haver o à vontade cavaleiro-cavalo e de estar garantida a boa condução do cavalo por parte do cavaleiro seguiu-se a adaptação dos equinos ao tiro. Inicialmente os disparos e a data da razão eram simultâneos. Depois começou por se treinar os disparos com os cavaleiros montados e também alguns rebentamentos de petardos. Por fim, depois dos solípedes já se encontrarem familiarizados com o barulho dos disparos começou a ser feito pelo próprio cavaleiro montado. Neste caso a principal preocupação prendeu-se com o facto de a arma para além de estar à bandoleira ter de ter a janela de ejeção voltada para cima para que ao ser executado o disparo o invólucro não atingisse o cavalo. (Mateus, 2002)

A constituição deste pelotão serviu essencialmente para testar os cavalos e a sua adaptação. Com as já conhecidas dificuldades e condicionamentos a nível de efectivos, cavalos e verbas, foi proposta esta experiência e apesar do “... *fraco volume das forças constituídas e dos curtos prazos para a sua preparação, os resultados corresponderam às previsões, excederam-nas mesmo e verificou-se, com total realidade, que as «velharias» eram oportuna actualidade.*” (Cunha, 1967, p.276).

Uma vez provada a eficácia das forças a cavalo e visto que não se tratava de uma ideia descabida chegaram-se às seguintes conclusões sobre a experiência do pelotão a cavalo:

- “*É garantida a adaptação de cavalos no clima de Angola, pelo menos na região planáltica e no sul...*;
- “*É muito mais rendoso o emprego operacional do Pelotão a Cavalo que o de qualquer pelotão apeado...*;
- “*É francamente mais económica a actuação a cavalo do que a motorizada...*;
- “*É de grande factor psicológico a actuação de tropa a cavalo...*;
- *Etc.;*” (Cunha, 1967, p.277)

Inicialmente denominada de “Operação Prova dos Nove”, após se ter iniciado passou a “Operação Rédea de Abertura”. Durante esta, foi feita uma patrulha de 420 Kms em que à

chegada foi escrito no relatório que “... os cavalos estão em óptimas condições físicas... e em qualquer altura se lhes podia pedir uma saída a galope..., patrulha que durou de 8 a 27 num mês (englobando um transporte de 190 km em camion, por estrada de laterite).” (Cunha, 1967, p.277)

Os deslocamentos do pelotão foram sempre feitos pela mata para evitar ao máximo progredir nas picadas ou nos trilhos. A disposição foi sempre de pelo menos duas Secções em linha o que facilitava que uma frente de 300 metros fosse eficazmente batida. Também se chegou à conclusão que em muitas zonas onde o pelotão a cavalo patrulhou não havia acessibilidade para forças motorizadas e que devido às grandes distâncias seriam impraticáveis para as tropas apeadas. (Cunha, 1967)

Assim, e depois de provas dadas pelos sensacionais resultados obtidos e da grande resistência à fadiga e independência praticamente da logística pesada iniciou-se um processo para passar as Unidades a Cavalo de um estado embrionário a um estado activo. Estas unidades primavam essencialmente por dar “... *traficabilidade praticamente igual à do homem a pé, maior comandamento no tiro, maior rapidez na ruptura de combate, se for caso disso, e a exploração duma área muito maior que as Unidades apeadas, com as quais se equiparam no poder de fogo.*” (Nogueira, 1967, p.273)

Comparativamente com as unidades de caçadores, tinham uma forma muito diferente de actuar? Quais as vantagens e as desvantagens? Surtiu ou não efeito?

### 3.3. Os Dragões

A utilização de solípedes em Angola não foi de forma alguma a *descoberta da pólvora* ou mesmo da solução para ganhar a guerra, foi sim a análise da História dos últimos quatro séculos e a sua adaptação à situação actual de uma forma conveniente e vantajosa para o nosso Exército. (Almeida, 1985)

Inicialmente, aquando do pelotão a cavalo comandado pelo então Alferes Veloso as missões das forças a cavalo eram essencialmente o Reconhecimento de Zona e a manutenção de contacto com a população. A zona de actuação dos Dragões tinha uma densidade populacional muito baixa, andavam-se dias e dezenas de quilómetros sem se ver viva alma, por isso eram necessárias as forças a cavalo que *batiam* muito mais terreno em menos tempo. Logo com o final das primeiras operações se percebeu que um pelotão ou dois a cavalo era efectivo mais do que suficiente para se confrontar com sucesso com os pequenos focos de guerrilhas que surgiram. Por isso as forças a cavalo começaram a fazer missões diferentes das que habitualmente uma força de reconhecimento efectua. Em vez da recolha de informação sobre o inimigo, começaram a combater esse inimigo, não só quando

eram surpreendidos por ele mas também realizavam operações, por vezes conjuntas com outras forças, especificamente de combate<sup>21</sup>.

### 3.3.1. Organização, recrutamento, instrução e equipamento

Um esquadrão de tropas a cavalo é correctamente denominado de “Dragões”, isto porque esta força tem como característica principal poder combater montada e apeada, consoante o que se revelar mais vantajoso face à situação. Depois do sucesso obtido com o Pelotão experimental, esta força evoluiu tendo conseguido ter dois Esquadrões operacionais e um Centro de Instrução de Tropas a Cavalos<sup>22</sup>

Ao contrário das tropas apeadas em que o elemento base é a parelha, nas unidades a cavalo é o trio que é constituído pelo chefe-fila, o cerra-fila e o guarda cavalos. Cada esquadra é composta por dois trios e um comandante de Esquadra que é um Cabo, perfazendo um total de sete homens. A secção era composta por duas esquadras e mais um comandante, que podia ser Furriel ou Sargento. Muitas vezes o comandante da primeira esquadra era simultaneamente o Chefe de fila do primeiro trio ou seja o efectivo da secção era de catorze elementos. O pelotão era composto por três secções num total de quarenta e três militares, contando com o comandante de pelotão que é um subalterno. O Esquadrão era composto por três pelotões e por um comandante de Esquadrão com o posto de Capitão, constituindo um total de cento e trinta militares<sup>23</sup>. Esta orgânica é a que está escrita na doutrina, no entanto durante toda a actuação dos dragões em Angola houve diversas alterações pelas mais diversas razões que iam desde a falta de cavalos até às necessidades devido à especificidade de uma determinada missão<sup>24</sup>.

Relativamente aos cavalos, inicialmente adquiridos na Republica da África do Sul<sup>25</sup>, passaram depois a vir da Argentina pois estes tinham uma maior robustez. (Nunes, 2002)

No que toca a cavaleiros, estes eram na sua grande maioria oficiais subalternos, sargentos e praças recrutados na província de Angola. Para além da instrução militar comum a outras forças, era também ministrada formação em equitação para as missões poderem ser correctamente levadas a cabo. Existiam obviamente militares de cavalaria dos quadros que eram os responsáveis não só por ministrar toda a instrução como garantir a adaptação dos cavaleiros aos cavalos que era necessária. Estes militares foram os comandantes dos Esquadrões a cavalo. (Almeida, 1985)

---

<sup>21</sup> Coronel de Cavalaria Neves Veloso entrevistado pelo autor (Anexo O)

<sup>22</sup> Ver orgânica do Grupo de Cavalaria de Silva Porto e do Esquadrão a Cavalos (Anexo P)

<sup>23</sup> Informação da doutrina das tropas a cavalo escrita em Vila Pery segundo as experiências das forças a actuar em Angola

<sup>24</sup> Segundo conversa com o Coronel Atayde, comandante de um Esquadrão a cavalo entre Setembro de 1971 e Setembro de 1973

<sup>25</sup> Foram adquiridas 3 remontas de origem Sul-africana, respectivamente os cavalos (A), (B) e (C). Estes cavalos, segundo o Coronel Veloso tiveram menos problemas do que os posteriormente adquiridos na Argentina que revelaram entre outros problemas constantes lesões derivadas da falta de cálcio.

A instrução também deve ser analisada do ponto de vista do cavalo e do ponto de vista do cavaleiro. Os cavalos devem ser “... *domesticados, sóbrios, rústicos, dóceis e manejáveis nos três andamentos através de todo o terreno, com as rédeas na mão esquerda do Cavaleiro, para que a mão direita fique livre para empunhar a arma. Devemos torná-los francos na transposição dos obstáculos mais comuns, como sejam troncos de árvores derrubadas, valas, banquetas, sebes, pontões rústicos e cursos de água, e fortalecer-lhes os tendões, o pulmão e o dorso, para suportarem mais facilmente a fadiga de longas etapas, em média 50 km durante vários dias, e o peso que terão de transportar, cerca de 120 kg, bem como habituá-los ao tiro a cavalo e às explosões.*” (Castro, 1971, p.211)

No caso dos cavaleiros estes, através da equitação, devem desenvolver características como o desembaraço físico e mental necessário numa tropa com estas características e conseguir uma identidade perfeita com o cavalo. Só assim se poderá atingir a perfeição deste binómio completo e inseparável. (Castro, 1971)

O equipamento utilizado por este tipo de tropas era também ligeiramente diferente no que diz respeito ao cavaleiro e com condições especiais relativamente ao cavalo. O equipamento do cavalo era constituído pelo tradicional arreio da ordem composto pelo arreio de cabeça e arreio de montada<sup>26</sup>. O cavaleiro utilizava o mesmo uniforme de campanha que as tropas apeadas com excepção das botas altas ou botas com polainas que as tropas de caçadores não utilizavam. Relativamente ao armamento utilizado consistia na espingarda automática G3 7,62mm, que posteriormente passou a ser utilizada com coronha retráctil, e também a pistola Walther P38 9mm. A G3 era utilizada essencialmente em acções apeadas embora também pudesse ser e houvesse doutrina para ser utilizada em acções montadas. A pistola Walther era essencialmente utilizada em acções montadas combinando o poder de choque natural provocado pela carga dos cavalos com o poder de fogo. Fazia parte também do armamento do pelotão uma metralhadora ligeira que normalmente era a Breda 6,5mm.

### 3.3.2. A doutrina em combate “modo de actuação”

A doutrina destas forças foi sempre feita de acordo com a experiência realizada nas operações anteriores e segundo os resultados obtidos. Só mais tarde aquando da formação de um Esquadrão a Cavalo na Região Militar de Moçambique em Vila Pery é que esta doutrina foi finalmente posta por escrito.

Existiam dois tipos de formações possíveis de tomar por esta força. As Formações de Ordem Unida, utilizadas essencialmente em situações administrativas e que englobam a Linha Desenvolvida a uma ou duas fileiras e a Coluna de Marcha com frente de um, de dois

---

<sup>26</sup> Ver equipamento e armamento dos Dragões de Angola (Anexo Q)

ou de três. Existem ainda as Formações de Ordem Dispersa que englobam a Coluna Aberta, a Linha Aberta, o Escalão e o Triângulo<sup>27</sup>.

Era muito comum, apesar de não vir na doutrina, uma formação em “T”<sup>28</sup>, em que se deslocavam duas secções à frente em linha e uma à retaguarda formada em coluna por dois. As secções alteravam a sua posição de hora a hora permitindo que cada secção estivesse alerta por períodos de duas horas e descansasse uma aquando da formação à retaguarda formada em coluna por dois. Neste dispositivo o comandante de pelotão ia ao centro e os comandantes de secção embora não fosse rígido poderiam situar-se no meio da sua secção ou na ponta mais afastados do comandante de pelotão visto terem rádios à disposição. Os *bastes*<sup>29</sup> situavam-se à retaguarda, inicialmente iam presos ao ultimo cavalo que tinha cavaleiro mas rapidamente se percebeu que naturalmente, e visto que o deslocamento era praticamente a passo em caso de patrulhamento, os cavalos seguiam o dispositivo sem precisarem de estar presos. Desta forma, também os cavalos utilizavam a técnica de imitação tantas vezes empregue pelos militares.

Esta força podia actuar de três maneiras diferentes consoante a necessidade e o que fosse mais indicado. Poderia actuar apeada, montada ou de forma mista. Quando a força actua apeada, isso praticamente nunca acontece<sup>30</sup> a menos que esteja a actuar com outras forças e haja essa necessidade, a forma de actuação é praticamente a mesma que uma unidade de caçadores, com a diferença do deslocamento até à zona de estacionamento ser feito a cavalo. A partir daí uma parte da força fica empenhada a guardar os cavalos e outra parte em realizar a acção. A tropa a cavalo só apeia em situações muito específicas e em caso de necessidade<sup>31</sup>.

Existem também algumas acções que são totalmente montadas, aqui a tropa a cavalo já faz uso da sua própria organização e da sua própria doutrina para levar a cabo a missão. Também estas acções nestas condições necessitam de características muito especiais<sup>32</sup>.

Para terminar, resta referir as acções mistas ou seja, que envolvem tropas apeadas e tropas montadas. Estas são as que, usadas nas devidas situações, surtem mais efeito na medida em que se consegue articular um dispositivo com características bastante diferentes e explorar as vantagens de cada um para cumprir a missão o melhor possível. Nestas condições de uma acção mista uma ou duas secções apeiam e executam a missão de

---

<sup>27</sup> Ver doutrina relativa à formação em ordem dispersa (Anexo R)

<sup>28</sup> Ver esquema da formação em T, a formação normalmente mais utilizada pelas forças a cavalo apesar de não vir referenciada na doutrina (Anexo S)

<sup>29</sup> Cavalos utilizados sem cavaleiro e com arreios especiais que lhes permitiam transportar armamento colectivo, munições ou rações.

<sup>30</sup> A força a cavalo só apeia se existirem obstáculos, zonas com mata muito densa e acidentadas ou para poupar os cavalos.

<sup>31</sup> Ver doutrina relativa à actuação e instrução das forças a cavalo (Anexo T)

<sup>32</sup> *Ibid.*

acordo com os moldes da doutrina do Exército na Contra-subversão e a outra ou as outras secções permanecem montadas e vão posteriormente se necessário:

- Efectuar uma perseguição
- Deslocar-se rapidamente para a zona onde irá interceptar o inimigo em fuga
- Manter-se em reserva, em condições de poder apoiar ou reforçar a acção apeada ou das secções já empenhadas.

As unidades a cavalo tinham também a sua própria doutrina no que diz respeito, por exemplo, à passagem de zonas perigosas ou à, aparentemente simples, montagem de segurança, vulgarmente denominada de estacionamento. Sempre que eram efectuadas acções apeadas ou mistas, todo o processo de apea para o combate também tinha as suas vulnerabilidades que poderiam ser colmatadas com bastante treino que iria garantir maior velocidade na execução da acção. A segurança tinha de ser garantida em todas essas acções mas também aquando do desenrolar do processo de embarque e desembarque quer em meios rodoviários quer em meios ferroviários. As tropas a cavalo, para obterem um maior raio de acção, por vezes, utilizavam meios rodoviários e ferroviários para diminuir o esforço físico do deslocamento.

### 3.3.3. Características, possibilidades e limitações

As principais características da tropa a cavalo, segundo a doutrina escrita de Vila Pery, são a surpresa, o poder de choque, a perseguição do inimigo e a autonomia. A surpresa é conseguida com a velocidade que o cavalo atinge em progressão e sem fazer barulhos que mesmo que sejam audíveis pelo inimigo são ignorados devido às semelhanças que têm com os animais da savana. O poder de choque é uma das características que sempre esteve presente na cavalaria e é conseguido pelo próprio cavalo e pelas cargas que podem ser feitas sobre os inimigos. Por vezes com o cavalo a galope numa perseguição bastava ao cavaleiro abrir a biqueira da bota para quando passasse pelo inimigo o estribo lhe acertar na nuca e incapacitá-lo de continuar a fuga. A perseguição só se consegue graças à grande mobilidade que esta tropa tem em todo o terreno e à velocidade superior face ao inimigo. O cavalo galopa a uma velocidade superior do que o homem a correr. Para além disso as perseguições feitas por militares apeados são sempre mais difíceis devido ao equipamento que estes transportam e ao facto do inimigo habitar na região e por isso se encontrar em vantagem. O efeito psicológico na perseguição era também garantido com os sons dos tiros que eram disparados muitas das vezes para o ar. Este efeito era uma característica bastante vantajosa deste tipo de forças, como se pode constatar quer na carta apreendida ao inimigo junto à fronteira com a Zâmbia<sup>33</sup>, quer com a expressão que os

---

<sup>33</sup> Ver carta apreendida junto à fronteira com a Zâmbia (Anexo U)

nativos diziam: “Os *Tugas* agora vêm-nos atacar montados nas *Gungas*”<sup>34</sup>.<sup>35</sup> A autonomia destas forças ia até cinco dias e depois poderia ir até dez dias utilizando cavalos de *baste* ou o reabastecimento de helicóptero ou de avião que deixava cair em pontos coordenados os mantimentos. Mas o recurso a aeronaves era sempre de evitar pois o inimigo facilmente depreendia que se existiam esses meios a passar em zonas onde não era comum significava que estava a reabastecer alguém e ficava anulada a vantagem do efeito surpresa. A logística ou o apoio de serviços nunca era muito crítico para a força. Isso devia-se ao facto de o objectivo ser patrulhar uma determinada área a passo, em que a força estava fora um determinado número de dias, parando em vários postos de tropas. Noutros casos, o objectivo era levar a cabo uma determinada operação e aí os *bastes* ficavam no estacionamento e não iam para o combate propriamente dito.

Como possibilidades, as tropas a cavalo poderiam realizar operações em todo o terreno de 300 a 500 Kms, embora haja registos de algumas que chegaram aos 800 Kms, com facilidade e a velocidades que rondavam os 7 Kms/h. A progressão diária devia ser na ordem dos 30 a 50 Kms e não mais de oito horas. A cada quatro dias deveria haver um de descanso, normalmente em postos de tropas, para que os cavalos tivessem um bom rendimento, para os homens comerem ração quente e para abastecer. Um pelotão conseguia ainda bater uma frente superior a 300 metros e com grandes velocidades que demonstravam bastante eficiência na captura de elementos inimigos.

Como limitações, este tipo de forças apresentava dificuldades em zonas de mata muito densa e zonas alagadiças ou pantanosas, daí terem sido usadas somente na zona Leste de Angola. Também a passagem de cursos de água poderia ser um pouco morosa o que obrigava a um estudo do terreno bastante cuidadoso para evitar a passagem dos mesmos ou para escolher de antemão as melhores zonas para passar.

#### 3.3.4. Dragões *versus* Caçadores

As principais operações levadas a cabo inicialmente pelas forças a cavalo foram os reconhecimentos e patrulhamentos. As missões de reconhecimento não podem ser comparadas pois é uma missão específica da arma de cavalaria e, naturalmente, mesmo que uma força de caçadores possa trazer informações aquando da sua chegada de uma operação, não está a realizar verdadeiramente um reconhecimento. Quanto aos patrulhamentos, eram inicialmente muito utilizados devido ao leste de Angola ser uma zona muito deserta no que toca a população, tendo os seus focos populacionais espaçados por dezenas de quilómetros. As forças a cavalo tinham a vantagem de percorrer essas distâncias de forma mais rápida que os caçadores a pé. Para além disso, em zonas onde o capim atingia os dois metros de altura, uma força a cavalo consegue observar muito mais

---

<sup>34</sup> A Gunga é uma espécie de antílope que habita nas pradarias e savanas das regiões sul e oeste de África que apesar de terem cornos os nativos confundiam com os cavalos

<sup>35</sup> Inspector-adjunto da PIDE/DGS Óscar Cardoso entrevistado pelo autor (Anexo L)

para a frente, até ao horizonte possivelmente e consegue manter o contacto com distâncias muito superiores. Esse capim alto é também rijo e espesso podendo ter mais de 1,5 centímetros o que obriga a tropa apeada a furar por entre o capim ou a optar por seguir pequenos trilhos onde podem haver minas colocadas pelo inimigo ou sofrer emboscadas.

Também o raio de acção da força a cavalo era superior ao das forças apeadas. Os caçadores tinham vantagem na passagem de cursos de água devido ao facto dos cavalos serem animais que quando se sentem presos não conseguem manter a calma. Por exemplo, durante a comissão do Alferes Veloso um dos animais ficou preso na lama e acabou por se afogar com pouco mais de um palmo de altura de água. As florestas densas eram também, como já foi referido, um tipo de terreno onde as tropas a cavalo não conseguiam obter vantagem face às tropas apeadas por não poderem tirar partido de algumas das suas características. Contudo este tipo de terreno não é usual nesta zona da província sendo mais comum no norte.

Se analisarmos as missões levadas a cabo pelas forças portuguesas no ambiente de contra-subversão apercebemo-nos que, de todas elas, as que são de mais difícil planeamento e execução são a emboscada e o golpe de mão. Tal facto não é só devido à sua complexidade mas também à minúcia necessária na sua realização. Assim, e como nesta fase do trabalho já se vão tirando algumas conclusões em que uma delas é a diferença táctica entre as forças de caçadores e as forças de dragões, é feita uma comparação entre as duas para se chegar posteriormente às conclusões desejadas. Na simples perseguição de uma força ou batida é fácil compreender a vantagem conferida pela tropa a cavalo não só pela sua capacidade de todo-o-terreno como pela velocidade superior e o poder de choque inexistente nos caçadores. Desta forma, a operação militar escolhida para fazer esta comparação foi o golpe de mão por ter sido mais vezes utilizada pelas nossas forças que a emboscada. A análise vai incidir exclusivamente na execução devido à preparação<sup>36</sup> da operação ser semelhante para tropas a cavalo e para tropas de caçadores. Um outro aspecto importante é que a execução desta operação feita pelos dragões é levada a cabo com forças montadas e apeadas como se verá adiante.

Um golpe de mão para que tenha sucesso tem de ser realizado com a máxima disciplina, a operação deve manter-se em absoluto segredo até à hora H, e deve haver uma perfeita coordenação na actuação dos diferentes grupos. Com bastante treino e um detalhado conhecimento da operação torna-se possível fazê-lo com sucesso.

Uma força de caçadores segundo a doutrina portuguesa de 1963 numa operação de “Golpe de mão” actua da seguinte forma:

- Deslocamento da força do Estacionamento para a zona de reunião (ZRn);

---

<sup>36</sup> Ver síntese da preparação de um golpe de mão (Anexo V)

- Dividir o efectivo em grupos consoante as necessidades (eliminação de sentinelas, assalto, apoio, destruição, cobertura, detenção, recolha, perseguição e de busca), deve ainda ser criada uma reserva;
- Eliminação das sentinelas pelo grupo de eliminação de sentinelas;
- De seguida é colocado o grupo de cobertura que vai isolar o objectivo para garantir que ninguém entra no perímetro para reforçar o inimigo e o grupo de detenção para impedir a fuga do inimigo de dentro do perímetro, estes grupos podem ser um só a realizar as duas acções;
- Assalto ao objectivo pelo grupo de assalto de uma forma rápida e potente;
- Durante o decorrer do assalto o grupo de eliminação de sentinelas entretanto pode reforçar o grupo de apoio que vai conferir apoio pelo fogo ao grupo de assalto;
- Pode ser utilizado em caso de necessidade um grupo de destruição para abrir caminho através dos obstáculos que possam existir;
- Efectuado o assalto é a vez do grupo de busca entrar em acção para descobrir pessoal, material e documentos. Este grupo pode ser o mesmo que o de destruição ou o grupo de assalto ou de apoio que cedem elementos para a constituição desse grupo;
- Os rebeldes quando se sentirem ameaçados vão dispersar em várias direcções o que obrigará o grupo de perseguição a capturá-los;
- No caso de a reacção inimiga ser superior à esperada, o que é pouco provável, e a ter de ser necessário uma retirada estava deve ser prevista pelo comandante e a força que a garante é o grupo de recolha.

O que foi apresentado nos pontos anteriores foi a doutrina dos caçadores feita em 1961 e adaptada até 1963, na realidade e segundo quem esteve no terreno, a acção era naturalmente mais simples, sem tantos grupos como previsto na doutrina. Quando era levado a cabo esta como qualquer outra missão a superioridade militar era notável por parte das forças portuguesas. Só existia algum equilíbrio aquando das emboscadas feitas pelo inimigo porque as acções que eram planeadas de acordo com um reconhecimento prévio e com uma boa preparação eram levadas a cabo praticamente sempre com grande sucesso. O que acontecia normalmente cingia-se a um grupo que isolava o objectivo, outro que atacava o objectivo e um terceiro que efectuava a perseguição se o que estava a isolar permitisse a saída do inimigo da zona.

No que diz respeito às tropas a cavalo, também estas tinham uma doutrina feita à medida que a guerra avançava e que passava de comandante para comandante e era melhorada com a experiência que se ia ganhando sempre que se travavam combates com o inimigo. Os únicos documentos escritos sobre esta doutrina durante a guerra são feitos aquando da necessidade de alargar a ideia das tropas a cavalo à Região Militar de

Moçambique (RMM), que infelizmente não foi tão bem recebida como em Angola, e aí em 1972 surge então esse documento com base nas experiências vividas na província Angolana. Nessa altura, a doutrina que era passada para papel já tinha sido posta em prática, estando de tal forma apurada que os resultados das operações e a mística que se tinha criado em volta destas falavam por si.

Uma força a cavalo segundo a doutrina de 1972 de Vila Pery baseada na experiência das tropas a cavalo em Angola, numa operação mista (elementos montados e outros que apeavam para atacar), actuava da seguinte forma:

- Apear para combate o efectivo determinado (grupo de assalto);
- Escolha do estacionamento para o grupo de cavalos desmontados o qual deverá ficar a cerca de uma hora de caminho do objectivo a fim de evitar a perda de segredo, os cavalos são guardados pelos guarda cavalos;
- Progressão para o objectivo seguindo normalmente as Esquadras montadas nos flancos;
- Desencadeamento feito normalmente a sinal ou de segredo;
- Acção simultânea das Esquadras de Assalto (apeadas) e da Esquadra de Perseguição (montadas) a galope por forma a impedir a fuga de quaisquer elementos inimigos;
- As Esquadras de Segurança garantem a retaguarda e constituem a reserva e apoio;
- As Esquadras de Assalto e Segurança mantêm a defesa do estacionamento sob o objectivo até à recolha das Esquadras de Perseguição.

Neste caso os dragões utilizam a velocidade do cavalo para se deslocarem até a um estacionamento antes de lançar o golpe de mão, a força apeada para surpreender o inimigo e isolar o local como a força de caçadores e a força a cavalo novamente com a sua velocidade e poder de choque para a perseguição do inimigo.

#### 3.4. Breves conclusões

A reacção portuguesa às lacunas das forças de intervenção foi oportuna e bem sucedida. As modificações levadas a cabo pelos altos comandos sortiram rapidamente efeito e fizeram desequilibrar a balança da subversão e contra-subversão que aos poucos deixa de ter qualquer expressão significativa. Em 1974, a guerrilha apenas existia em 1% do território angolano. A forte manobra que se fez sentir no Leste a partir de 1966 garantiu na opinião dos intervenientes uma indiscutível vitória militar na província de Angola.

O pelotão a cavalo foi uma experiência muitíssimo bem sucedida que rapidamente foi alargada a um e posteriormente a dois esquadrões. Deve ser referido que muitas das

preocupações que inicialmente se tinham relativamente a doenças dos animais e que são referidas nos estudos foram colmatadas com medidas profiláticas<sup>37</sup>.

Em relação à comparação entre as forças a cavalo e os caçadores, podemos afirmar que existem bastantes vantagens do ponto de vista tático em ter uma força como os Dragões a efectuar as operações referidas. A utilização do cavalo tornou-se vantajosa nas situações e pelas razões previstas pelos estudos efectuados anteriormente. No entanto, e como é usual nas comparações, os Dragões tinham também algumas desvantagens sendo a mais significativa a passagem de cursos de água.

## 4. Reflexões finais sobre os resultados obtidos

### 4.1. Os Estudos e os resultados

Podemos afirmar que embora os resultados tenham superado as expectativas estes não constituíram de forma alguma surpresa. Na realidade o que aconteceu foi uma necessidade de, um exército em plena guerra, constituir uma força com características muito particulares e depois de realizados os estudos surgiu essa força para actuar nessas condições. As necessidades passavam por uma força com um grande raio de acção que conseguisse fazer várias dezenas de quilómetros por dia durante alguns dias. Os estudos feitos equacionaram a hipótese de forças a cavalo serem a solução e desde a experiência a cavalo até ao final da guerra nas zonas onde o terreno era favorável (Leste de Angola) foram utilizadas tropas a cavalo para fazer reconhecimentos e patrulhamentos mas essencialmente para fazer batidas.

Posteriormente chega-se à conclusão que face às suas características poderiam também desempenhar as missões atribuídas às forças de intervenção e começam a ser atribuídas informações sobre o inimigo e estas forças utilizavam a sua velocidade para surpreender o inimigo por exemplo no seu acampamento, actuando na altura do assalto com forças apeadas com uma doutrina baseada na dos caçadores, como já foi referido. Nesta altura as tropas a cavalo fazem actuações de forças de dragões, visto que exploram as suas características montados e apeados.

Então face às operações específicas das forças de intervenção quais são mais vantajosas as tropas a cavalo ou caçadores?

### 4.2. Comentário à comparação Dragões vs Caçadores

Esclarecidas que pensamos estar as questões relativamente às operações típicas da arma de cavalaria e que foram realizadas pelas forças a cavalo que temos vindo a estudar passamos ao comentário dos resultados obtidos na nossa comparação de forças.

---

<sup>37</sup> Vacinação antes de as forças estarem expostas aos perigos

Relativamente à capacidade de assalto baseada no armamento pode-se afirmar que o poder de fogo é semelhante pois o armamento é sensivelmente o mesmo bem como a capacidade de surpreender o inimigo por parte de um dragão apeado ou de um soldado de caçadores é idêntica. Também o isolamento da área por parte de ambas as forças é em tudo igual.

As grandes diferenças neste tipo de operações são em primeiro lugar com o deslocamento. Aquando da comparação feita foi apresentado como resultado óbvio o facto de os cavalos serem mais velozes e por isso intervirem mais rapidamente e mantendo a surpresa visto que os cavalos desferrados fazem na savana o mesmo barulho que qualquer outro animal quadrúpede. No caso dos meios motorizados terrestres ou do helicóptero a reacção é rápida mas perde-se o “efeito surpresa” devido ao barulho e no caso dos meios motorizados terrestre existe o sempre presente perigo de minas devido à restrição ao itinerário que estes têm.

Outra grande diferença é relativamente à perseguição que aí sim o cavalo tem muita vantagem. O homem apeado tem grandes desvantagens neste aspecto mas a viatura não deixa de as ter na medida em que não apresenta a mobilidade e a capacidade de todo o terreno necessária para este tipo de perseguições. Para além disso, se numa operação existem dois ou três elementos que sendo surpreendidos arriscam a fuga cada um vai para seu lado e uma secção a cavalo pode articular-se facilmente enquanto os meios motorizados apresentam mais dificuldades. Neste tipo de situações como é a perseguição devemos também salientar que graças à posição mais elevada dos militares face ao terreno existe também uma maior capacidade de comando e controlo que contribui para o sucesso da missão.

Para finalizar resta-nos apenas analisar duas grandes vantagens, uma vez mais relacionadas com a velocidade do cavalo. Tanto no caso de ser necessário um reforço e ter de actuar a reserva que no caso dos dragões pode ser constituída por elementos a cavalo, como no caso de ser necessário por qualquer motivo retirar, a acção é muito mais rápida e por isso muito mais eficiente.

#### 4.3. Breves conclusões

No que diz respeito à missão de batida as forças a cavalo, montados e apeados ou praticamente só a cavalo conferem incomparável vantagem face aos caçadores. A grande parte das forças a cavalo que estiveram em Angola fizeram este tipo de missões.

Na realização de missões relacionadas com a intervenção em que podemos afirmar que a cavalaria faz um papel semelhante ao das forças especiais a eliminar pequenos focos de resistência inimiga como aconteceu mais para o final, também existem bastantes vantagens se aplicados os meios correctamente e no terreno que lhes seja favorável.

Estas forças vão sortir efeito na medida em que são criadas com determinadas características que eram as lacunas das forças existentes, ou seja, a velocidade na grande maioria dos casos, e no caso das batidas o raio de acção superior graças ao dispositivo adoptado e à autonomia da força<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Ver fotografias das Forças a Cavalo em operações (Anexo X)

## 5. Conclusões e Recomendações

Em primeiro lugar devemos referir que Portugal durante cerca de treze anos sob uma forte pressão internacional conduziu uma guerra em três frentes distintas todas elas distanciadas da metrópole e entre si. Dum aparelho militar focalizado para uma guerra em solo Europeu e frente a um inimigo convencional, Portugal muda radicalmente a sua política de defesa passando a focalizar o seu material bélico para as suas províncias ultramarinas e para fazer face a um clima de subversão. A própria doutrina convencional é substituída pelo *modo português de fazer a guerra* baseado nas experiências de outros países que haviam participado em conflitos com características semelhantes.

São criadas as forças de caçadores como base do Exército português. Estas forças semelhantes a uma força de Infantaria mais ligeira apresentam como grandes vantagens a sua versatilidade, a rápida preparação a nível de instrução a ministrar, devido à pouca especificidade, e baixos custos a nível de equipamento e armamento. Todos estes aspectos reunidos possibilitam no fundo a formação e o equipamento de grandes efectivos com baixos custos e em pouco tempo, ou seja, a solução ideal para ir *“Para Angola já e em Força!”*. Com o decorrer da guerra e com o desenvolvimento dos movimentos subversivos as forças de caçadores que até então tinham sido importantíssimas começam a revelar algumas lacunas. Este tipo de forças apresenta dificuldades essencialmente em dois aspectos, conseguir patrulhar e ter o controlo de grandes áreas devido aos reduzidos efectivos e responder atempadamente às necessidades de intervenção.

Identificado o problema começam a surgir pedidos para a constituição de forças com as características ideais para explorar a contra-subversão nas situações em que os caçadores não sortiam efeito. Uma das forças criadas é o pelotão experimental a cavalo que origina os esquadrões a cavalo pouco tempo depois em Silva Porto no Leste de Angola.

Estes Esquadrões começam por fazer patrulhamentos, reconhecimentos de zona e batidas. A típica operação destas forças consistia em traçar um percurso com cerca de 500 quilómetros que era feito com etapas diárias no máximo de 50 quilómetros e com um objectivo de ao fim de quatro dias a andar estar num posto de tropas onde se pudesse descansar durante um dia e comer uma ração quente. A navegação era por bússola e sempre afastada de itinerários. Os deslocamentos eram feitos praticamente sempre a passo e com a o dispositivo em “T” que rodava de hora a hora. Em caso de contacto com o inimigo consoante o efectivo poderia ser efectuado um ataque ou uma rotura de combate.

Este tipo de missões realizadas pelas tropas a cavalo teve um enorme sucesso. Uma das razões para o sucesso foi sem dúvida as características do terreno serem no Leste as ideais para a utilização dos cavalos. Se esta experiência tivesse sido tentada no Norte onde as florestas são muitíssimo densas teria provavelmente sido um fracasso. Se o objectivo

fosse executar este tipo de missões na zona Sul onde predomina um clima mais desértico possivelmente o animal a utilizar com grandes vantagens seria o camelo.

O facto de serem utilizados animais, neste caso o cavalo, é sempre uma mais-valia neste tipo de operações, pois graças aos seus sentidos apuradíssimos os militares conseguem-se aperceber de qualquer situação estranha pela reacção do animal. Um cavalo em progressão neste tipo de terreno e ambiente, se parar e levantar a cabeça com as orelhas para a frente é o suficiente para que o militar se aperceba de algo anormal. Assim, podemos afirmar também como conclusão que o cavalo é bom não só a manter a surpresa como a evitar a do inimigo. Podiam bater muito mais área de uma forma mais eficaz e em muito menos tempo. Tinham a particularidade de não serem uma força muito dispendiosa e de manterem, ao longo dos patrulhamentos, o contacto com a população que como vimos é essencial para a Contra-subversão. A demonstração de uma força militar presente e eficaz foi uma das razões para os sucessos militares na frente Leste da província Angolana.

Uma das vantagens das forças a cavalo face aos caçadores é o raio de acção muito maior graças ao dispositivo que estas forças conseguem adoptar cobrindo frentes enormes e à autonomia garantida pelos *bastes*. Também o efeito psicológico causado quer pela imponência do cavalo quer pelas cargas era uma vantagem. A não utilização de itinerários garantia uma baixa probabilidade de serem emboscadas, de pisarem minas ou de serem vigiadas. Mesmo sabendo quando e onde a força ia passar, e apesar da silhueta de um homem a cavalo ser muito maior do que a de um homem apeado, era extremamente difícil emboscar uma força com frentes tão grandes e com tamanha mobilidade.

A velocidade é no entanto a característica mais utilizada enquanto força de intervenção e a que vai ser mais importante na captura dos inimigos nas perseguições, quer quando a missão era atribuída às forças a cavalo, quer quando era atribuída a outras forças e era destacada uma força a cavalo especificamente para fazer a perseguição.

As principais desvantagens desta força acabam por ser a travessia de cursos de águas em que as margens sejam propícias para atascar e as florestas muito densas em que a vantagem da força a cavalo era anulada. No caso dos cursos de água essa desvantagem era colmatada com um planeamento que evitasse passagens mais complicadas e quando não era possível procedia-se à construção de pontes improvisadas ou de jangadas se fosse necessário. Mesmo sendo a lama e não a água o problema, estes meios facilitavam a abordagem à margem e se necessário a escolha da melhor zona para passar. O caso das florestas densas que não eram comuns no Leste, eram contornadas sempre que possível.

Em 1972 surgiu um esquadrão a cavalo em Vila Pery em Moçambique que estava na sua fase embrionária aquando do final da guerra. Foram também criadas forças a cavalo na Rodésia e na África do Sul inspiradas nos Dragões de Angola. Para investigações futuras propomos uma resenha histórica dos Dragões de Silva Porto onde sejam abordados muitos mais assuntos, mais profundamente e sem limites respeitantes ao numero de páginas.

## Bibliografia

### Livros

- ABÓN, Carlos Moretón [dir] (2006), *Grande História Universal – Volume 21 “A Segunda Guerra Mundial e a Nova Ordem Internacional”*, Ediclube, Alfragide.
- ACADEMIA MILITAR (2010), *A Academia Militar e a Guerra de África*, Academia Militar/Prefácio, Lisboa.
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2009), *Os anos da Guerra Colonial Volume I - Antecedentes*, QuidNovi, Lisboa.
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2009), *Os anos da Guerra Colonial Volume II - 1961*, QuidNovi, Lisboa.
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2009), *Os anos da Guerra Colonial Volume III - 1962*, QuidNovi, Lisboa.
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2009), *Os anos da Guerra Colonial Volume IV - 1963*, QuidNovi, Lisboa.
- ANTUNES, José Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, Circulo de Leitores.
- ARRIAGA, Kaúlza (1987), *Guerra e Política – Em nome da verdade os anos decisivos*, Edições Referendo, Amadora.
- BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano [cord] (2004), *Nova História Militar de Portugal – Volume 5*, Circulo de Leitores, Rio de Mouro.
- CANN, John (2005), *Contra-subversão em África – Como os portugueses fizeram a guerra em África*, Prefácio, Lisboa.
- CATARINO, Manuel (2009), *As grandes Operações da Guerra Colonial 1961-1974 – Volume II – Operação Viriato*, Correio da Manhã, Lisboa.
- COMISSÃO PARA OS ESTUDOS DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA CECA (1988), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º Volume, Enquadramento Geral*, Estado Maior do Exército, Lisboa.
- COMISSÃO PARA OS ESTUDOS DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA CECA (1997), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças – Angola (2ª Edição)*, Estado Maior do Exército, Lisboa.
- COMISSÃO PARA OS ESTUDOS DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA CECA (2006), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional Tomo I – Angola – Livro 2 (1ª Edição)*, Estado Maior do Exército, Lisboa.

- COMISSÃO PARA OS ESTUDOS DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA CECA (2008), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 7º Volume, Fichas das Unidades Tomo I – Angola (1ª Edição)*, Estado Maior do Exército, Lisboa.
- COMISSÃO PARA OS ESTUDOS DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA CECA (1990), *Subsídios para o Estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)*, Estado Maior do Exército, Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1989), *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso (Volume II)*, Instituto de Altos Estudos Militares.
- ECO, Umberto (2008), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Editorial
- MACEDO, Jorge Borges de [adap] (1990), *História Universal – Volume IV “Imperialismo moderno, as Guerras Mundiais e a Década de 80”*, Circulo de Leitores.
- MEDINA, João [dir] (1995), *História de Portugal – Volume XIII “Estado Novo II”*, Clube Internacional do Livro, Amadora
- NUNES, António Pires (2002), *Batalhas de Portugal; Angola - 1966-74 – Vitória Militar no Leste*, Prefácio, Lisboa.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo (1965), *Guerra Subversiva – Subsídios para uma estratégia de reacção*, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- SARMENTO, Manuela (2008), *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2006), *Batalhas da História de Portugal Guerra de África; Angola 1961-1974 (Volume 22)*, QuidNovi, Lisboa.
- THOMPSON, Robert [cons] (1983), *A Guerra no Mundo depois de 1945 – Guerras e guerrilhas desde 1945*, Verbo, Lisboa.

#### Artigos de Revistas ou Jornais

- ALMEIDA, Ferrand d' (1963), *Cavalaria a Cavalo em Angola?*, *Revista da Cavalaria*, pp. 289-292
- ALMEIDA, Ferrand d' (1964), *Emprego da Cavalaria a Cavalo em Angola? Sim!*, *Revista da Cavalaria*, pp. 231-243
- ALMEIDA, Ferrand d' (Out e Nov 1985), *Recordações de um “Dragão de Angola”*, *Revista Militar*, pp. 689-720

- ALVES, José Lopes (Março 1992), Os Fenómenos Subversivos e Contra-subversivos – Aspectos políticos e estratégicos nos primórdios de noventa e dois, *Revista Militar*, pp. 139-171
- BRITO, Brandão de (1952), A tropa a cavalo na Guerra de Guerrilhas, *Revista da Cavalaria*, pp.258-265
- CASTRO, Pimenta de (1971), Emprego da Cavalaria clássica na luta contra a subversão, *Revista da Cavalaria*, pp. 204-220
- CLOSTERMANN, Pierre (1960), A Aviação na Guerra Subversiva, *Conferências do Instituto de Altos Estudos Militares*, pp. 7-25
- COSTA, António José Pereira da (Outubro de 2009), A Guerra..., *Jornal do Exército*, pp. 16-23
- CUNHA, Luiz Barros (1965), A Cavalaria Meios e Missões – Esboço de estudo sobre o emprego do cavalo, *Revista da Cavalaria*, pp. 270-281
- CUNHA, Luiz Barros (1967), Emprego da Cavalaria no Ultramar – O que é o que poderia ser, *Revista da Cavalaria*, pp. 269-279
- FARINHA, Fernando (1969), Uma Guerra a Cavalo, *Notícias de Angola*, pp. 42-56
- FREIRE, Miguel (May-June 1998), Dragões de Angola: Fighting Insurgency from Horseback, *Armour Vol. CVII No.3*, pp. 36-40
- FREIRE, Miguel (2002), Dragoons of Angola, *Osprey Military Journal Volume 4 Issue 4*, pp. 45-50
- FREIRE, Miguel (2009), Dragões de Angola – Uniforme, Armamento e Equipamento, *Revista da Cavalaria*, pp. 28-34
- GARCIA, Proença (Novembro 2003), Tipologias de Guerra, *Revista Militar*, pp. 1103-1136
- GARCIA, Proença (2007), Descrição do fenómeno subversivo na actualidade: A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais, *Estratégia*, pp. 111-175
- J. A. (1969), Cavalaria a cavalo em Angola, *Revista da Cavalaria*, pp. 167-172
- LAGE, Fonseca (1971), Alguns conceitos sobre a conduta de Guerra Subversiva no Leste de Angola, *Revista da Cavalaria*, pp. 189-196
- LEANDRO, Garcia (1997), Estratégias de acção: tipos e prospectiva, *Estratégia*, pp. 87-92
- LOURENÇO, Fernando Severino (1991), Uma modesta(íssima) carga de Cavalaria, *Baluarte – Revista das Forças Armadas Portuguesas nº4*, pp. 46-53
- MACHADO, Dias (1966), Carregar!!!, *Revista da Cavalaria*, pp. 279-292
- PINTO, Luís Teixeira (2009), Do renascer da ideia às conclusões dos estudos, *Revista da Cavalaria*, pp. 6-11
- RAMIRES, Vasco (1970), A Cavaloooo...!, *Revista da Cavalaria*, pp. 189-194

- SILVA, Duarte (1965), História antiga... que se repete..., *Revista da Cavalaria*, pp. 282-289
- SILVA, Duarte (1968), Tropas a Cavalo (Elementos para uma discussão sobre as PU de África), *Revista da Cavalaria*, pp. 241-250
- SILVA, Vicente da (Junho de 1972), “Lances de Cavalo” no “Xadrez” Angolano, *Jornal do Exército*, pp. 27-30

#### Teses e trabalhos

- MATEUS, Henrique (2002), *A Guerra em África – TO Angola Parte XXIII – A Acção da Cavalaria no Leste, Curso de Estado-Maior 2000-2002*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares

#### Manuais e doutrina

- AZEVEDO, Monteiro de (1972), *Organização e missão das unidades de Infantaria – II Parte Guerra Subversiva*, Academia Militar, Lisboa.
- CENTRO DE INSTRUÇÃO DE CAVALARIA CIC (1972), *Doutrina das Tropas a Cavalo*, Vila Pery, Confidencial.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO EME (1963a), *O Exército na guerra subversiva I – Generalidades*, Lisboa, Reservado.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO EME (1963b), *O Exército na guerra subversiva II – Operações contra bandos armados e guerrilhas*, Lisboa, Reservado.

#### Páginas da Internet

- *Artigo 73º da Carta das Nações Unidas*, consultado em 22 de Junho de 2010, disponível no sítio da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na Internet em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-XI-73-74>
- *Definição de História*, consultado em 22 de Junho de 2010, disponível no sítio da Wikipédia na Internet em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria>
- *Guerra a Cavalo – Leste de Angola*, consultado em 12 de Setembro de 2009, disponível no sítio da Guerra Colonial na Internet em <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=157>
- Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português, consultado em 24 de Julho de 2010, disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital na Internet em <http://purl.pt/11436/2/P1.html>

### Entrevistas

- FREIRE, Miguel (5 de Outubro de 2001), [Entrevista a Coronel Neves Veloso, comandante do Pelotão experimental a cavalo]
- FREIRE, Miguel (14 de Outubro de 2002), [Entrevista a Major Banazol, comandante de um Esquadrão a cavalo]
- FREIRE, Miguel, (s. d.), [Entrevista a Coronel Moreira Dias, comandante de um Esquadrão a cavalo]
- PINTO, Luís Teixeira, (22 de Junho de 2010), [Entrevista a Inspector Óscar Cardoso]
- PINTO, Luís Teixeira, (3 de Agosto de 2010), [Entrevista a Coronel Neves Veloso, comandante do Pelotão experimental a cavalo]
- PINTO, Luís Teixeira, (5 de Agosto de 2010), [Entrevista a Coronel Atayde, comandante de um Esquadrão a cavalo]

### DVD

- FURTADO, Joaquim [Autoria e Realização]. (2009), *A Guerra - Madeireiros e UNITA – 2ª Série DVD #07* [Documentário], RTP/Correio da Manhã.

## Índice de Anexos

ANEXO A – Mapa do Mundo Colonial em 1939.....	47
ANEXO B – Tabela das datas de Independência dos países Africanos.....	48
ANEXO C – Artigo 73º da Carta das Nações Unidas.....	49
ANEXO D – Mapa do Império colonial português.....	50
ANEXO E – Principais diferenças da Guerra Subversiva face a outros tipos de Guerra.....	51
ANEXO F – Características da Guerra Subversiva.....	53
ANEXO G – Fases da Subversão.....	56
ANEXO H – Quadro das Fases de Subversão.....	58
ANEXO I – Quadro dos objectivos da Subversão.....	59
ANEXO J – Manobra Subversiva.....	60
ANEXO K – Mapa de Angola.....	62
ANEXO L – Entrevista ao Inspector Óscar Cardoso.....	63
ANEXO M – “O Renascer da Cavalaria a cavalo”.....	67
ANEXO N – “Os Estudos”.....	68
ANEXO O – Entrevista ao Coronel Neves Veloso.....	70
ANEXO P – Orgânica do Grupo de Silva Porto e do Esquadrão a Cavalo.....	76
ANEXO Q – Equipamento e armamento dos Dragões de Angola.....	77
ANEXO R – Formações em Ordem Dispersa.....	80
ANEXO S – Esquema da Formação em “T”.....	81
ANEXO T – Modo de actuação e instrução das Forças a cavalo.....	82
ANEXO U – Carta apreendida junto à fronteira com a Zâmbia.....	87
ANEXO V – Síntese da Preparação de um Golpe de Mão.....	88
ANEXO X – Fotografias em Operações.....	90

ANEXO A

Mapa do Mundo Colonial em 1939

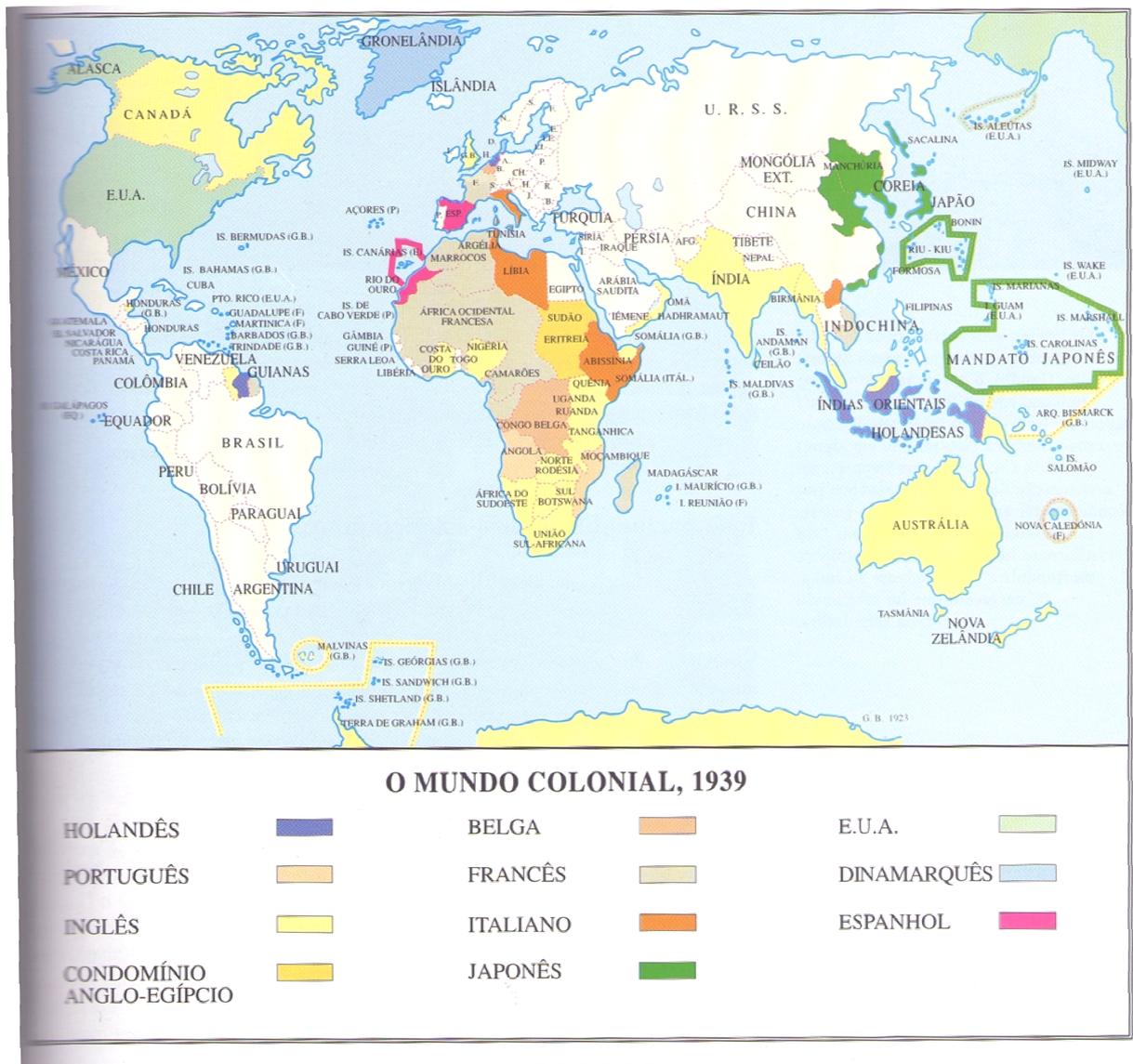


Fig. 1 - O Mundo Colonial em 1939

Fonte: Abon, 2006, p.165

## ANEXO B

### Quadro das datas de Independência dos países Africanos

<b>Cronologia da descolonização de África</b>	
24/12/51	Libia
1/1/56	Sudão
2/3/56	Marrocos
20/3/56	Tunísia
6/3/57	Gana (anteriormente Costa do Ouro)
2/10/58	Guiné
1/1/60	Camarões
27/4/60	Togo
20/6/60	Federação Mali
26/6/60	Madagáscar
26/6/60	Somália britânica
30/6/60	Congo (Belga) (actual Zaire)
1/7/60	Somália (italiana), que se uniu à Somália britânica
1/8/60	Deomé (actual Benim)
3/8/60	Niger
5/8/60	Alto Volta (actual Burkina Faso)
7/8/60	Costa do Marfim
11/8/60	República Centro-Africana (anteriormente Ubangi Char)
15/8/60	Congo (anteriormente Congo Médio, actual República Popular do Congo)
17/8/60	Gabão
20/8/60	Senegal (dissolução da Federação Mali, reconhecimento a 11 de Setembro de 1960)
1/10/60	Nigéria
28/11/60	Mauritânia
27/11/61	Serra Leoa
9/12/61	Tanganica
1/7/62	Ruanda
1/7/62	Burundi
9/10/62	Uganda
10/12/63	Zanzibar (fusão com o Tanganica a 27-4-1964 para formar a República Unida da Tanzânia)
6/7/64	Malawi (anteriormente Niasalândia)
24/10/64	Zâmbia (anteriormente Rodésia do Norte)
18/2/65	Gâmbia
30/9/65	Botswana (antes Suiuziândia)
4/10/66	Lesotho (anteriormente Basutolândia)
12/3/68	Maurícia
10/10/74	Guiné-Bissau
26/6/75	Moçambique
5/7/75	Cabo Verde
12/7/75	São Tomé e Príncipe
11/11/75	Angola
29/2/76	Seychelas
27/6/77	Djibuti
6/12/77	Eswatini (África do Sul)
18/4/80	Zimbábue (anteriormente Rodésia)
4/12/81	Ciskei (África do Sul)

Quad. 1 – Cronologia da Descolonização de África

Fonte: Macedo, 1990, p. 186

## ANEXO C

### Artigo 73º da Carta das Nações Unidas

#### Capítulo XI

#### **DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS**

##### *Artigo 73.º*

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- b) Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- c) Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- d) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;

Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.

Fonte: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-XI-73-74.htm>

ANEXO D

Mapa do Império colonial português



Fig. 2 – Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português

Fonte: <http://purl.pt/11436/2/index.html>

## ANEXO E

### Principais diferenças da Guerra Subversiva face a outros tipos de Guerra

Depois de se definir Guerra Subversiva torna-se importante caracterizar, por mais sucintamente que seja, este fenómeno para que o leitor possa ficar ciente das principais diferenças que esta apresenta face a outros tipos de guerra. (EME, 1963a)

Muitas vezes a Guerra Subversiva é erradamente confundida com Guerra psicológica. Pode-se dizer que a segunda é um tipo de guerra que pode ser utilizado quer em Guerra subversiva, quer convencional, quer mesmo em nuclear. Esta tem como objectivo a influência de opiniões, sentimentos e crenças das populações, das autoridades e mesmo das Forças Armadas. A grande confusão entre as duas reside no facto de a Guerra subversiva utilizar “acções psicológicas” para atingir alguns dos seus objectivos. Assim, poder-se-á afirmar que no Ultramar levaram-se a cabo acções psicológicas como um processo de fazer a Guerra Subversiva. (EME, 1963a)

Também frequente, essencialmente quando se fala com alguém sobre o assunto “Ultramar”, é a designação de Guerra de guerrilhas. Este tipo de guerra é caracterizado por ser uma guerra levada a cabo por forças com uma organização e características especiais, são normalmente forças clandestinas, ligeiras e que se encontram bastante dispersas. Estas forças combatem quem controla o território. Da mesma forma, a guerra de guerrilhas é um processo empregue na Guerra subversiva e que fez frente ao Exército português durante a Guerra do Ultramar. (EME, 1963a)

Pode também haver dúvidas por vezes relativamente à guerra ideológica que acontece quando os adversários lutam com ideologias opostas ou no caso de um deles lutar por uma ideologia que gera o conflito em questão. Este tipo de guerra pode estar associada não só à Guerra subversiva como mesmo à convencional ou até à nuclear. Na grande maioria das vezes as Guerras subversivas têm carácter ideológico não sendo obrigatório que assim seja. (EME, 1963a)

Outro conceito que surge com alguma frequência é o de Guerra fria que está ligado ao período de luta entre dois países ou conjunto de países dominado por acções psicológicas, económicas ou de carácter semelhante. Quando a Guerra subversiva é apoiada do exterior do território por um estado inimigo as suas primeira fases podem ser consideradas dentro do espectro da Guerra fria. No entanto, como temos vindo a descrever, os conceitos em nada têm a ver um com o outro. (EME, 1963a)

A Guerra insurreccional é dos conceitos que mais se aproximam com o de Guerra subversiva tendo no entanto diferenças. O carácter político obrigatório e a sua condução contra o Estado enquanto a Guerra subversiva existe desde que seja apenas contra as autoridades de ocupação são as grandes diferenças. Assim, algumas Guerras subversivas são insurreccionais, outras não e conseqüentemente algumas Guerras insurreccionais são subversivas e outras não. (EME, 1963a)

Para finalizar resta falar das Guerras civis que tendo bastante em comum com as insurreccionais têm como grande diferença o facto de a luta armada ser entre partidos do mesmo país. Nesta situação pode-se afirmar que todas as guerras civis cabem no conceito de Guerra subversiva embora nem todas as Guerras subversivas caibam no conceito de Guerra civil. (EME, 1963a)

## ANEXO F

### Características da Guerra Subversiva

Uma das principais características, e na opinião de um grande número de autores, talvez a mais importante prende-se com a influência da população. Esta é sem qualquer dúvida um factor fundamental da guerra subversiva pois é “... *o meio em que a subversão se processa, é também o objectivo a conquistar e é ainda um dos meios utilizados para atingir esse objectivo.*” (EME, 1963a, Cap.I, p.19)

Através do apoio prestado pela população ao movimento subversivo é que se consegue justificar a finalidade da subversão, na medida em que esta vai de encontro a algo que a população deseja. A própria população permite que existam os agentes subversivos dando segurança e apoio logístico no território aos informadores, aos terroristas ou aos agitadores. A própria população pode tomar parte na luta conseguindo assim o movimento subversivo alcançar resultados muito superiores aos que alcançaria apenas com alguns elementos destabilizadores. A verdade é que na própria definição de subversão fala de uma luta e numa parte dos seus habitantes, ou seja, “... *nenhuma acção subversiva terá quaisquer probabilidades de sucesso sem primeiro conseguir o apoio, voluntário ou forçado, consciente ou inconsciente, de uma parte numerosa da população*” (EME, 1963a, Cap.I, p.19)

Normalmente o objectivo dos movimentos subversivos é garantir o apoio da população de uma forma voluntária, ou seja, recorrendo à propaganda. São exploradas ideias de uma forma exagerada por vezes até deturpada mas que têm um fundo de verdade. Essas ideias são “bombardeadas” de tal forma à população que esta acaba por aderir à causa. A essas ideias dá-se o nome de *ideia-base* ou *ideia-força*, se esta for bem escolhida garante excelentes resultados, pois faz pender uma grande parte da opinião pública do território e a nível exterior para a causa da subversão. Existem no entanto casos em que a aceitação não é feita de forma voluntária e aí podem ser utilizadas pelos terroristas ou pelos guerrilheiros várias acções como demonstrações de força que provocam o medo entre as populações que acabam por acolher as ideias do movimento. Certo é que quanto mais baixo for o nível de educação do povo mais influenciável será, mais facilmente fará parte do movimento de subversão. (EME, 1963a)

À semelhança da população outra característica essencial é a influência do exterior que a guerra subversiva tem, uma vez que “... *não pode ser circunscrita ao território em que se processa*”. (EME, 1963a, Cap.I, p.24)

Para além de ser bastante influenciada do exterior é ainda, na grande maioria das vezes, fomentada, dirigida e alimentada através deste. À medida que o movimento

subversivo se vai dando a conhecer e vai perdendo o seu efeito surpresa, a opinião pública dos mais variados países vai tomando uma atitude face a tais desenvolvimentos. Essa atitude será de repulsa ou apoio, dependendo das causas apresentadas pelo movimento. Quanto mais justas forem as causas apresentadas maior será o apoio externo e a influencia deste perante as autoridades em vigor. Não importa apresentar uma causa verdadeira, mas sim uma causa justa, independentemente de poder ser falsa. Muito do apoio vindo do exterior vem também de estados que tenham a mesma política que está a tentar ser aplicada pelo movimento subversivo ou ainda por estados que tenham mantido uma luta semelhante pelos mesmos ideais. O apoio é prestado ao movimento pelos países estrangeiros sobre a forma de influenciador da opinião contra a autoridade quer com ajuda através de material e equipamento ou mesmo de pessoal especializado ou corpos de voluntários muitas vezes com experiência neste tipo de guerra. (EME, 1963a)

Por fim, a terceira e última característica mas não menos importante é a complexidade da própria guerra. A sua enorme complexidade advém não só das suas outras características mas também do carácter clandestino do inimigo, da diversidade de meios e processos e ainda o facto de se tratar de uma guerra de superfície. O facto dos movimentos subversivos actuarem de forma clandestina devido ao tipo de missão a executar dificulta a sua referenciação e conseqüente neutralização e destruição. A grande diversidade dos meios e dos processos utilizados também dificulta o trabalho das autoridades pois nunca se sabe o que foi planeado pelo movimento subversivo ou quando vai ser posto em prática e quem será o alvo. Isto aliado a uma adaptação cuidadosamente feita ao alvo, às circunstâncias do local e do momento dificultam bastante o trabalho das autoridades. Relativamente ao facto de ser uma guerra de superfície quer se explicar que ao contrário de uma guerra convencional em que existem exércitos estabelecidos nesta não há mais do que uma força clandestina dispersa pelo território que vai alastrando por este até cobrir toda a superfície do mesmo. As forças adversárias encontram-se então misturadas não meio muito sensível que é a população. (EME, 1963a)

No interior de cada Estado existem causas, motivações, ou razões dos mais variados domínios que podem ser exploradas pelos agentes subversivos. As acções subversivas são tanto melhores quanto maior for o apoio dado quer por partidos, quer por organizações estabelecidas ou ainda por particulares que estejam com essa causa. Daí que quando se fala das acções e da preparação das acções subversivas levarem algum tempo a planear, temos que ter em conta que também estes apoios podem demorar algum tempo, na fase inicial, a aparecer e podem ir surgindo à medida que as acções vão tendo sucesso. No fundo, pode-se afirmar que se vai semeando e cuidando pacientemente para mais tarde se colher. (Alves, 1992)

Existem ainda motivações externas que podem ser aproveitadas para o fenómeno subversivo. Esse apoio pode ser prestado directa ou indirectamente. O mais comum e o que

aconteceu frequentemente no Ultramar português, foi o apoio indirecto, ou seja, de uma forma “não oficial”. Assim, através da facilidade em arranjar guarida, material, ou pequenas coisas, embora bastante significativas, os territórios fronteiriços auxiliam os movimentos subversivos ao colmatar algumas falhas ou necessidades destes. (Alves, 1992)

## ANEXO G

### Fases da Subversão

A preparação da subversão é a primeira das cinco fases. Nesta, são dados os primeiros passos e é como uma primeira organização, uma preparação do terreno. Aqui são colhidas as primeiras informações, são feitas as primeiras ligações e as primeiras infiltrações na sociedade que posteriormente será subvertida. (EME, 1963a)

A criação do ambiente subversivo é a fase subsequente e embora decorra ainda numa fase clandestina do processo, já se começa a perder o *factor surpresa* visto que as suas acções já se começam a manifestar. As ligações e os contactos adquiridos na primeira fase tornam-se mais fortes e sólidos e aumentam. Por conseguinte, a subversão surge aos olhos de todos através do uso de propaganda e de acções terroristas, ambas características deste tipo de movimentos. (EME, 1963a)

A consolidação da organização subversiva é apresentada como a terceira fase numa altura em que as acções quer de terrorismo quer de guerrilha por parte de bandos armados se intensifica. Toda a organização do foro político-administrativo que estava numa fase embrionária e que vinha evoluindo lentamente apresenta-se agora já perfeitamente enquadrada no território e na população. Torna-se então decisivo o desequilíbrio da opinião da população sendo que em alguns casos pode já haver um controlo territorial por parte da organização subversiva. Pode-se afirmar que aqui se começam a colher os primeiros frutos que se haviam semeado nas duas primeiras fases. (EME, 1963a)

A partir do momento em que os movimentos de subversão começam a ter a posse do terreno inicia-se a criação de *bases* nos locais onde existe essa mesma posse e a criação de forças pseudo-regulares que vão ocupar essas bases. Estamos, então, perante a quarta fase. Pode ainda verificar-se o estabelecimento de um governo nesse território dominado de *base* ou mesmo no estrangeiro passando a existir um *Estado subversivo*. (EME, 1963a)

A quinta e última fase é denominada de insurreição geral e é onde, depois de montada toda a base e de esta estar consolidada se inicia uma luta de igual para igual. Através da criação de um exército rebelde, que se vai apoiar nas bases previamente montadas, é feita uma investida pela posse do território, já com o auxílio do maior número de população que tenha aderido à causa, com vista à capitulação da autoridade estabelecida. (EME, 1963a).

Um aspecto essencial do fenómeno subversivo é que este deve ser parado o quanto antes, na medida em que quanto mais desenvolvido estiver, ou seja, quanto mais adiantada for a fase em que se encontra, mais difícil será restabelecer a situação a favor da autoridade

estabelecida. Assim, pode-se concluir que *“o tempo trabalha sempre a favor da subversão”*. (EME, 1963a, Cap.I, p. 13)

Existem, para além da doutrina portuguesa, alguns autores que nos seus artigos simplificam, certa forma, todo este processo das cinco fases da subversão em apenas duas fases. Estas duas fases são a pré-insurrecional e a insurrecional. A primeira diz respeito ao início do processo em que tudo se passa na clandestinidade e praticamente sem violência. Esta abrange as três fases clássicas descritas anteriormente. Por sua vez, a segunda fase vai aproveitar toda preparação levada a cabo pela primeira para através de acções declaradas se dá início à violência, através do uso do terrorismo e da guerrilha, contra alvos premeditados naquela que passa a ser uma luta aberta contra as autoridades. Esta vai compreender a quarta e quinta fase clássica, respectivamente, anteriormente descritas. (Alves, 1992)

ANEXO H

Quadro das Fases da Subversão

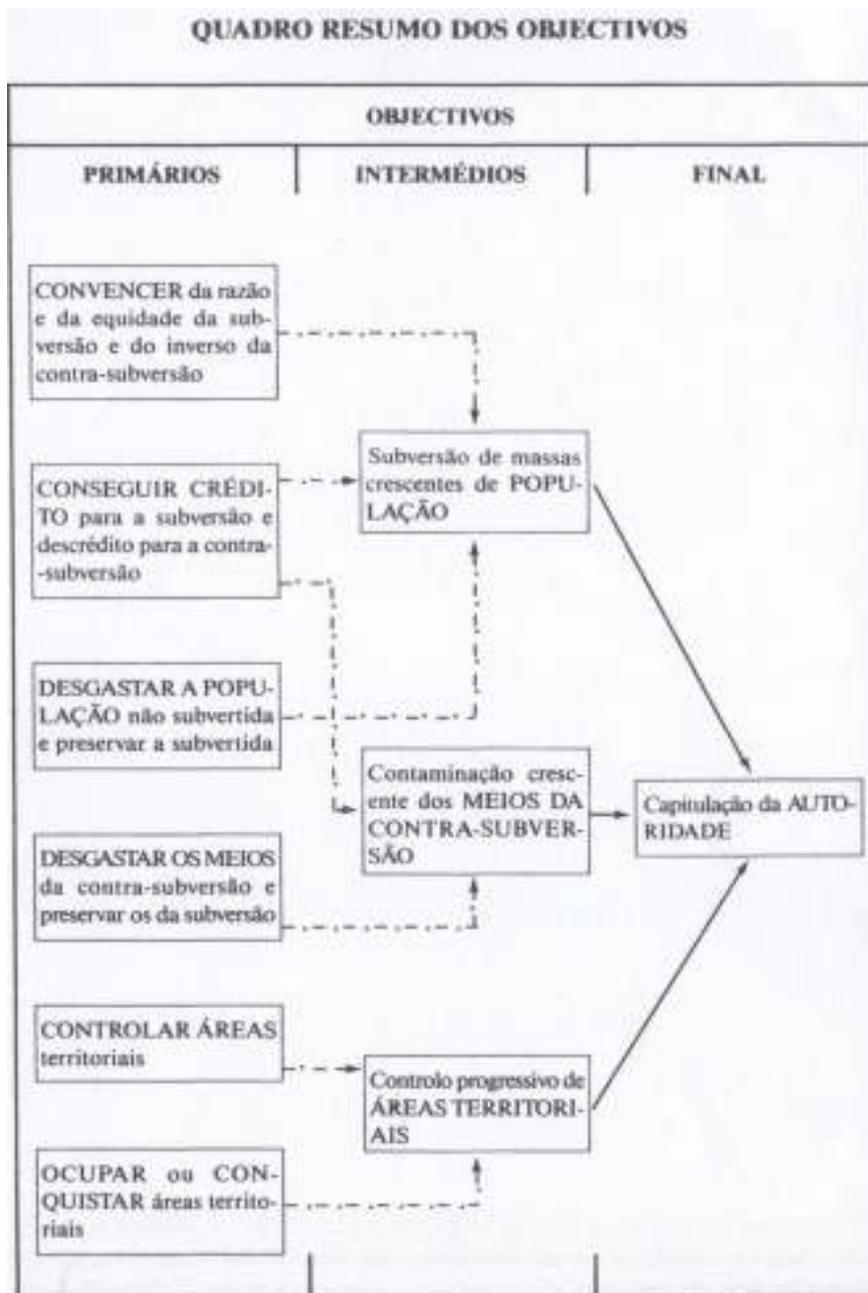
FASES	MONTAGEM DA ESTRUTURA		MANOBRA	
			EXECUÇÃO	PREPARAÇÃO
1. <sup>ª</sup> PREPARATÓRIA (Secreta)	Sistemas de apoio	Enquadramento da população Redes no interior da população	Invisível (Estudo e obtenção de informações)	Psicológica interna Agitação Psicológica externa Política externa
	Sistemas de actuação	Sistema de informação Sistema de agitação Sistema de acção psic. int/ext. Sistema de acção política externa		
2. <sup>ª</sup> AGITAÇÃO (Clandestina)	Sistemas de apoio	Elementos e redes no interior dos meios de contra-subversão Comunicações (interdição) Recursos, bases, refúgios	Psicológica interna Agitação Psicológica externa Política externa	Flagelação
	Sistemas de actuação	Forças para-militares e militares		
3. <sup>ª</sup> TERRORISMO GUERRILHA (Clandestina)	Completamento e Aperfeiçoamento		Flagelação	Militar clássica
4. <sup>ª</sup> ESTADO SUBVERSIVO (Declarada)			Militar clássica (defesa de recursos, bases, refúgios, forças para-militares ocupações, conquistas, manutenção de áreas territoriais)	Operações militares clássicas com forças regulares
5. <sup>ª</sup> FINAL (Declarada)	Estrutura completa, abrangendo praticamente toda a população		Operações militares clássicas	Mudança da legalidade

Quad. 2 – Fases da Subversão

Fonte: CECA, 1990, p. 78

ANEXO I

Quadro dos Objectivos da Subversão



Quad. 3 – Objectivos da Subversão

Fonte: CECA, 1990, p. 62

## ANEXO J

### Manobra Subversiva

As manobras subversivas constituem um assunto em que existem opiniões um pouco divergentes, ou pelo menos análises mais simples do ponto de vista tático e outras mais complexas que entrando no âmbito da estratégia já saem fora da delimitação e objectivo deste trabalho.

Outra opinião relativamente à manobra subversiva refere que esta se divide em três tipos: a manobra interna, a externa e a por lassidão. A manobra interna, por sua vez, comporta a psicológica interna, a agitação e a flagelação. A psicológica interna pode ser vista como a parte inicial do processo, onde se passa a ideia à população. Aqui tenta-se sobretudo influenciar de modo a alterar a forma de pensar e agir de acordo com as ideias da subversão. Posteriormente, a agitação já vai contar com algumas acções de descontentamento da população face às autoridades em vigor. Existe também um clima de grande tensão que embora só seja sentido nesta fase foi criado anteriormente. A flagelação já é levada a cabo por forças militarizadas ou seja, pelos bandos armados, de guerrilhas e de forças pseudo-regulares. A manobra externa vai comportar uma manobra psicológica e política e vai, no fundo, ter como objectivo o apoio de Estados, com as mesmas ideologias, não só a nível material como também a nível humano.

Consoante o apoio da população e a própria evolução da situação do processo de subversão, são utilizadas diferentes acções para que se atinjam objectivos. Estas, podem ser classificadas em acções clandestinas, psicológicas ou violentas.

As acções clandestinas servem para numa primeira fase criar uma organização político-administrativa e numa segunda uma organização militar com vista ao enquadramento da população do território que se pretende subverter. São criadas redes, formadas por células independentes que desconhecem a existência e missão umas das outras e têm como principais objectivos na fase inicial da subversão informar e criar agitação não só nas camadas dirigentes, mas também no operariado, nas universidades e até no exército.

No caso das acções psicológicas, estas estão mais relacionadas com a afectação não só da moral mas também da mentalidade dos indivíduos, colectividades e grandes massas, no sentido de os influenciar nas opiniões, sentimentos e crenças para que manipular assim as suas atitudes e comportamentos. Podem ser utilizados, para estas acções, os media para facilitar a sua difusão ou mesmo os próprios agitadores referidos anteriormente que colocam o *boato* em circulação. A própria população encarregar-se-á de, inconscientemente, fazer com que este se espalhe.

Mais ou menos violentas as acções podem ser levadas a cabo pela população, por terroristas ou por elementos militarizados. No caso das acções violentas que são executadas pela população estas podem-se tornar bastante violentas embora não o sejam por norma visto tratarem-se de greves, reuniões ilícitas, algazarras e rebeliões. Com a principal finalidade de criar o medo na população, de entravar certas actividades e suprimir determinados indivíduos o terrorismo é frequentemente utilizado pelos movimentos subversivos. O terrorismo é manifestado por atentados quando é dirigido contra pessoas individuais ou colectivas e por sabotagem quando é dirigido contra bens sejam estes particulares ou colectivos. Pode ainda ser classificado de sistemático se for dirigido contra a população em geral com o objectivo de criar o medo ou de selectivo contra alvos específicos e com uma importância vital para o cumprimento dos objectivos. Por sua vez as guerrilhas e os bandos armados apresentam-se com bastantes semelhanças com o terrorismo embora tenham elas mesmas algumas missões específicas como o golpe de mão (contra objectivos fixos), a emboscada (contra objectivos móveis) e as acções de flagelação (acções de menor envergadura sem objectivo determinado). São também considerados elementos militarizados as forças pseudo-regulares que à medida que vão existindo condições vão ocupando o território e empenhando-se no combate com unidades militares a fim de as destruir.

As formas de acção podem ser classificadas em destrutivas ou construtivas. São consideradas destrutivas todas aquelas que contribuem para a destruição da sociedade em vigor com vista à transformação da mesma à *posteriori*. Relativamente às destrutivas, estas são as que servem de contributo à estruturação da nova sociedade.

Fonte: EME, 1963a

ANEXO K  
Mapa de Angola



Fig. 3 – Mapa de Angola

Fonte: CECA, 1990

## ANEXO L

### Entrevista ao Inspector Óscar Cardoso

**Entrevistado:** Óscar Aníbal Piçarra de Castro Cardoso nasceu a 10 de Junho de 1935 em Lisboa. Frequentou o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, tendo ingressado na PIDE, em 1965, após ter pertencido à Mocidade Portuguesa, Legião Portuguesa, GNR e Exército. Em Angola, onde permaneceu até 1973, foi o criador dos “Flechas”, grupos de nativos organizados pela PIDE/DGS que, enquadrados pelo Exército, eram utilizados em combate. Regressado a Lisboa, já com a categoria de inspector-adjunto, é colocado na estratégica Direção dos Serviços de Informação, passando a coordenar a DGS nas antigas colónias. Preso na sequência da Revolução, foi libertado em Abril de 1976, após o que se deslocou para a África do Sul, onde passou a integrar o exército daquele país, com o posto de coronel. Julgado no Tribunal Militar de Santa Clara, foi condenado, na pena mínima, exclusivamente por ter pertencido aos quadros da PIDE/DGS.

**Data:** 22 JUN 2010

**Local:** Casal de Mogos – Ericeira

**Assunto:** Informações sobre a área de operações do Leste (Terreno e Inimigo)

**Aspirante Teixeira Pinto** – Como era o clima e o terreno em Angola?

**Inspector Óscar Cardoso** - Tipicamente equatorial, o Equador passa a Norte de Cabinda, passa no arquipélago de S. Tomé e Príncipe, no Ilhéu das Rolas. A vegetação da floresta equatorial em Cabinda era altamente densa, constituída por árvores altíssimas – pau-ferro, pau-santo... Tudo o que havia de melhor. Posso dizer que durante o dia, devido à densidade da vegetação, por vezes, tínhamos que acender os faróis dos carros para conseguir ver por entre toda aquela folhagem...

**Asp. T. P.** – A zona mais do leste é mais savana...

**Insp. O.C.** - Mais savana, mais arenosa. Na zona de leste não há floresta propriamente dita, há aquilo a que chamamos matas... Floresta é Cabinda. No leste, do Luso para baixo, Serpa Pinto, Cuando Cubango, a vegetação é tipicamente de savana... Silva Porto já era mais arborizado porque era no planalto e tinha mais chuvas. Era um clima temperado de montanha, mas não diria que tinha grandes amplitudes térmicas. Onde há grandes amplitudes térmicas é no leste... Lembro-me num sítio chamado Ribungo, comandado por Vítor Alves, que depois do 25 de Abril foi Ministro da Educação, durante a noite tínhamos temperaturas negativas e durante o dia tínhamos umas temperaturas *levadas da breca* porque o sol incidia de chapa naquela areia e reflectia o calor, mas à noite faltava-lhe

humidade para fazer a regulação da temperatura... Aliás, em África encontra neve... Não em Angola, mas no Quênia, no Kilimanjaro.

**Asp. T. P.** – E em relação ao terreno, mas a nível mais tático?

**Insp. O. C.** – A aplicação de cavalos na guerra de guerrilha teve um certo sucesso inicial em Silva Porto devido ao clima, um clima moderado. Por exemplo, em Cabinda seria impossível usar cavalos. No Cuando Cubango – Sul e Sudeste de Angola, as chamadas Terras do Fim do Mundo – se tivéssemos que utilizar animais, o mais aconselhado seria o camelo. Aliás, um grande militar que nós tivemos que foi Paiva Couceiro ainda chegou a utilizar camelos naquela região do Sul e Sudeste de Angola. Paiva Couceiro é do tempo da monarquia, do tempo de Mouzinho, mais ou menos. Quando se dá a Implantação da República, o Paiva Couceiro é aquele indivíduo que se continua a debater pela monarquia. Um tipo impecável... Portanto, a ideia aí seria usar camelos mas depois por qualquer motivo abandonaram esses camelos e esses camelos atravessaram o Rio Cuando e foram para o que é hoje a Namíbia e ficaram numas reservas e ainda existem esses camelos originariamente das patrulhas do Paiva Couceiro. Embora existissem muitos rios, as distâncias entre estes eram muito grandes e o camelo era o animal mais apropriado. De qualquer maneira, no princípio os Dragões de Silva Porto fizeram um trabalho muito bonito e sobretudo inovador, os terroristas não estavam habituados a ver cavalos e diziam assim: «Os tucas agora vêm em cima das gungas». As gungas eram uns antílopes muito grandes com cornos e eles nunca tinham visto cavalos... Então diziam que nós os combatíamos com gungas, mas depois aquilo perdeu aquele efeito surpresa e não teve grande resultado na parte final.

**Asp. T. P.** – Quais eram as principais características do inimigo?

**Insp. O. C.** – Inicialmente começámos com problemas no norte de Angola e em Luanda, problemas esses que foram criados pela U.P.A.. Fomos para Angola em força e resolvemos praticamente o problema. Posso-lhe dizer que a guerra estava ganha no terreno, perdemos a guerra no Terreiro do Paço. Em Angola, estava ganha. O MPLA era o inimigo mais bem preparado tecnicamente no aspecto da guerrilha e intelectual entregavam-se às centenas com armas e bagagens. Quando surgiu o 25 de Abril estava no fim... O único que ainda se mexia um bocadinho para justificar os apoios que tinha americanos e franceses era o Holden Roberto com a U.P.A., mas não tinha praticamente expressão... Isto em 74. Na Serra da Mosamba, por exemplo, o terrorismo era terrível, mas no fim a malta já ia para lá fazer piqueniques. Num aspecto, no Leste tivemos a penetração da UNITA de Savimbi, muito bem preparados no aspecto da guerra psicológica porque eles frequentavam cursos na Academia Político-Militar de Nanquim, na China, e vinham bem preparados para isso. Mas depois, dado o antagonismo tribal entre o MPLA e a UNITA, não só se degladiavam uns aos outros como tinham os portugueses pelo meio. Então, no tempo do General

Bettencourt Rodrigues fez-se um contracto verbal com a UNITA em que nós lhe dávamos comida – e os madeireiros também os apoiavam – e a UNITA no leste era considerada um dos nossos batalhões que combatia o inimigo mais perigoso, mais treinado, mais eficiente e com maior apoio internacional que era o MPLA. Na fase final, antes do 25 de Abril, quando a guerra estava totalmente ganha em Angola, no terreno, a UNITA estava a trabalhar connosco.

**Asp. T. P.** – Falando mais especificamente dos guerrilheiros, qual era o seu modo de actuar e em que zonas o faziam?

**Insp. O. C.** – O MPLA especializou-se mais numa guerrilha urbana. Se pudéssemos definir a capacidade de guerrilha, os tipos mais brutais, mais primitivos eram da UPA. Drogados, alguns. Por vezes, para os parar tínhamos que dar uma porrada de tiros, que eles vinham com aquela cegueira. Eram cruéis, fanáticos... A UPA ou GRAE – é a mesma coisa. Tecnicamente mais bem preparados, o MPLA. Alguns até intelectuais e com valor... A UNITA começou a expandir-se no Leste com o apoio que tinha na Zâmbia e como falavam muito bem conseguiram motivar certas populações e deram-nos um bocado de trabalho. Mas a nossa rapaziada... Como digo, a guerra em Angola estava ganha. Em Moçambique e na Guiné é que estava um bocadinho complicado...

**Asp. T. P.** – Qual é a sua opinião acerca do porquê de isto ter acontecido?

**Insp. O. C.** – Aconteceu precisamente porque Angola tinha petróleo e outras coisas e era um país riquíssimo. Já deve ter ouvido falar do clube Bilderberg, os tipos do grande capitalismo internacional. Para já, era preciso destabilizar Angola e Moçambique para cair a África do Sul... A África do Sul era um potencial, um país riquíssimo, com diamantes e até petróleo. Portanto, esses senhores do supercapitalismo internacional querem constituir a nova ordem mundial e inclusivamente destruir todas as potências que existem para depois governarem e dominarem esta coisa toda.

Isto foi uma guerra entre brancos, os pretos foram uns instrumentos nesta coisa toda. Tínhamos uma União Soviética interessada nos nossos territórios, tínhamos a China também muito interessada e os chineses estão lá agora em força. Os chineses tentaram fazer a aproximação em África através do caminho de ferro Tanzan Railway, mas não tiveram muito sucesso. Os americanos também estavam muito interessados no nosso petróleo em Cabinda. Os franceses e os ingleses tiveram uma habilidade que nós não tivemos, que foi manterem as grandes empresas nas antigas colónias e continuam a ser administradas por eles agora... As grandes empresas em Angola estão na mão do Eduardo dos Santos, mas o país está de tanga. Moçambique chegou a ser considerado o país mais pobre do mundo enquanto o Sr. Samora Machel mandava vir roupa de Christian Dior...

Há poucos países – talvez até nenhum – que tenha feito isto... Nós ganhámos uma guerra subversiva no terreno, uma guerra de guerrilhas. Temos uma aptidão natural para isso, aliás, a palavra guerrilha é uma palavra portuguesa...

## ANEXO M

### “O Renascer da Cavalaria a Cavalo”

Pouco depois de se ter iniciado o conflito no Ultramar houve uma série de problemas que começaram a surgir às forças portuguesas, devido às características da guerra subversiva, que os altos escalões estavam a ter dificuldade em solucionar. Quando em 1963 o então Capitão de Cavalaria Ferrand de Almeida publicou na Revista da Cavalaria um artigo sobre a hipótese de utilização de cavalos no Ultramar deixou a maioria bastante surpresa. Habitados à guerra convencional e ao sucesso que os blindados tinham feito na *Blitzkrieg* apenas alguns anos antes, era no mínimo duvidoso que se voltassem a utilizar cavalos num campo de batalha pois estes já haviam provado estar desactualizados. A questão é que esta era uma guerra assimétrica, com características bem diferentes, por isso Ferrand de Almeida acreditava que valeria a pena fazer um estudo mais aprofundado sobre esta hipótese e sobre as suas vantagens e desvantagens. (Pinto, 2009)

Um conhecimento aprofundado das características dos solípedes, das viaturas militares e da guerra que decorria em território africano, aliado a um raciocínio lógico fez com que este oficial de cavalaria afirmasse *à priori* que “... o emprego de viaturas permite um suficiente raio de acção, mas não se coaduna com a surpresa, e nem sempre as viaturas existentes ou operacionais, são bastantes para a satisfação das necessidades logísticas. Nos patrulhamentos a pé, verificam-se as características inversas e nos mistos, não deixam de existir os inconvenientes dos primeiros. Ora os patrulhamentos a cavalo, seriam precisamente aqueles que permitiriam, com grande prestígio para a tropa, o seu aparecimento frequente e por surpresa, em locais praticamente inacessíveis às viaturas pela falta de vias de comunicação, e à tropa apeada, pela distância a que se encontram. Seria o meio intermediário, que permitiria preencher uma importante lacuna no emprego dos meios que actualmente se dispõe.” (Almeida, 1963, p.291)

Decorrido um ano, e com mais experiência sobre o território, o inimigo e a própria guerra, Ferrand de Almeida volta a publicar um artigo mas desta vez afirmando que o cavalo era uma mais-valia e uma solução para alguns dos problemas que se estavam a verificar no Ultramar português. Este aponta ainda uma série de situações práticas em que tropas montadas seriam favoráveis a tropas apeadas ou motorizadas. (Pinto, 2009)

## ANEXO N

### “Os Estudos”

Foi um ano depois que surgiu a primeira resposta ao desafio do Capitão Almeida de ser feito um estudo sobre as possibilidades do uso de cavalos em África. Essa resposta é dada em 1965 pelo Tenente-coronel Barros e Cunha que publica um breve artigo na *Revista da Cavalaria* a que dá o nome de “*Esboço do estudo sobre o emprego do cavalo*”. Este artigo é dividido em quatro partes que embora estejam relacionadas entre elas, são abordadas à parte para facilitar a sua análise. A primeira parte cinge-se à abordagem do cavalo. Aqui são enumeradas algumas vantagens que este animal pode apresentar em caso de combate nas situações conhecidas da contra-subversão, mas também algumas das suas limitações que no entender do autor eram perfeitamente superáveis. Estas limitações dizem respeito essencialmente às doenças e aos cuidados a ter com a alimentação dos animais que poderia ser de variedade insuficiente. (Pinto, 2009)

A segunda parte do artigo abordava o pessoal que iria integrar estas forças. Tendo a equitação militar perdido praticamente a parte ligada ao combate a cavalo para se ocupar exclusivamente da parte desportiva e cultural, teriam de ser criados quadros de instrutores e monitores para dar formação equestre. A origem das forças a cavalo deveria ser: um terço dos soldados oriundos da metrópole, outro de brancos de Angola e o outro de nativos. Em terceiro lugar foi apresentada uma sugestão dos meios a utilizar por esta força. Para além dos cavalos poderiam ser usadas, na opinião de Barros e Cunha, viaturas para colmatar as necessidades logísticas. Quanto ao armamento seria viável a espada, a catana ou o iavete, como arma de fogo muito provavelmente uma pistola-metralhadora de 9 mm e ainda granadas ofensivas. Os meios de transmissões a utilizar seriam rádios e a dotação seria um por esquadra. A organização da força foi o último item a ser analisado e aqui Barros e Cunha afirma que esta força teria de ficar bem organizada dentro da arma de cavalaria, do Exército e das Forças Armadas e que a sua constituição e volume teriam de ser as ideais para as missões a realizar. Estavam abertas as portas para um estudo mais incisivo onde vantagens e desvantagens seriam mais detalhadas e as conclusões mais terminantes. (Pinto, 2009)

O estudo mais aprofundado acabou por ser o do Major Duarte Silva ainda em 1965 que abordou vários aspectos importantes. Um dos aspectos foi a velocidade, característica muito vantajosa para as tropas a cavalo com excepção das estradas em que os meios auto anulavam essa vantagem. No entanto, se forem consideradas as missões e o ambiente em que estas ocorrem tal como interdições de fronteiras e patrulhamentos por vezes com necessidade de perseguições as tropas apeadas não conseguem tais velocidades e os

meios auto têm muitas condicionantes. A flexibilidade foi outro ponto abordado para referir que estas unidades têm uma grande capacidade de adaptação quer ao terreno, quer às missões que lhe são atribuídas. O terceiro ponto a ser alvo de reflexão foi o raio de acção que estas forças teriam capacidade de cobrir. Foi estimado cerca de 20 Kms para o pelotão e 120 Kms no caso de um esquadrão. Também foi feita uma especial referência à mobilidade destas forças que seria bastante elevada desde que se encontrassem dentro do seu raio de acção. A sobrevivência dos equídeos em África foi também questionada, bem como a sua alimentação. Concluiu-se que o cavalo não teria dificuldades em adaptar-se e que a alimentação para além da disponível pelo terreno poderia ser reforçada com ração. A questão das emboscadas que poderiam ser lançadas a estas tropas foi também referida chegando a algumas conclusões. É certo que um homem a cavalo é um alvo muito maior do que apeado, mas também é certo que emboscar uma viatura pode matar mais de uma dezena de militares enquanto se for um homem a cavalo morre apenas um militar e um solípede. Também é certo que devido à organização das forças a cavalo que actuam muito mais dispersas que as apeadas, torna-se muito mais difícil serem emboscadas. A capacidade de transporte destas unidades nunca é tão grande como quando se usa viaturas. Para além disso, o objectivo desta força é ser de ataque rápido por isso se fossem muito carregados com material a velocidade e a surpresa que haviam sido alguns dos aspectos mais importantes seriam descorados. No entanto, havia sempre a possibilidade de serem utilizados *cavalos de baste* para colmatar algumas necessidades. (Pinto, 2009)

As forças a cavalo, no que diz respeito ao barulho, conferem grande vantagem relativamente aos meios auto, aumentando assim a surpresa na realização das suas missões. Por fim, o ultimo aspecto abordado no estudo e que era uma preocupação que já Barros e Cunha tinha manifestado prendia-se com a Instrução que teria de ser dada quer a cavaleiros, quer a cavalos bem como as infra-estruturas que seriam necessárias para ministrar essa formação. Para além da formação que um atirador de infantaria tem de possuir, um elemento de uma força a cavalo tem ainda que ter a formação equestre indispensável. (Pinto, 2009)

## ANEXO O

### Entrevista ao Coronel Neves Veloso

**Entrevistado:** Coronel de Cavalaria Neves Veloso. Foi como Alferes incumbido da missão de comandar um pelotão a cavalo em fase experimental em 1967 em Silva Porto, Angola. Esteve ligado às tropas a cavalo de 1967 até 1969. Para além de ter sido o primeiro-oficial da época a comandar forças com estas características no Exército português, foi ainda responsável pelas segunda e terceira remontas que foi pessoalmente buscar à África do Sul e pela criação do CITC. Actualmente continua ligado à Equitação dando formação a instrutores e monitores.

**Data:** 03 AGO 2010

**Local:** Equitop – Caxias

**Assunto:** Informações sobre o Pelotão a cavalo e sobre as missões e execução da tropa a cavalo

**Aspirante Teixeira Pinto** – Tanto quanto sei inicialmente as principais missões das forças a cavalo baseavam-se essencialmente no reconhecimento e batida não é assim?

**Coronel Neves Veloso** – As unidades de reconhecimento a cavalo... Nós só entrávamos em combate imediato, não combate planeado. Eu nunca fiz, no meu tempo. Depois de mim, terão havido umas acções em que as unidades a cavalo funcionaram em agrupamento com outro tipo de forças e aí terão feito ataques planeados... No meu tempo, as missões eram todas de reconhecimento. No fundo, são grandes áreas que não eram patrulhadas por outro tipo de tropas, por serem muito grandes. As tropas eram conduzidas no velho Unimog e passavam pelos itinerários e pouco mais. Porque estamos a falar em etapas de 50km/dia, nos sítios mais favoráveis do ponto de vista de arborização... Se fosse o tipo de terreno com quase só capim, fazia-se na calma os 50km diários. Na calma, quer dizer, saíamos às 5 da manhã e terminávamos ao fim do dia. Eu actuei quase sempre no centro e Leste de Angola, entre o Bié e General Machado... Quase todas as grandes operações que fiz – e fiz algumas grandes, tipo quinze dias... É muito cansativo, andar a passo... E os cavalos vão cheios de coisas! Se os pomos a trote, vai tudo a chocalhar e os cavalos ao fim de um quilómetro ou dois estão completamente rebotados. Uma das coisas que limitava muito a velocidade – mais até do que a própria vegetação, que ali no Leste e Centro até era relativamente baixa e rala – eram os cursos de água. Preferíamos ter um contacto de fogo do que cursos de água para passar. Um bocadinho para lá de General Machado tínhamos rios uns atrás dos outros... É uma zona muito plana, como tal, os rios estendem-se muito. Há sítios incríveis em que vamos só vendo uns riachos lá em baixo e pensamos que aquilo

se passa na calma, mas cem metros antes, começa a atascar. O cavalo é um animal muito mau para atascanços, entra em stress e em pânico com muita facilidade. O cavalo assim que se começa a sentir sem apoio, stressa de tal maneira que se não tivermos cuidado morre afogado num bocado de água desta altura. Tínhamos que levantar a cabeça aos cavalos para eles não se deixarem morrer. Era muito complicado, mesmo em termos militares... E era pior à saída dos cursos de água do que à entrada. O que se tinha que fazer era destacar uma força para o lado de lá e o resto ficava a fazer outras coisas. Mas era muito chato, porque cortava a velocidade de marcha...

**Asp. T. P.** – E em termos logísticos?

**Cor. N. V.** – A operação foram 20 dias mas eram quatro postos de tropa onde estavam companhias e pelotões onde nos apoiámos. Descansávamos um dia, reabastecíamos e depois seguíamos. Às vezes nem era bem descansar, até porque os cavalos podiam quase que eternamente desenvolver aquele regime de esforço... O que dormiam de noite, dava para recuperar. O problema era que em Angola, sobretudo no tempo das chuvas, depois de chover vinha um sol de abrasar e os cabedais começam-se a tornar duros e estaladiços, ou seja, os arreios e isso tudo fica estragado e provoca assentaduras, já que não era viável parar para untar os arreios. Os meus cavalos nunca andavam ferrados, mas mais tarde as outras tropas começaram a ferrar os cavalos, mas os meus não. A zona onde eu andava também permitia que os meus cavalos andassem sempre descalços. No entanto, as zonas mais arenosas eram um bocado abrasiva para os cascos, ou seja, desgastava mais. O desgaste superava a velocidade de crescimento do casco. No tempo húmido, os cascos são higroscópicos, absorvem a água, ficam mais macios e desgastam-se mais. No tempo seco, os cascos estalavam e tinham tendência para abrir quartos. Um cavalo com um quarto aberto pára. Portanto, tínhamos que ter um cuidado muito grande... Tratávamos aquilo com sulfato de cobre.

Por exemplo, nas tropas motorizadas passa-se a vida a falar em manutenção. Nas tropas a cavalo ninguém pensa nisso, mas só quem não tenha lá andado é que não sabe a grande manutenção que é necessária e os cuidados que os cavalos precisam todos os dias para se manterem operacionais, porque se não começam a encostar-se.

**Asp. T. P.** – E não tinham nenhum veterinário que desse esse apoio?

**Cor. N. V.** – Não, no início não tínhamos nada. Eu era um bocadinho de tudo...

**Asp. T. P.** – Qual era a orgânica do seu pelotão?

**Cor. N. V.** – Quando comecei deveria ter 30 cavalos, teoricamente, mas nunca tive. Devia ter três secções e uma secção de comando. Cheguei a trabalhar com secções de oito, quatro mais quatro. Nós adaptámos muito, aquela secção a cavalo foi muito adaptada face

às missões, ao comandamento necessário e o que existia. Mas teoricamente, aquilo deveria ter funcionado com secções de oito e depois uma secção de comando. Essa secção de comando, para além de dois indivíduos que andavam ali na minha guarda, digamos assim, tinha a secção de apoio onde levavam dois bastes, um com ração de combate. Eu tinha um baste para metralhadora pesada mas nunca o usei...

**Asp. T. P.** – Mas nunca usou metralhadora pesada ou nunca usou o cavalo para isso?

**Cor. N. V.** – Não, tinha mas o baste usava sempre para levar ração!

**Asp. T. P.** – Qual era a metralhadora que tinha?

**Cor. N. V.** – A que tinha na altura, salvo erro, era uma Breda que era uma metralhadora de infantaria. Nunca a usei. O baste estava preparado para levar a Madsen, que era a metralhadora antiga da cavalaria. Só que a Madsen, coitadinha da Madsen... Estava completamente fora de uso. Havia uma adaptação no baste para uma Breda, julgo eu... Mas nunca utilizei esta arma. A única coisa que tinha que me servia e que era a minha grande arma era o movimento, era a surpresa. A Breda é ótima para uma pessoa instalar, batidas de zona e tal... Isso não se adaptava nada às minhas missões e àquilo que eu poderia encontrar! Mas ainda, na zona onde eu andava podia encontrar grupos muito pequenos – três ou quatro pessoas armadas – não se justificava nada ter isso. A guerrilha não estava propriamente organizada naquela zona, a guerrilha estava a organizar-se. Aquilo também nem era muito favorável à guerrilha, a população era muito dispersa e a guerrilha precisa de se adaptar. Por isso é que aquilo era muito mais uma zona de reconhecimento para saber que movimentos existiam ali ou não, obter informações junto das populações, saber quem passou ali... Às vezes nem era preciso falar com eles, nós víamos logo... Eles tinham medo: «Se não digo a estes, vem cá a PIDE, se não dizemos aos outros vêm cá os *turras*». Portanto, isto para lhe dizer que o meu armamento era a G-3, a pistola Walther P38 e acabou... E tinha assim umas granadas de mão. Os quadros tinham todas granadas de mão ofensivas, não usávamos defensivas, como deve calcular, não interessava muito... O importante disto tudo era a forma como me deslocava. Vim a saber depois que o Gengis Khan, o homem que atravessou a Ásia inteira, que chegou aos Urais, utilizou milhares de cavalos – e eu tinha trinta. Eu andava sempre com duas secções à frente, em linha, e depois tinha uma terceira que vinha atrás – uma espécie de T, um triângulo invertido. Enquanto os tipos da frente iam muito atentos e detectavam muita coisa, como vestígios, pegadas ou eram os primeiros a detectar qualquer coisa que avistavam, os que vinham atrás vinham em descanso, por vezes até a dormir. Havia rotação de hora em hora, o que significava que havia duas horas de atenção grande e uma hora de descanso para cada secção. Isto tinha uma enorme vantagem para mim que era não poder ser emboscado, porque esse era o grande problema, digamos, o grande flagelo para as outras tropas,

mesmo para as tropas motorizadas, eram as emboscadas. As emboscadas eram terríveis, haviam feridos e muitas vezes mortos. Um indivíduo é um alvo quando sofre emboscada e quem está a emboscar tem possibilidade de fazer um tiro certo e só se reage depois de ouvir o primeiro tiro... Eu não podia correr o risco de sofrer uma emboscada! Um cavalo com um homem em cima é um grande alvo, mas ninguém sabe onde é que vai passar, não segue itinerários, porque se eu vou planear uma emboscada, tenho que saber onde é que o alvo vai passar. Se ninguém souber onde vão passar, como é que se preparam? A disposição em linha também permite que nunca se apresentem de frente para o inimigo que eventualmente se instala, paralelo ao itinerário. Em cada extremidade da linha estava um furriel, cada um com um rádio, mais um rádio atrás e outro que estava comigo, à frente, entre estas duas linhas. Os rádios eram aqueles AVP1 com um alcance relativamente pequeno. O resto era tudo feito à vista, com sinais e tal... Eu não permitia que os meus soldados falassem uns com os outros, mas eles falavam e eu tinha que me chatear com eles! Nós surpreendíamos com muita facilidade guerrilheiros, pseudo-guerrilheiros e população... Também às tantas nem sabíamos bem de que lado estavam. Por incrível que pareça trinta cavalos numa mata não fazem barulho nenhum, dado que o barulho que fazem na mata confunde-se com o próprio barulho da mata, dos animais, do ranger das árvores, do vento... Por exemplo, aconteceu-nos várias vezes encontrar pessoas a dois metros e surpreendê-las. Como é que eles não nos viam ou ouviam?! É precisamente por isto...

**Asp. T. P.** – A doutrina portuguesa prevê nas operações de *golpe de mão* a eliminação de sentinelas, mas pelo que me dá a entender o inimigo era taticamente muito rudimentar e portanto pergunto-lhe se era normal encontrarem o inimigo bem organizado taticamente utilizando sentinelas.

**Cor. N. V.** – O inimigo era muito rudimentar e mesmo ali encontrámos dois aquartelamentos mas eram muito pouco organizados. E tinham sentinelas mas do lado em que nós aparecemos, porque nós aparecemos mesmo em cima do aquartelamento. Geralmente, o que se fazia era mandar apear uma ou duas parelhas, quando se avistava alguma coisa, e iam ver o que se passava. Face às informações que eles trouxessem, tomava-se uma decisão. Nesse tipo de coisas, geralmente, não atacávamos a cavalo mas sim com uma secção apeada. No entanto, tínhamos as outras duas logo preparadas para perseguição. Havia dois homens que ficavam a guardar os cavalos.

**Asp. T. P.** – Relativamente ao fogo a cavalo, a doutrina que existe escrita não é como a que existe para os caçadores... Fala-se no uso da G-3 a cavalo, bandoleira à volta do pescoço, janela de ejeção para cima...

**Cor. N. V.** – Exactamente. Fazíamos ou à esquerda ou à direita do cavalo, nunca para a frente! Por acaso, os cavalos com o fogo habituavam-se a baixar a cabeça... Para habituar

os cavalos aos tiros, disparávamos balas simuladas nas cavalariças na altura de dar a ração. O fogo que se faz é instintivo e não de precisão, claro... A cavalo e em perseguição tiros é para o ar. Quem vai a ser perseguido não sabe se o tiro foi para o ar ou não! Ainda por cima se algum cavalo se atravessa ou assim... Assim, tiro para o ar não tem perigo nenhum para o resto da tropa. Além disso, era fácilimo apanhar um fugitivo com o estribo. Estamos a falar de zonas de grandes extensões de planície e de mata rala em que se conseguia galopar com facilidade.

**Asp. T. P.** – A nível de pistola, chegaram a fazer tiro montados?

**Cor. N. V.** - Sim, várias vezes... De pistola fazia-se com muita facilidade e com alguma precisão. Se o cavalo estiver parado, é quase o mesmo que estar a pé.

**Asp. T. P.** – A orgânica do esquadrão, só teve dois pelotões...

**Cor. N. V.** – Enquanto lá estive, tive essencialmente o seguinte: comecei com um pelotão, com o qual fiz a experiência e assim que a experiência foi aceite, foram comprados mais dois pelotões de cavalos. Nessa altura, fiz muito poucas operações. Com os dois pelotões só vim a fazer uma única operação, já na parte final da minha comissão. O primeiro pelotão da experiência veio para uma coisa chamada Centro de Instrução de Tropas a Cavalos. Começou por ser meu e o Coronel Vasco Ramires veio a seguir. Eu sou o primeiro, faço a experiência com o primeiro pelotão, crio e dou instrução aos dois pelotões a seguir e crio o Centro de Instrução de Tropas a Cavalos. A primeira remonta de cavalos veio da África do Sul e a segunda da Argentina. Os da África do Sul adaptaram-se muito bem porque vinham de uma latitude parecida com a nossa, ou seja, o clima não apresentava grandes diferenças. Havia aspectos que tinham que ser acautelados e que tinham a ver com a falta de alguns minerais na água, pelo que tínhamos que os suplementar com cálcio e sal misturados na ração. No meu tempo, os únicos problemas que tive com os cavalos – um deles até tive que o abater a tiro – foram armadilhas de caça nas quais os animais se feriam...

**Asp. T. P.** – Quais são, na sua opinião, as vantagens em relação aos caçadores?

**Cor. N. V.** – Eu acho que as unidades a cavalo são muito úteis no reconhecimento de zona - não no reconhecimento de itinerários – pois estas tropas vão onde a tropa motorizada não pode ir e onde a tropa a pé demora muito tempo a chegar. Se pensarmos bem, a guerra do Ultramar era uma guerra de itinerários... Saía-se dos itinerários para perseguir ou quando se tinha informações da existência de quartelamentos e queria chegar-se lá, mas eram percursos relativamente pequenos.

Por vezes, éramos abastecidos de helicóptero mas eu sinceramente fugia um bocado disso porque me denunciavam completamente. Eu preferia levar mais um baste que me dava para cerca de três dias, o que me dava uma autonomia de cerca de dez dias... Não era mau, dez

dias dá para andar muito, mesmo numa zona em que a progressão não seja muito rápida. E o facto de levar mais um baste não me atrasava nada, eu ia a passo.

Fiz uma vez uma coisa que não queria fazer... Foi varrer uma zona em que quase toda a minha tropa ia em linha e levava à minha esquerda e direita duas linhas de caçadores apeados. Em cinco dias não encontramos praticamente ninguém e não conseguimos informações nenhuma. O que acontece é que os caçadores faziam imenso barulho e eles topavam-nos à distância! Acho que fazer reconhecimento com os caçadores a pé anda-se muito pouco, é muito pouco rentável. Os cavalos andam o triplo, além disso, a cavalo tem-se uma capacidade de observação que a pé não se tem, principalmente com capim de dois metros... E a distância entre homens é enorme, a área ocupada é muito maior. Portanto, acho que o reconhecimento de zona é uma acção fantástica para ser feita a cavalo.

ANEXO P

A orgânica do Grupo de Silva Porto e do Esquadrão a Cavallo

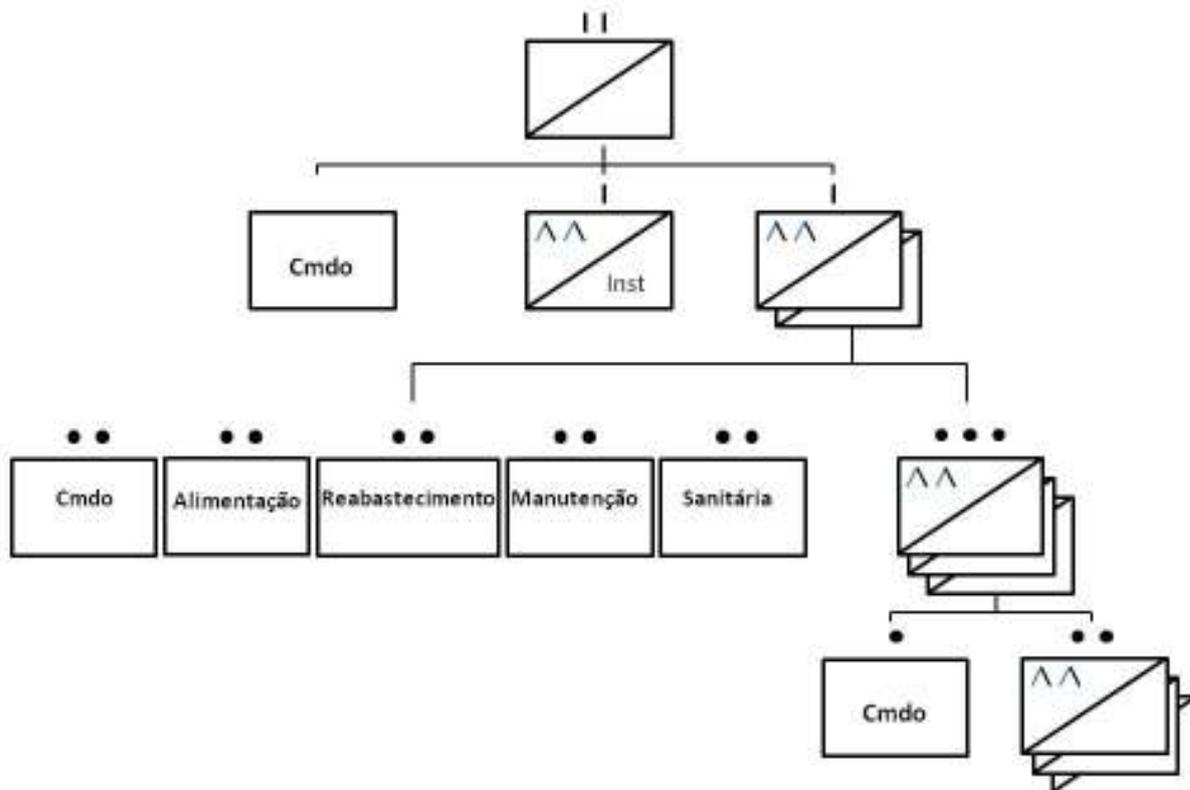


Fig. 4 – Orgânica do Grupo e Esquadrão a Cavallo

Fonte: Freire, 1998; CIC, 1972 (Adaptado)

## ANEXO Q

### Equipamento e Armamento dos Dragões de Angola

#### **Cavaleiro**

##### Uniforme

Os militares utilizavam o Uniforme de Campanha m/964, com camisa ou dolman, calçavam mais frequentemente as botas pretas m/967 com polainas. A cobertura da cabeça era feita pelo uso do quico, tendo existido diversas propostas para que este fosse substituído por um chapéu de abas largas que protegesse melhor, dado que o militar a cavalo ficava acima do capim, não desfrutando da sombra que este proporcionava.

##### Armamento

Oficiais, Sargentos e Praças utilizavam a espingarda automática G-3 7,62mm que, posteriormente, foi usada com coronha retráctil igual à das tropas paraquedistas. O transporte da G-3 era feito consoante fosse provável, improvável ou iminente o contacto com o inimigo. Quando o contacto era improvável, a G-3 era transportada no respectivo suporte que podia ser colocado à frente ou à retaguarda da sela. Se o contacto era provável ou iminente, a G-3 era empunhada com a bandoleira cruzada no tronco. Mais tarde, foi adoptado o uso da pistola Walther que seria empunhada e municada de modo a permitir uma resposta quase instantânea a qualquer ameaça. Vários veteranos afirmam que a G-3 nunca era “sacada” enquanto a cavalo, sendo a pistola a arma por excelência para as acções a cavalo. Recorria-se à G-3 principalmente nas operações a pé. As unidades a cavalo raras vezes utilizavam armamento pesado como metralhadoras ligeiras ou morteiros, no entanto, chegou a levar-se o morteiro e a metralhadora Breda nalgumas operações de maior risco.



Fig. 5 – Equipamento e Armamento

Fonte: Freire, 2009

**Cavalo**

O equipamento para o cavalo consistia no Arreio para cavalo Oficial e Praça m/938 constituído pelas seguintes peças de equipamento:

Arreio de Cabeça	Barbela m/77	1
	Cabeçada m/41	1
	Freio-bridão m/935	1
	Rédea m/903	2
Arreio de Montada	Cilha m/42	1
	Cilha mestra m/42	1
	Estribos m/917	2
	Loros m/935	2
	Peitoral m/935	1
	Selim m/42	1
Outros Artigos	<i>Alimentação</i>	
	Saco de boca e para ração m/935	1
	Saco de boca m/914	1
	<i>Limpeza</i>	
	Luva	1
	Brussa	1
	Almofaça	1
	<i>Conservação</i>	
	Cobrejão m/935	1
	Equipamento para o Militar	Cinturão
Suspensórios		1
Porta-carregadores		2
Bornal		1
Cantil		1
Marmita		1
Porta-granadas		1
Poncho		1

Quad. 4 – Equipamento

Fonte: Freire, 2009 (Adaptado)

A forma como cada militar aparelhava o seu cavalo e o equipamento que trazia, para além do obrigatório, era bastante flexível. No entanto, existiam pequenas regras como o facto de ser feito um “malote” para o cavaleiro e outro para o cavalo.

Malote do Cavalo	Malote do Cavaleiro
Cobertor; Coberjão	Pano de tenda Cobertor Tenda 3P Muda de roupa interior (eventual)

Quad. 5 – Malotes de transporte

Fonte: Freire, 2009 (Adaptado)

Para além dos malotes, havia o transporte da ração do homem e do cavalo para um período de cerca de cinco dias. No início da operação, o cavalo transportava consigo cerca de 18kg ou 22,5kg de ração granulada, dividida em sacos de plástico, um para cada refeição, preservando-a da humidade. Ao homem era distribuída uma ração de combate por dia. Por vezes, transportava-se um suplemente da ração (para os homens e cavalos), em cavalo de baste, que também podiam ser usados como cavalos de reserva, para substituição de algum doente ou que sofresse de assentaduras graves.

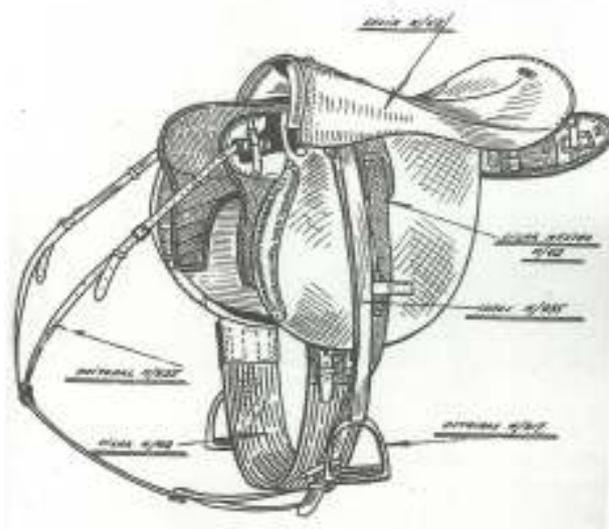


Fig. 6 – Arreio

Fonte: Freire, 2009

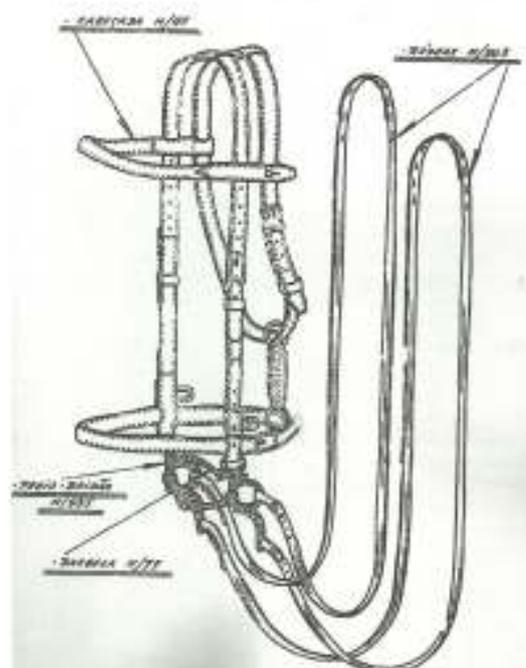


Fig. 7 - Cabeçada

Fonte: Freire, 2009

## ANEXO R

### Formações em Ordem Dispersa

#### **1 – Coluna Aberta**

Formação para aproveitamento de um único itinerário. Só deve ser adoptada em condições muito excepcionais, quando o comandante de pelotão considere não ter a possibilidade de utilizar formações em maior frente tais circunstâncias, no entanto, não podem ser descuradas as medidas de segurança que se impõem. A coluna é a formação que torna a tropa a cavalo menos vulnerável às emboscadas do IN. Sempre que possível, uma secção ou uma esquadra marchará na frente em forrageadores.

#### **2 – Linha Aberta** (forrageadores, quando as secções forem todas em forrageadores)

As secções marcham lado a lado intervaladas de 30 a 60m. Quando todas as secções marcharem em forrageadores, os intervalos entre elas serão praticamente os mesmos que entre os forrageadores de uma esquadra. É uma formação utilizada em batidas em que se pretende abranger a maior frente possível, com uma observação tão detalhada também quanto possível do terreno a bater. Esta formação permite o envolvimento de elementos IN, por um ou pelos dois flancos, mas tem o inconveniente de não possuir profundidade o que lhe reduz as suas possibilidades de manobra.

#### **3 – Escalão**

É uma formação que se adopta quando se pretende fazer face a uma ameaça que se afigura ser mais acentuada de um flanco do que de outro. Permite bater uma frente grande e dá ao pelotão uma boa capacidade de manobra, principalmente para o lado sobre que é lançado o escalão.

#### **4 – Triângulo**

É a formação de O.D. mais frequentemente adoptada, por permitir bater uma grande frente e manobrar nas melhores condições com uma ou duas secções do pelotão. Devem considerar-se as formações em triângulo, com o vértice para a frente e vértice para a retaguarda, permitindo ainda a variante de fazer marchar duas secções sobre o mesmo itinerário e outra sobre outro aproximadamente paralelo. O comandante de pelotão não tem posição rígida no dispositivo, devendo deslocar-se no ponto em que melhor possa exercer a sua acção de comando. As secções tomarão também a formação que melhor se adapte à missão e ao terreno.

Fonte: CIC, 1972

ANEXO S

Esquema da Formação em “T”

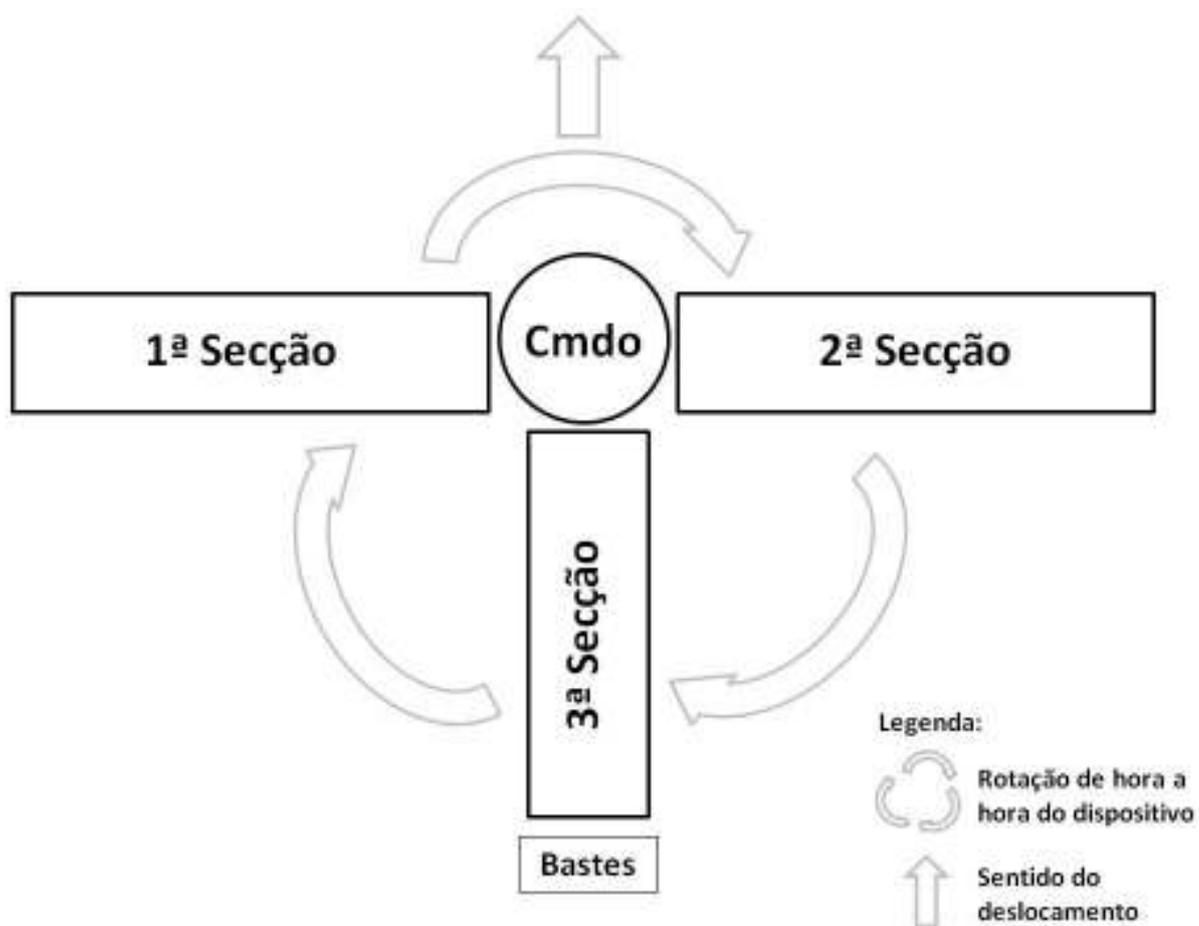


Fig. 8 – Esquema da Formação em “T”

Fonte: CIC, 1972 (Adaptado)

## ANEXO T

### Modo de actuação e instrução das Forças a cavalo

1. Nas várias formações de Ordem Dispersa todas as subunidades, até ao nível esquadra tem a preocupação permanente de fazer face a ameaças que surjam de qualquer direcção.
2. As tropas a cavalo são mentalizadas e instruídas no sentido de tirar o máximo partido da sua mobilidade, tanto nas acções em que dirigem para um objectivo previamente localizado, como naquelas em que o IN surge inopinadamente. No 1º caso, a fase final de acção será normalmente realizada com força actuante subdividida em dois ou três núcleos, sendo fundamental importância a ligação rádio entre eles:

- Um núcleo que executa a acção apeado
- Um núcleo que fica de guarda aos cavalos desmontados

Ou

- Um núcleo que executa a acção apeado
- Um núcleo que permanece a cavalo para actuar em reforço do primeiro, executar um envolvimento do objectivo ou uma perseguição
- Um núcleo que fica de guarda aos cavalos desmontados.

No 2º caso, quando o IN se revela a curta distância, a carga deve ser instantaneamente efectuada, abrindo simultaneamente fogo sobre o ponto em que o IN se revele.

Por tal motivo, as tropas a cavalo devem ser treinadas para a realização do tiro a cavalo, instintivo, mais para a obtenção de um efeito de choque do que precisão, que nas actuais circunstâncias é impossível de obter.

Em tais situações, as subunidades não directamente empenhadas sobre o fogo IN manobram imediatamente para envolver ou perseguir, integrando-se, por ordem do Comandante ou por iniciativa própria, na manobra destinada a aniquilá-lo.

3. As tropas a cavalo combatem normalmente a pé, utilizando o cavalo como meio de locomoção que, para dar o máximo de rendimento, deve ser cuidadosamente tratado, poupado e protegido na medida do possível, contra as flagelações do IN. A sua velocidade e fluidez através de todo o terreno constituem a sua maior protecção e invulnerabilidade, não só por se apresentar como alvo muito fugaz, como também e principalmente pela surpresa que pode ser obtida com esta forma de actuação.
4. As tropas a cavalo não têm, por sistema, itinerários prováveis de passagem. Não se subordinam a trilhos ou picadas mas sim ao rumo determinado pelo chefe. Actuam

sempre em largas frentes e profundidades, condicionadas, como é evidente, pelas características do terreno, sua cobertura vegetal, etc... Isto torna ao IN, praticamente impossível a montagem de uma emboscada e de rendimento quase nulo a implantação de armadilhas.

5. A fluidez e actuação por surpresa do IN, torna pouco aconselhável, por excessivamente fraca, a antiga parelha de exploradores. Considera-se conveniente que a esquadra nunca se fraccione em menos dois trios, em que os respectivos elementos se apoiam mutuamente, quando a cavalo, e quando em qualquer pequena acção de reconhecimento apeado, haja pelo menos um guarda – cavalos e uma parelha de atiradores a pé.

#### A – Instrução Individual

Um soldado, um cavalo, terá que ser dotado de espírito ofensivo, saber aproveitar o terreno e atirar com precisão.

##### 1. Espírito Ofensivo

- A missão do militar será tanto melhor executada quanto maior for o seu valor pessoal que se manifesta pelo arrojo no combate e pelo sacrifício no cumprimento dos seus deveres quaisquer que eles sejam.
- O militar deve compenetrar-se bem das suas missões que lhes são exigidas e de que quando to melhor as cumprir mais concorre para a sua segurança pessoal e para tornar mais fácil a vitória.
- A instrução individual deve ter como objectivo essencial inculcar nos homens a noção de que trabalham para o conjunto e que este só pode cumprir a sua missão quando as missões individuais forem executadas rigorosamente.
- A moral de cada militar está intimamente ligada à dos seus companheiros e, por isso, todo o competente deverá manter a moral elevada e transmiti-lo aos outros.
- O militar deve estar sempre decidido a combater, qualquer que seja o seu estado de fadiga e o valor do inimigo que tenha na sua frente.
- Em combate, mais do que qualquer outra situações impõe-se o rigoroso cumprimento das ordens recebidas.
- Quanto maiores forem os perigos a que o soldado se expõe, tanto maior deverá ser a sua coragem a sua calma e a sua firmeza.
- Só assim se poderá impor a nossa vontade ao adversário retirando-lhe a vontade de combater.
- A guerra é uma luta de vontades e a do Inimigo é grandes.
- Toda a preparação do militar tem como finalidade os poucos segundos de combate e eles serão tanto mais escassos quanto maior for a vontade do cavaleiro.

## 2. Aproveitamento do Terreno

- a. A utilização consciente do terreno é a base de toda a instrução tática do combatente. O aproveitamento do terreno tem por fim preparar o combatente para o desempenho não só das missões que tem de desempenhar em conjunto como das missões individuais: explorador, flanqueador, estafeta, vigia, etc.
- b. Todo o competente deve saber deslocar-se a cavalo tendo em conta que pode estar sempre a ser vigiado e portanto a observar continuamente e portanto deverá ser treinado:
  - a abordar, a cavalo, uma crista para observação;
  - a aproveitar as máscaras para delas observar;
  - a observar em marcha, habituando-se a relatar detalhes do terreno a passo, trote e galope;
  - a escolher um ponto de observação.
- c. Todo o combatente deverá saber deslocar-se com o seu cavalo em todo o terreno:
  - em marcha contínua, aproveitando as direcções desenfadas;
  - em lanços rápidos, a galope, aproveitando a velocidade e a flexibilidade do seu cavalo em terreno arborizado;
  - debaixo de fogo;
  - na perseguição do IN;
  - com o cavalo à mão.

## 3. Tiro a Cavalo

### a. Finalidade

Dada a grande dificuldade da sua execução com eficiência em virtude de ser bastante difícil a um combatente a cavalo realizar um tiro certo em movimento ou mesmo ter um grande número de cavalos em condições de o seu cavaleiro o poder realizar com imobilidade total a sua realização, visa especialmente, sobretudo na perseguição, pela combinação do movimento com o fogo, exercer um maior efeito psicológico sobre o inimigo.

### b. Instrução

#### i. Pessoal

- Só deve ser realizado depois de o instruendo já dominar com facilidade a sua montada e estar habituado a conduzi-la com a mão esquerda.

- A bandoleira deve ser colocada a volta do pescoço e por consequência deixar ao cavaleiro os movimentos totalmente livres.
- A mão direita agarra o punho da arma, ficando o cano apoiado sobre o antebraço esquerdo, sem deixar de conduzir o cavalo com a mão esquerda e a pontaria será efectuada com a ajuda do mesmo traço.
- Primeiramente o tiro deve ser efectuado com o cavalo parado e seguro por um homem apeado e só depois em movimento, primeiro a passo e só numa fase mais adiantada a galope.
- Por razões óbvias, esta deverá ser a última instrução a ministrar aos instruendos que entretanto já devem estar completamente preparados na realização do tiro apeado. A segurança deve ser cuidadosamente estudada afim de evitar acidentes devendo o tiro começar por balas de salva.

ii. Animal

- Devem os cavalos estar habituados a ouvir os disparos sem manifestarem qualquer excitação, o que se consegue pelo hábito, principalmente realizando periodicamente disparos na cavaliça durante a ração e sendo imediatamente afagados pelos seus tratadores.
- Numa segunda fase os cavalos, no exterior e montados, devem ser habituados aos disparos executados nas proximidades.
- O tiro montado deve ser executado primeiro a passo depois a trote e finalmente a galope.
- Esta instrução é da maior importância não só para a execução do tiro mas sobretudo para habituar os cavalos a não se excitarem com o fogo do IN em combate. Os cavalos devem ser também habituados ao rebentamento de granadas e outros com esta finalidade que deve estar sempre presente.

c. Execução

- Em tropas pouco experimentadas deve apenas ser executado à ordem
- Em qualquer caso nunca deve ser utilizado o tiro de rajada
- Apenas deverá ser executado em acções imediatas, reacção à emboscada e perseguições

- Só pode ser executado pelos exploradores e sempre no sentido da progressão do cavalo.

Fonte: CIC, 1972

## ANEXO U

### Carta apreendida junto à fronteira com a Zâmbia

*“CHIFUMAGE – Sector 2*

*1-9-71*

*Hoje escrevemos esta carta ao Comandante IKO.*

*Em primeiro lugar, saudações e cumprimentos. Sim, todos nós estamos aqui a dormir, afinal nós viemos de CASSAMBA para aqui para nos juntarmos aos camaradas e você sozinho? Verdade? Um dia tu vais morrer à toa.*

*Mas não fomos nós que falámos com o Agostinho para irmos junto contigo lutar com os brancos, não. Mas agora vemos que todas as pessoas já foram liquidadas. Já perdeu a guerra, pronto deixa lá.*

*Nós estamos a lutar com os brancos, mas hoje veio a guerra com os cavalos, mataram muitos aqui no Chifumage e no Luena, ficámos nós cinco aqui, esperando aqui para eu mandar primeiro ao subsector do Kakeya, aquele Kakeya quando vier, vem-nos dizer para fugir. Quando nos assustarmos iremos para lá.*

*Primeiro dizemos-te, aquele assunto que tu falaste, ninguém mais aqui quer teimar com os cavaleiros, nenhum camarada tem corrida para correr com o cavalo e fazer-lhe fogo. Aqui os cavalos estão a lutar com os camaradas, ninguém consegue matar um.*

*Aqui nas chanas, mesmo que mandem camaradas para lutar com os cavalos, não vão conseguir. As pessoas quando estão nas subidas e fazem fogo contra eles é difícil e há muitos dos nossos que morrem.*

*Não sabemos quando vêm aqui ao sector com o presidente, se calhar quando vierem vão-nos fazer fugir, não sabemos, mas lembramo-nos que ainda estamos com vida, vamos embora.*

*Depressa, manda os camaradas para levarem o material, nós estamos para sair daqui, agora estamos cansados de mortes, estamos muito liquidados.*

*Se tu demorares mais do que um mês, vamos deixar aqui todo o material e vamos embora, porque vocês já perderam a guerra.”*

Fonte: Almeida, 1985, pp. 718-719

## ANEXO V

### Síntese da Preparação de um Golpe de Mão

É uma acção ofensiva realizada de surpresa contra elementos IN estacionados e vigilantes. Para se obter êxito é necessário que o deslocamento seja efectuado no maior segredo até às proximidades do objectivo, que o ataque propriamente dito seja fulminantes e que a perseguição esteja assegurada. A surpresa e a rapidez são os principais factores do ataque.

#### Preparação

O estudo de situação deve ser tão cuidadoso quando o permitem os dados de que dispõe o Comandante, dado que na maioria dos casos não poderá haver reconhecimento prévio. Deverá ter em conta os seguintes factores:

##### 1. Inimigo

- Natureza e valor (material e moral)
- Itinerários que costumam utilizar
- Horas habituais a que regressam e se ausentam
- Medidas de segurança que costumam adoptar
- Reacções habituais
- Auxílio com que poderá contar

##### 2. Terreno

- Natureza e dimensões do objectivo e sua configuração
- Configuração geral do terreno circundante e pormenores dos possíveis obstáculos
- Densidade da mata

##### 3. Hora de execução

- De madrugada
- Durante o dia
- Princípio da noite
- O cálculo deve ser feito com folga e atendendo a todos os factores que possam dificultar a aproximação

##### 4. Efectivos necessários e seus equipamentos

- Finalidade do ataque

- Valor do inimigo
- Natureza do objectivo
- Número de elementos disponíveis
- Experiência e grau de instrução do pessoal a cavalo

5. Dispositivo

- Comando
- Assalto
- Perseguição
- Segurança

6. Instruções ao pessoal

- Informação sobre o IN
- Finalidade de acção
- Forma como vai ser feito o deslocamento
- Articulação da força
- Duração possível da operação
- Regresso
- Transmissões e serviços

Fonte: CIC, 1972

ANEXO X  
Fotografias em Operações



Fig. 9 – Tropa a cavalo em Operações



Fig. 10 – Data de água



Fig. 11 – Força com dispositivo em T a realizar uma batida



Fig. 12 – Passagem de curso de água

Fonte: Imagens cedidas gentilmente pelo Coronel Atayde

Nota: Estas são das poucas imagens que existem a cores desta força.